



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

AS TENSÕES INTRA-ISLÂMICAS

A OPOSIÇÃO ENTRE SUNITAS E XIITAS NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DO  
MÉDIO ORIENTE

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações  
Internacionais: Segurança e Defesa.

Por  
Francisco Henriques de Jesus Soromenho Marques

Instituto de Estudos Políticos

Junho de 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

AS TENSÕES INTRA-ISLÂMICAS

A OPOSIÇÃO ENTRE SUNITAS E XIITAS NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DO  
MÉDIO ORIENTE

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações  
Internacionais: Segurança e Defesa.

Por: Francisco Henriques de Jesus Soromenho Marques

Sob orientação de: General Luís Vasco Valença Pinto

Instituto de Estudos Políticos

Junho de 2015

Esta dissertação, por vontade do autor, está escrita de acordo com a antiga ortografia.

## **Agradecimentos**

Ao General Luís Valença Pinto, meu orientador, por toda a ajuda, disponibilidade e sábios conselhos com que acompanhou o decorrer desta dissertação.

À Professora Doutora Eva-Maria von Kemnitz pelos ótimos esclarecimentos prestados.

Aos professores do IEP pela excelência académica e aos funcionários pela disponibilidade constante.

Aos meus amigos que entenderam a minha ausência e suportaram as minhas queixas.

Aos meus pais por me terem permitido concluir esta fase da minha aprendizagem académica. Aos meus pais, ao meu irmão e irmã e aos meus sobrinhos pelos momentos em família.

Àqueles que, de mais perto, me têm acompanhado todos os dias.

À memória de todas as vítimas do fanatismo.

## **Resumo**

O Médio Oriente é hoje uma região pautada pela instabilidade como consequência de um conjunto de eventos militares e políticos, como a invasão do Iraque de 2003 e a chamada Primavera Árabe. Em pouco mais de uma década os países da região assistiram a profundas mudanças instauradoras de instabilidade e de violência. Foi neste contexto de imprevisibilidade e de contestação que se reavivaram, nos últimos anos, as tensões intra-islâmicas entre sunitas e xiitas. As rivalidades geoestratégicas, entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão, pela influência regional, têm servido de base ao aparecimento de forças radicalizadas, sunitas e xiitas, que pretendem disseminar modelos políticos baseados nas extrapolações mais fundamentalistas e radicais da sua interpretação do Islão.

Analisar-se-ão situações de tensão intra-islâmica, desde o nascimento das mesmas até fenómenos actuais como a acção terrorista e militar do Estado Islâmico no Médio Oriente. Através da História e da análise da contemporaneidade procurar-se-ão as raízes da rivalidade, muitas vezes violenta, entre sunitas e xiitas e as suas consequências para a segurança não só do mundo muçulmano como de toda a comunidade internacional. As tensões intra-islâmicas afiguram-se como um dos fenómenos mais relevantes do actual cenário internacional, verificando-se uma crescente consciência da opinião pública ocidental para as complexidades do Islão enquanto bloco civilizacional altamente heterogéneo e profundamente desunido.

**Palavras-Chave:** Islão, Sunita, Xiita, Médio Oriente, Geopolítica e Geoestratégia

## **Abstract**

The Middle East is nowadays a region marked by instability as a consequence of some political and military events, like the 2003 invasion of Iraq and the so-called Arab Spring. In less than a decade the countries in the region experienced great changes, driving to instability and violence. In this scenario of imprevisibility and contestation the intra-islamic tensions between Sunnis and Shia Muslims were revived. The geostrategic rivalry between the Kingdom of Saudi Arabia and the Islamic Republic of Iran for gaining regional influence has been the basis for the appearance of radical forces, Sunni and Shia, both willing to spread political models inspired by the most fundamentalist interpretations of Islam.

Manifestations of intra-Islamic tensions will be analysed from their appearance, to current manifestations of this phenomena like the military and terrorist action developed by the Islamic State in the Middle East. Through History and analysis of contemporary events, the roots of the rivalry, often violent, between Sunnis and Shias will be looked after and an explanation of its consequences to the Muslim world as well as to the international community will be tried. IntraIslamic tensions are one of the most relevant contemporary international phenomena and western public opinion is getting more aware about the complexities of Islam as a heterogeneous and disunited civilizational bloc.

**Key-Words:** Islam, Sunni, Shia, Middle East, Geostrategy and Geopolitics

## ÍNDICE

Agradecimentos-----	i
Dedicatória-----	ii
Resumo e palavras-chave-----	iii
Abstract and key-words-----	iv
Índice geral-----	v
Índice de anexos-----	vi
Introdução-----	1
Capítulo I – Breve História da divisão do Islão entre sunitas e xiitas-----	7
Capítulo II – O conflito entre sunitas e xiitas no Iraque-----	16
Capítulo III – A Guerra Civil Libanesa: palco de tensões político-religiosas intra-islâmicas-	49
Capítulo IV – A Revolução Islâmica no Irão: o nascimento do xiismo militante-----	61
Capítulo V – As relações Irão-Arábia Saudita: uma “guerra por procuração”-----	73
Capítulo VI – O Estado Islâmico: o terrorismo sunita contra o “avanço” xiita-----	85
Conclusão-----	97
Bibliografia-----	101
Anexos-----	103

## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I -----	104
Anexo II -----	105
Anexo III -----	106
Anexo IV-----	107
Anexo V-----	108
Anexo VI -----	109
Anexo VII -----	110
Anexo VIII -----	111

## INTRODUÇÃO

*Those agents, fomenting discord between Sunni and Shia are neither Shiite nor Sunni, they are interested in neither Shia nor Sunni creeds while they have no belief in sanctities of either Shias or Sunnis.*

Aiatola Khamenei

O presente trabalho tem como objectivo responder a um conjunto de questões relacionadas com as causas e as consequências das tensões intra-islâmicas.

Nas últimas décadas, franjas significativas da opinião pública ocidental têm assistido àquilo que percepcionaram como um embate civilizacional entre Ocidente e Islão. Os terroristas islâmicos, mesmo representando uma diminuta percentagem dos muçulmanos, tornaram-se uma das grandes preocupações das sociedades euro-americanas e muçulmanas. A clivagem gerada pelo terrorismo acentuou-se após os atentados de 11 de Setembro de 2001, quando o choque inicial provocado por estes acontecimentos foi assumido como um ataque à “civilização” perpetrado por um modelo monolítico, fanático e arcaico, uma “colisão de mundos”, conforme referido na citação abaixo:

It is curious how a specific date – not a year, but a specific month and a specific day – have almost universally come to define a world historical crisis. (...). It was a place we all shared because there was a sense that what we were witnessing, literally, was a collision of worlds. The suffocating smoke and debris from the collapse of the Twin Towers (...) not only show the material destruction that follows when worlds collide, but also symbolize the difficulty of understanding colliding thought-words. (Booth & Dunne, 2002, p. 1).

Após estes acontecimentos a dicotomia entre Islão e o Ocidente – encimado pelos Estados Unidos da América – acentuou-se, atingindo um dos seus picos máximos de hostilidade e demonstrando que, apesar de uma convivência de mais de um milénio, estes dois mundos ainda se conhecem pouco. Sobre a relação entre Islão e Estados Unidos da América, personificação de Ocidente para parte do mundo muçulmano, Booth & Dunne (*idem*, p.1-2) colocam retoricamente uma questão à qual prontamente respondem: “Why is the United States hated in many parts of the world? And why is Islam so feared? The answer (...) is easy: the United States is hated because it is feared, while Islam is feared because it is hated.”

A História do Islão não se faz somente de períodos de obscurantismo e fanatismo; pelo contrário, existiram, no quadro cultural muçulmano, períodos de apogeu no desenvolvimento da técnica e da ciência e no estudo da filosofia religiosa mas, também, na recuperação de textos clássicos, efectuada por estudiosos islâmicos.

O primeiro século do Islão, virado para a conquista do Mundo, deixou pouco espaço à especulação filosófica. No entanto, um século mais tarde, alguns espíritos independentes submetiam a crítica cerrada as doutrinas do Alcorão que até àquele momento haviam sido admitidas sem outra prova senão a autoridade divina. Na sequência do impacte com a filosofia grega, após as conquistas islâmicas no Próximo Oriente, foi-se definindo um movimento intelectual com a introdução do peripatismo aristotélico. A própria designação indica uma operação intelectual assaz confusa e híbrida: uma admiração ilimitada por Aristóteles, em breve denominado “o Filósofo” por excelência; uma mescla de textos aristotélicos com outros de origem neoplatónica; um esforço extremo, sem fugir a soluções improváveis, para conciliar a filosofia helénica com o Alcorão. (Peirone, 1985, p.52-53).

A antiga permeabilidade do Islão aos textos clássicos, acima explicitada, é fortemente criticada pelos fundamentalistas islâmicos que, como se referirá mais adiante, crêem no Alcorão e

em outros textos sagrados como únicos fundamentos válidos de conhecimento, como únicas manifestações da doutrina divina e como base da jurisprudência.

Será este retorno aos fundamentos do Islão, esta versão mais integrista dos ensinamentos muçulmanos e a aversão ao exterior que dela advém, a raiz dos actuais fundamentalismos? O avolumar, nos nossos dias, de fenómenos de sectarismo intra-islâmico que, ao invés de advogarem pela unidade do Islão, postulam a aniquilação das correntes consideradas não-dogmáticas, será também fruto deste extremismo?

Desde a História dos primeiros anos do Islão – tão intensos devido às rivalidades sucessórias - aos actuais conflitos intra-islâmicos na Síria e no Iraque procurar-se-á, nesta dissertação, referir, analisar e relacionar situações que levaram e levam sunitas e xiitas a digladiarem-se em nome de um mesmo Deus, de uma mesma fé muçulmana.

Analisando factos antigos e contemporâneos das relações entre sunitas e xiitas, não esquecendo o papel do Ocidente – sobretudo após o desmembramento do Império Otomano e, desde há algumas décadas, através das diversas intervenções militares – na geopolítica do Médio Oriente, procurar-se-á responder às perguntas centrais desta dissertação. Quais as consequências, para a segurança do Médio Oriente e do Ocidente, das tensões entre sunitas e xiitas? Será o agudizar destas tensões fruto da competição pela hegemonia regional entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão?

A História está repleta de momentos em que muçulmanos combateram contra muçulmanos. Muitas vezes, esses combates foram justificados ou até acicatados pela defesa de uma ortodoxia face a uma heresia, consoante aquele que proclamava a justeza da sua causa, isto é, a “legítima” interpretação da revelação feita por Deus ao Profeta Maomé.

Na actualidade, o problema das rivalidades entre sunitas e xiitas está bem patente nos desenvolvimentos geopolíticos do Médio Oriente, Veja-se, neste sentido, a guerra civil na Síria ou a insurreição sunita que levou, no Iraque e na Síria, à proclamação do Estado Islâmico, pretensamente restaurador da instituição do califado, abolida em 1924. Nestes dois exemplos, está manifesta a problemática intra-islâmica, ou seja, a sempre presente retórica anti-ocidental e anti-sionista partilha espaço com acusações mútuas entre sunitas e xiitas.

Esta dissertação propõe explorar as fundamentações teológicas e políticas para a multiseular divisão ente seguidores de Maomé, assim como analisar cenários de conflitos contemporâneos entre sunitas e xiitas, equacionando as razões do recrudescer desta rivalidade nos últimos anos. Qual o papel do Ocidente no reavivar desta problemática desde a I Guerra Mundial? Quais são os interesses geoestratégicos por detrás dos recentes acontecimentos? Quais os perigos para a segurança regional e global deste enfrentamento entre fundamentalistas dos dois grandes ramos do Islão? Pretende-se, em última análise, questionar e apontar pistas para a eventualidade de se estar perante o surgimento de uma grande “guerra civil” entre muçulmanos.

Face à diferença política e cultural entre o Ocidente, de matriz identitária judaico-cristã, e o mundo islâmico, tentar-se-á desconstruir a ideia do Islão enquanto bloco monolítico e unificado nas suas pretensões. Suportado por esta premissa, o objecto desta dissertação focar-se-á nas correntes islamitas quer de matriz sunita quer xiita, não descurando, embora, a multiplicidade político-ideológica existente entre os crentes do Islão.

No primeiro capítulo, abordam-se as origens do Islão e a posterior divisão entre sunitas e xiitas, após a morte de Maomé. Trata-se de uma primeira análise, remetida à História, da eclosão das rivalidades entre estes dois ramos do Islão, que os capítulos subsequentes desenvolverão a partir de situações mais concretas.

O segundo capítulo incide na longa rivalidade que opõe no Iraque a maioria xiita à minoria sunita. O intensificar deste conflito representa um importante foco do terrorismo islâmico, contribuindo para a instabilidade regional.

A Guerra Civil Libanesa, enquanto fenómeno gerador de violência entre sunitas e xiitas com consequências contemporâneas, é explorada no terceiro capítulo. Não apenas na época da guerra, como na actualidade, o Líbano está no centro de manifestações sectárias de violência intra-islâmica, cuja análise contribuirá para a compreensão do objecto de estudo.

No quarto capítulo, analisa-se a Revolução Islâmica no Irão, acontecimento que despertou a consciência xiita, criando uma nova militância que em muito afectou os conservadores sistemas políticos sunitas.

Neste quinto capítulo, abordam-se as complexas relações entre a Arábia Saudita e o Irão, países que ambicionam, respectivamente, a liderança sunita e xiita no mundo muçulmano. A relação entre estes dois estados parece ser um dos grandes factores contemporâneos de colisão entre sunitas e xiitas.

Finalmente, o sexto capítulo, dedicado ao Estado Islâmico, apresenta este fenómeno contemporâneo como uma violenta reacção do fundamentalismo sunita a alterações geopolíticas no Médio Oriente.

A conclusão pretende esclarecer algumas das hipóteses organizadoras da presente dissertação, ao mesmo tempo que, face à contemporaneidade dos fenómenos estudados, equaciona e problematiza horizontes de incerteza futura.

Através de um enfoque analítico nos aspectos acima referidos, procura-se contribuir para o entendimento das problemáticas em causa, configuradas em torno de uma questão central: a actual

escandecida tensão resultante do confronto entre um “crescente” sunita e um cada vez mais robusto “corredor” xiita, cuja resolução parece longe de surgir ou de permitir antecipar um desfecho.

## I - Breve História da divisão do Islão entre sunitas e xiitas

*E agarrai-vos todos à corda de Allah, e não vos separeis. E lembrai-vos da graça de Allah para convosco, quando éreis inimigos e Ele vos pôs harmonia entre os corações, e vos tornastes irmãos, por Sua graça. Estáveis à beira do abismo do fogo e Ele, deste, vos salvou. Assim, Allah torna evidentes, para vós Seus sinais, para vos guiardes.*

(3:103) Alcorão

Tendo esta dissertação como objectivo analisar as tensões contemporâneas entre sunitas e xiitas no Médio Oriente urge começar com uma breve explicação acerca do significado e origem destes dois grandes grupos do Islão.

Não se pretende aqui explicar intensivamente as distinções, mais interpretativas do que dogmáticas, entre estes grupos islâmicos, que se foram formulando logo após o desaparecimento do Profeta Maomé. A opção é por iniciar esta dissertação clarificando, à partida, a heterogeneidade do Islão, expondo historicamente o porquê da existência de sunitas e de xiitas e de forma bastante sucinta (a diversidade existente dentro destes dois grupos é *per si* razão de extensa investigação académica) clarificar as principais características destas duas grandes “famílias” islâmicas<sup>1</sup>.

Pretender-se-á focar a análise deste capítulo e da restante dissertação em situações concretas. Como tal, o uso do termo sunita ou xiita referir-se-á àquela facção sunita ou xiita mais

---

<sup>1</sup> Além de sunitas e xiitas, existe, hoje em dia, no Islão um terceiro grupo mais pequeno: os ibaditas, maioritários no Sultanato de Omã. A temática trabalhada nesta dissertação afasta-se de problemáticas relativas a estes muçulmanos, pelo que eles não surgem trabalhados no decurso da mesma.

envolvida em determinada conjuntura política e/ou religiosa. Nos capítulos seguintes, pretende-se analisar conflitos que opõem sunitas a xiitas, ou onde está latente a dicotomia entre ambos. Apesar das diferenças entre estes grupos, eles não constituem categorias homogêneas nem as suas acções são monolíticas.

No plano religioso, os sunitas dividem-se em múltiplas escolas de jurisprudência islâmica diferenciadas entre si, enquanto ao longo dos séculos, os xiitas têm-se fragmentado em seitas assentes em crenças variadas (Anexo I).

No plano político ainda são mais acentuadas as diferenças internas nos principais ramos do Islão. Tanto sunitas como xiitas já tentaram aproximar a sua fé às mais variadas correntes político-ideológicas, do marxismo ao ultraconservadorismo; isto é, inspirando-se em valores islâmicos, as propostas políticas no mundo muçulmano têm assumido contornos diversos.

Globalmente, desde os primeiros tempos do Islão, o sunismo tem sido a facção dominante tanto do ponto de vista demográfico como político. Correspondendo aproximadamente a 80% dos muçulmanos, as correntes sunitas do Islão surgem muitas vezes sido confundidas com o todo da religião muçulmana, até porque por parte das consciências ocidentais, tem-se associado árabes a muçulmanos o que provoca algum desconhecimento acerca do Islão enquanto fenómeno religioso multiétnico. A disseminação geográfica das áreas tradicionais do Islão estende-se de Marrocos às Filipinas, da Sibéria a Moçambique (Anexo II), o que subentende a diversidade dos povos muçulmanos, muitos dos quais não árabes. Veja-se, neste sentido, que os três países com mais muçulmanos no Mundo – Indonésia, Índia e Paquistão – não são árabes.

Os xiitas, demograficamente maioritários no Irão, Iraque, Bahrein e Azerbaijão, têm, por motivos vários sido associados ao primeiro país, uma vez que durante vários séculos somente no

Irão o xiismo detinha carácter de religião do estado, possuindo os xiitas duodécimanos<sup>2</sup> o poder político neste país desde o século XVI, quando a dinastia persa safávida<sup>3</sup> decretou esta variante do Islão como oficial, estabelecendo um contraponto ao rival Império Otomano, bastião do sunismo e sede do califado até à década de 20 do século passado.

Tanto sunitas como xiitas têm assistido no seu seio ao surgimento de movimentos fundamentalistas e moderados, não podendo certamente o radicalismo estar exclusivamente associado a uma ou outra corrente. Seja pelo exemplo da *Al-Qaeda* e mais recentemente do Estado Islâmico no que toca ao sunismo, ou pela memória dos excessos da Revolução Iraniana do século passado no que diz respeito ao xiismo duodécimano, o certo é que em ambas as facções houve terreno fértil para o surgimento de fenómenos radicais e fundamentalistas. Em períodos mais contemporâneos, ambas as correntes viram surgir no seu seio apelos à jihad<sup>4</sup>, contra o Ocidente, contra Israel e contra outros muçulmanos, seja por diferenças de interpretação religiosa, seja por questões de carácter mais político. Nas últimas décadas, os fundamentalistas islâmicos têm apelado à jihad contra governos muçulmanos tidos como tirânicos, ora próximos do Ocidente, como o saudita, ora ideologicamente anti-islamitas como o sírio. Para o fundamentalismo islâmico a cooperação entre autoridades muçulmanas e ocidentais á assumida como sendo uma traição ao Islão.

Para melhor entender o que é o sunismo e o que é o xiismo é necessário referir a religião que ambos professam. Para isso, alude-se a Peirone (1985, p. 7) que sucintamente esclarece os

---

<sup>2</sup> O xiismo duodécimano é o maior ramo do xiismo. No Irão, as autoridades políticas e religiosas estão fortemente associadas a esta variante.

<sup>3</sup> Dinastia reinante na Pérsia entre 1501 e 1722.

<sup>4</sup> A jihad é uma “palavra arábica que significa <luta>. Tem sido usada para descrever um vasto leque de ações da luta espiritual ao conflito armado.” (Stern & Berger, 2015, p. 9). A Grande Jihad remete para a luta interior ao passo que a Pequena Jihad propõe a luta contra os inimigos do Islão. Os grupos fundamentalistas islâmicos têm dado grande relevância à segunda.

conceitos “Islão” e “muçulmano”, salientando a obediência do crente ao conjunto de crenças e de normas como estabelecidas por Deus no Alcorão:

“Islão” é um termo técnico, que significa o sistema de crenças e ritos baseados no Alcorão. O semantema inicial é o berbere *aslama* (submeter-se à divindade) e indica a atitude característica do verdadeiro crente em relação a Deus.

Mas o significado mais profundo do vocábulo reveste-se de maior extensão: tratase de um conjunto cultural que abarca algumas estruturas específicas, legais e sociais e outras estruturas tradicionais que formam o *Dâr al islâm* (“Casa do Islão”) em contraposição às comunidades não muçulmanas.

“Muçulmano”, ao invés, adjectivo substantivo, indica aquele que abraça o Islão e o segue fielmente. Na prática, significa o submisso.

A cronologia do Islão é, talvez, uma das mais claras no que concerne à exatidão dos tempos e lugares em que se desenvolveu, assim como no relativamente vasto conhecimento que a historiografia tem do seu fundador, Maomé.

O Profeta do Islão nasceu na década de 70 ou 80 do século VI da Era Cristã, em Meca, pertencente ao clã hachemita da tribo coraixita. Na época do seu nascimento a Península Arábica organizava-se socialmente em clãs e tribos<sup>5</sup> e era palco, enquanto importante plataforma comercial, do cruzamento de várias culturas e religiões. Apesar da preponderância do paganismo politeísta árabe pré-islâmico, estavam presentes na península comunidades judias e cristãs essenciais na formulação da crença islâmica enquanto - segundo os crentes muçulmanos - culminar da revelação divina e aperfeiçoamento final do monoteísmo.

Órfão desde os dez anos, Maomé foi confiado aos cuidados do avô Abd al-Muttalib e depois do tio Abu Tálíb, ambos comerciantes, profissão que também Maomé viria a abraçar. O processo

---

<sup>5</sup> Na sociedade árabe, nos tempos de Maomé como ainda hoje, a pertença social está muito bem definida: o indivíduo pertence a uma família, esta a um clã e este a uma tribo.

que leva este homem iletrado, segundo o Alcorão [7:157<sup>6</sup> e 7:158<sup>7</sup>], a fundar um novo sistema religioso, político, filosófico e jurídico na Arábia pode ser explicado por um misto de factores espirituais e temporais. Não compete a esta dissertação analisá-los mas, sim, referir os factos que levaram este comerciante, em poucos anos, a unir tribos árabes desavenças entre si, num projeto expansionista com profundas marcas na atualidade. Peirone (*idem*, pp. 29-30) ajuda a esclarecer alguns elementos centrais para o processo de vocação profética do fundador do Islão:

(...) da vida de Maomé anterior à “chamada” profética (entre 610 e 612) apenas se conhece de seguro o casamento na juventude com a rica herdeira Cadija, sua prima e única companheira fiel, até à morte dela, e primeira discípula da nova fé.

A aparição gradual no espírito pensativo de Maomé daquele conjunto de aspirações, impressões e convicções que desembocaram na sua predicação religiosa, continua ainda, (...) envolta em mistério. Ele experimenta uma insatisfação crescente pelas formas toscas de paganismo ou politeísmo ou polidemonismo que imperavam em Meca nos seus tempos, com uma expressão peculiar na adoração das pedras sagradas, águas correntes e árvores sagradas e a necessidade de se guindar a uma concepção mais pura e profunda da divindade. Esta necessidade era, sem dúvida, fecundada em terras da Arábia, pelas duas grandes religiões monoteístas – hebraísmo e cristianismo –, conquanto a sua expressão fosse mais de natureza popular e até apócrifa.

Resta apurar no campo crítico o problema de se Maomé queria realmente fundar uma nova religião ou pregar “em língua árabe puríssima” os conceitos religiosos das duas religiões monoteístas, adaptando-os às exigências dos Árabes.

---

<sup>6</sup> “os que seguem o Mensageiro, O Profeta iletrado – que eles encontraram junto deles, na Tora e no Evangelho – o qual lhes ordena o que é conveniente e os coíbe do reprovável, e torna lícitas, para eles, as cousas benignas e torna ilícitas, para eles, as cousas malignas e os livra de seus fardos e dos jugos a eles impostos. Então, os que crêem nele e o amparam e o socorreram e seguem a luz, que foi descida, e **está** com ele, esses são os bem-aventurados.”

<sup>7</sup> Dize, **Muhammad**: “ó humanos! Por certo, sou, para todos vós o Mensageiro de Allah de Quem é a soberania dos céus e da terra. Não existe deus senão Ele. Ele dá a vida e dá a morte. Então, crede em Allah e em Seu mensageiro, o Profeta iletrado, que crê em Allah e Suas palavras, e seguiu-o, na esperança de vos guardes.”

O início da pregação de Maomé em Meca afectou as tradicionais estruturas sócio-económicas da cidade-estado, nomeadamente pelo cunho social e racialmente igualitário propalado pela mensagem. Entre os primeiros seguidores de Maomé encontravam-se familiares – entre eles o primo e genro, Ali, peça-chave na posterior divisão entre sunitas e xiitas – mas, também, alguns escravos e fiéis oriundos das camadas sociais inferiores daquela que é a cidade mais sagrada do Islão. A oposição entre os seguidores de Maomé e as elites de Meca levou a que muitos dos primeiros procurassem refúgio fora da cidade, nomeadamente na Etiópia cristã, mas também na vizinha cidade de Iatrib, hoje Medina, local de uma das maiores comunidades judaicas da Península Arábica que albergou o próprio Maomé.

Continuando a seguir Peirone na descrição do percurso de Maomé:

Maomé tomou (...) uma decisão grave: em Setembro de 622, abandonou furtivamente Meca e retirou-se para Iatrib (...) dando início à nova era, ou contagem dos anos, denominada Hégira (...).

À sua chegada a Medina, Maomé deixou de ser simplesmente um homem religioso e tornou-se homem de Estado e político.

(...)

Os primeiros tempos de permanência em Medina (...) foram consagrados à organização da jovem comunidade muçulmana (...). (*idem*, pp. 32-34).

Com o tempo, ainda em vida de Maomé, deu-se uma formidável expansão da nova fé, a partir de Medina, congregando em torno do líder do Islão várias tribos e clãs habituados a rivalidades de várias ordens. Neste sentido a conversão da Arábia ao Islão constituiu uma autêntica revolução com efeitos nas mais variadas áreas da vida social.

A 8 de Junho de 632 o Profeta morreu em Medina, sem filhos varões vivos nem sucessores assim reconhecidos pelo conjunto da comunidade, configurando-se o cisma que ainda hoje perdura

entre sunitas e xiitas. A sucessão de Maomé, líder religioso e político, deveria ser feita por via familiar, através do seu primo e genro Ali (casado com Fátima, a única filha viva do Profeta) ou, como outros propunham, o sucessor deveria ser eleito entre os mais notáveis membros da nova fé? "Os ramos sunita e xiita do Islão dividiram-se pouco depois da morte de Maomé, em torno da sucessão do Profeta do Islão como líder dos muçulmanos, ou Califa." (Stern & Berger, 2015, p.42). Ou seja, confrontaram-se dois grupos, com distintas interpretações sobre o correcto mecanismo sucessório. Os sunitas, defensores de Abu Bakr – primeiro Califa do Islão –, sogro de Maomé, procuravam a eleição deste tendo em conta a antiguidade da sua fé e a proximidade ao Profeta. Os xiitas, partidários de Ali, postularam que Maomé havia indicado o seu primo e genro como legítimo sucessor, conservando a liderança do Islão entre os seus descendentes, filhos de Fátima. Apesar das diferentes interpretações sobre a sucessão, os primeiros tempos do Islão pós-Maomé caracterizaram-se por alguma unidade, se bem que frágil. Abu Bakr, Omar, Uthman e, finalmente, Ali, governaram enquanto Califas do Islão, até ao assassinato do último dos “Califas bem Orientados”<sup>8</sup>, concretizando-se assim definitivamente a divisão entre as duas grandes correntes. Para os sunitas, os quatro primeiros califas – incluindo Ali –, pela sua proximidade a Maomé e conhecimento da fé islâmica foram particularmente piedosos e hábeis na sua governação. Já para os xiitas, a legítima liderança do Islão após a morte de Maomé reside somente em Ali e seus herdeiros. A separação definitiva entre os dois ramos dá-se após o assassinato de Ali, em Kufa, em 661. Além dos aspectos expostos, Peirone (*idem*, p. 41-42), adianta outros factores que diferenciam sunitas e xiitas:

No conjunto, podem definir-se sunitas todos aqueles que, juntamente com o Alcorão, admitem que a *Sharia*, ou seja, a lei muçulmana, se compõe da *Suna*, isto

---

<sup>8</sup> Designação atribuída aos quatro primeiros sucessores de Maomé. O governo destes califas, considerados particularmente piedosos, é também chamado de Califado Rashidun.

é, a imitação do Profeta, e dos *hadith*, ou seja, a tradição e jurisprudência aceites pelo conjunto da comunidade islâmica. Não é exacto fundar apenas nestes critérios as divergências entre Sunitas e Xiitas. Pois os Sunitas são os que admitem a *Suna* de Abu Becre, dos três primeiros califas e dos Omíadas seus sucessores. De facto, os Xiitas também têm a sua *Suna*, os seus *hadith* e a sua jurisprudência.

As origens dos Xiitas remontam aos grandes grupos de fiéis que desaprovaram a eleição de Omar e Otman ao califado de Abu Becre, considerando lesados os maiores direitos de Ali, primo e genro do Profeta.

O ramo sunita, tido como vencedor, concentrou na figura do califa a liderança religiosa, mas também política e militar da comunidade. Os xiitas, perseguidos após o assassinato de Ali, confiaram a sua liderança aos imans, sucessores de Ali e descendentes de Maomé através da sua filha Fátima. A exclusão e a perseguição político-ideológica a que foram sujeitos conferiu ao imamato um carácter esotérico, profético e messiânico. Com o avançar dos séculos, a afirmação da preponderância política e demográfica do sunismo conduziu a um relativo anonimato as várias seitas xiitas, que entretanto foram emergindo. Esta situação conheceu duas excepções: o Califado Fatímida<sup>9</sup> no norte de África, entre os séculos X e XII que personificava a oposição xiita ismaelita<sup>10</sup> ao Califado Abássida, sunita, centrado em Bagdade e a conversão oficial da Pérsia ao xiismo duodécimano no início do século XVI. O xiismo, enquanto fenómeno minoritário no mundo muçulmano, foi sempre percebido como uma corrente heterodoxa e obscura, pela especial tónica conferida ao plano místico.

A oposição dos Xiitas aos califados omíada e abássidas assumiu facilmente uma forma em que os elementos religiosos adquiriram a predominância, sobretudo acerca

---

<sup>9</sup> Este estado xiita designa-se por califado por conveniência da historiografia ocidental, uma vez que entre os xiitas impera o conceito de imamato.

<sup>10</sup> Esta corrente do xiismo, também é denominada septimana, uma vez que somente reconhece os sete primeiros imãs do xiismo.

do conceito de imã, que depois determinou outras características dos Xiitas nos confrontos com os Sunitas. Em vez de um califa elevado à soberania de uma investidura humana, os Xiitas reconheceram como único chefe legítimo do Islão o imã descendente directo do Profeta. (*idem*, p. 42-44).

O evoluir dos dois ramos, sempre heterogêneos tem, não obstante, confirmado uma linha mais literalista no sunismo ao invés do xiismo onde a interpretação corânica e dos demais textos sagrados se faz por via de estruturas clericais, quiçá mais semelhantes às das igrejas cristãs tradicionais.

Nos últimos anos, fruto de acontecimentos que serão detalhados ao longo desta dissertação, o fosso religioso – mas não só – entre sunitas e xiitas tem-se aprofundado, sendo que hoje se vive um dos períodos mais críticos e incertos nas tensões intra-islâmicas. Como sublinha Kissinger (2014, p.128) “as posições doutrinárias foram agravadas por rivalidades geopolíticas.” À tendência, que parecia afirmar desde finais do século XX, uma guerra civilizacional entre Ocidente e mundo muçulmano, junta-se agora uma grave crise que opõe as duas grandes correntes do Islão.

Esta dissertação pretende analisar as questões políticas e estratégicas que têm conduzido às rivalidades intra-islâmicas. No entanto, a não separação que o Islão faz dos campos político e religioso exige uma constante preocupação com assuntos de natureza religiosa para compreender os fenómenos geopolíticos do mundo muçulmano. Hoje, o fundamentalismo islâmico de ambas as correntes e os interesses das potências regionais encontram nos ressentimentos entre sunitas e xiitas rastilho suficiente para incendiar ainda mais o Médio Oriente.

## II - O conflito entre Sunitas e Xiitas no Iraque

*Apparently Iraq has weapons of mass destruction after all: hate, fear and extremism.*

Autor desconhecido

O Iraque é hoje um dos mais assinaláveis palcos da oposição violenta entre sunitas e xiitas. Num estado que caminha para a desestruturação, enquanto entidade política, num país em que progressivamente o sentimento nacional é substituído pela pertença a uma comunidade étnica e/ou religiosa abrem-se feridas do passado, memórias do antagonismo entre sunitas e xiitas, entre árabes e curdos. A deposição de Saddam Hussein e do regime do Partido Baath Árabe Socialista pela coligação liderada pelos Estados Unidos da América em 2003 provocou o fim do domínio da minoria sunita neste país, permitindo à oprimida maioria xiita o acesso ao poder político.

Após anos de submissão, a chegada ao poder da maioria xiita foi acompanhada de inevitáveis ajustes de contas inter-comunitários. A nova configuração do estado, débil e sectário, conduziu a fenómenos de violência extrema como se verifica na ascensão do auto-intitulado Estado Islâmico que, no Iraque, tem procurado depor a “nova ordem” xiita e, na Síria, derrubar o poderio da minoria xiita alauita<sup>11</sup> com recurso a métodos violentos.

---

<sup>11</sup> Os alauitas formam um grupo dentro do xiismo, distribuídos sobretudo entre a Síria e o Líbano. Desde 1970, o clã alauita dos Assad detém o poder político na Síria.

Os recentes acontecimentos protagonizados pelo Estado Islâmico na sua luta pela reconstituição do califado são exemplo do reforço de uma postura fortemente intolerante dentro do sunismo que vê na “heresia” xiita um mecanismo de dominação persa anti-árabe e, para os radicais sunitas, anti-islâmica. Segundo os terroristas fundamentalistas do Estado Islâmico, os xiitas, juntamente com os Estados Unidos da América e o sionismo, formam a trindade dos maiores inimigos do Islão, pelo menos de acordo com o entendimento que fazem daquilo que é a religião fundada por Maomé. Neste sentido, a demonização do xiismo pelos fundamentalistas sunitas configura uma das mais importantes tónicas da retórica jihadista.

Se a deposição de Saddam Hussein exacerbou a violência inter-comunitária, tal deveu-se a um longo processo histórico de superioridade da minoria árabe sunita sobre a maioria árabe xiita e sobre a minoria curda, também ela maioritariamente sunita, intensificada nos anos de ditadura de Saddam Hussein: "sob o governo de Saddam Hussein, que era muçulmano sunita, a maioria xiita do Iraque fora perseguida, massacrada aos milhares e impedida de qualquer participação política." (Stern & Berger, 2015, p.42). À já recorrente violência característica do Iraque pós-invasão, juntou-se nos últimos meses, potencializado pela guerra civil na Síria, este verdadeiro flagelo para a segurança global que é o Estado Islâmico, fanático, intolerante e apelativo para milhares de jovens muçulmanos sunitas que pretendem pela jihad submeter a humanidade à sua muito particular visão do Islão.

A História do Iraque explica-nos, em parte, algumas das causas do conflito iraquiano, sobretudo ajudando na compreensão da complexa relação entre os três grandes componentes étnicos e religiosos do Iraque – árabes sunitas, árabes xiitas e curdos (maioritariamente) sunitas (Anexo III).

Desde o fim da I Guerra Mundial, momento crucial para o surgimento daquilo que é, ou foi, o multicultural Estado Iraquiano, tem-se verificado, com distintos graus de intensidade, uma rivalidade entre estas comunidades não raras vezes exploradas por potências estrangeiras, com objectivos geoestratégicos na região. A exploração dos ressentimentos entre as comunidades tem sido, ao longo da História, matricial no impedimento à criação de uma vincada identidade nacional neste país. O fomentar do sectarismo por terceiros manifesta-se e manifestou-se no Iraque.

Entre 1915 e 1916 oficiais diplomáticos franceses e britânicos começaram a negociar o futuro das regiões sob controlo otomano no Médio Oriente, uma vez que a Sublime Porta<sup>12</sup> estava desde os primeiros meses do conflito alinhada com Berlim e Viena. A participação do “Velho Doente da Europa”<sup>13</sup> na Grande Guerra projetou para o Médio Oriente as consequências das tensões imperialistas e das rivalidades nacionais europeias. Nos primeiros meses da guerra o mundo árabe, com mais ou menos sentimento de unidade, encarou as circunstâncias bélicas como facilitadoras da libertação face ao secular domínio turco estendido do Cáucaso ao Mar Vermelho. Estas negociações, inicialmente secretas, procuraram jogar com um conjunto de interesses sobre a região: necessidade de apoio à sublevação árabe contra o domínio otomano; ambições imperiais francesas, britânicas e russas; obtenção de apoio da comunidade judaica internacional (especialmente a próspera comunidade judaica norte-americana) à causa aliada; ambições nacionais curda e arménia.

Em síntese, ainda antes do fim da I Guerra Mundial as grandes potências, prevendo a desagregação territorial do Império Otomano, procuram, através de diligências diplomáticas, redesenhar o mapa do Médio Oriente naquilo que ficou conhecido como Acordos de Sykes-Picot.

---

<sup>12</sup> Designação atribuída ao governo otomano, em função do Palácio Imperial.

<sup>13</sup> Expressão utilizada na Europa a partir da segunda metade do século XIX para designar a decadência do Império Otomano.

Estes acordos, celebrados sem o consentimento das lideranças árabes, estabeleceram na região áreas de influência franco-britânicas (Anexo IV), apesar de estas pouco corresponderem às já existentes divisões étnico-religiosas.

Mediante estes acordos e futuras negociações entre as potências aliadas, confirmadas posteriormente pela atribuição de mandatos pela Sociedade das Nações, coube a França a tutela sobre a Síria e o Líbano e ao Império Britânico a administração da Palestina, da Jordânia e do Iraque, à época dividido em três províncias (Baçorá, Bagdade e Mossul):

A invasão e ocupação britânica das três províncias otomanas de Baçorá, Bagdade e Mossul e a sua conseqüente consolidação no novo estado do Iraque sob mandato da Sociedade das Nações administrado pelo Reino Unido alterou radicalmente os mundos políticos dos habitantes destes territórios. A história do Iraque começa aqui, não simplesmente como a história das instituições formais do estado, mas como as histórias de todos os que foram arrastados para o novo regime de poder. Exigiu novas formas de identidade e novas estratégias para explorar as oportunidades que se lhes apresentavam. Narrativas que deram sentido à vida das pessoas num dado cenário foram surpreendidas por circunstâncias alteradas, enquanto o estado nascente se tornava o veículo para ideias identificativas e formas de ordem prefiguradas pelo estado otomano tardio, mas não necessariamente idênticas às dele. O estado iraquiano transformou-se num novo centro de gravidade, levantando ou reforçando as estruturas que moldariam uma política distintamente iraquiana. (Tripp, 2003, p.53).

Em Outubro de 1914, a Força Expedicionária da Mesopotâmia (Império Britânico) desembarcou perto de Baçorá determinada a contestar o domínio otomano na região, apoiando a sublevação árabe que ameaçava de forma consistente, através de múltiplas acções de guerrilha e sabotagem, a presença turca. Até ao final da Grande Guerra, em 1918, as autoridades britânicas estudaram as possibilidades de organização das três províncias otomanas que dariam origem ao

Estado Iraquiano e é neste período de administração britânica que se podem encontrar as raízes mais contemporâneas das complicadíssimas relações entre as comunidades étnico-religiosas iraquianas. Enquanto força ocupante, as autoridades britânicas recorreram a compromissos com esta ou aquela comunidade de forma a estabelecer o seu domínio na região, favorecendo ou prejudicando grupos, consoante interesses geoestratégicos. Tripp (*idem*, pp. 53-54) detalha:

Os Britânicos necessitavam de pessoas para constituir a ordem que acreditavam mais bem adaptada à ideia do Mandato e à protecção dos interesses britânicos, e descobriram-nas. Em alguns casos, inventaram essas pessoas, encorajando pessoas e grupos específicos a emergir como seus interlocutores privilegiados na formação da narrativa da história política do Iraque. (...). Apesar das ideias de nacionalismo e de política participativa associados à noção dos mandatos da Sociedade das Nações, os pontos de vista prevalentes sobre ordem eram ainda, inquestionavelmente, hierárquicos e autoritários.

Consequentemente, as autoridades britânicas olharam para dois grupos em particular para levar à prática os seus pontos de vista: primeiramente, as elites xarifenhos e da ex-administração otomana para quem o novo estado do Iraque era a garantia da centralidade e do estatuto; em segundo lugar, os notáveis de uma sociedade cada vez mais definida pela posse de propriedades, cujo valor reside na dependência de um estado que lhes forneça os meios de garantir a ordem social. Para outros, tais como os *mujtahids* xiitas, os chefes curdos ou de facto os Assírios, recentemente chegados que aspiravam a tipos diferentes de ordem, as autoridades britânicas e muitos dos seus clientes iraquianos eram muito pouco tolerantes. Como o padrão da política sob o Mandato demonstrou, a estas vozes dissonantes não seria permitido desviar o estado do curso imposto pelos que dominavam o poder coercivo e com propriedades. Dos cerca de três milhões de habitantes do Iraque, no início do Mandato, mais de metade era xiita e aproximadamente 20% eram curdos, com cerca

de 8% de minorias de judeus, cristãos, yazidis<sup>14</sup>, sebeus<sup>15</sup> e turcomanos. Contudo, os ministros do governo, os funcionários superiores do estado e o corpo de oficiais das forças armadas eram quase exclusivamente árabes sunitas, que constituíam menos de 20% da população. Dada a sua posição minoritária, esta não era uma base promissora para a integração nacional que, em teoria, estava planeada acompanhar a construção do estado moderno.

Como supramencionado por Tripp, as autoridades britânicas, por conveniência política, conservaram a preponderância sunita herdada do Império Otomano na administração do Iraque, marginalizando assim os curdos e os xiitas. Estes segundos, maioritários no Iraque à data da expulsão dos administradores otomanos e consequente consolidação da influência britânica.

Uma vez que até ao estabelecimento do mandato não existia o conceito de Iraque, a divisão da Mesopotâmia em três províncias culturalmente distintas traduziu-se em reacções diversas face à ocupação destes territórios por parte das forças imperiais britânicas, como se passará a explicar:

- As poderosas ligações comerciais, já com décadas, entre as elites de Baçorá e os interesses económicos britânicos ditaram uma relativamente fácil aceitação dos novos administradores nesta província meridional.

- Em Bagdade, a influência do nacionalismo árabe determinou uma pálida rebelião contra a administração otomana. Não obstante, só a partir de 1916 com o eclodir da revolta árabe do Hejaz<sup>16</sup> é que os oficiais otomanos de origem mesopotâmica deram corpo ao aparecimento de contingentes militares alinhados com a causa árabe aliada da Grã-Bretanha no contexto da I Guerra Mundial.

---

<sup>14</sup> Tal como o autor da citação esclarece, também em nota-de-rodapé, os yazidis são os praticantes de uma religião sincrética com elementos de Zoroastrismo, Maniqueísmo, Judaísmo, Cristianismo e Islão. Para o Islão mais ortodoxo são acusados de adoração ao Demónio, sendo por isso alvo de constantes perseguições como aconteceu recentemente com o Estado Islâmico

<sup>15</sup> “Populações oriundas do actual Yémen” (cf. nota de rodapé do autor da citação).

<sup>16</sup> Levantamento, entre 1916 e 1918, iniciado na zona ocidental da actual Arábia Saudita contra o Império Otomano liderado pelo xerife de Meca, Hussein bin Ali, da Casa Hachemita. Esta revolta árabe contou com o apoio franco-britânico no contexto da I Guerra Mundial.

Desta forma foi em Bagdade que os ideais, mormente seculares, do nacionalismo árabe conseguiram mais adesão, primeiramente advogando o combate contra o ocupante turco e posteriormente contra a influência britânica junto da Casa Hachemita.

- A Norte, nas regiões de maioria curda (Mossul), o fenómeno nacionalista justificava as boas relações entre esta comunidade e as forças britânicas, uma vez que as potências aliadas de forma implícita e explícita expressaram o nunca concretizado apoio à independência do Curdistão. Neste medida as lideranças curdas confiaram no apoio britânico ao estabelecimento de uma estado curdo, livre das tradicionais ocupações turca e árabe<sup>17</sup>.

Nas zonas rurais de maioria xiita a reação face à ocupação britânica foi díspar. Se, por um lado, alguns *mujtahids* xiitas acederam positivamente à jihad anti-britânica declarada em Constantinopla pelas autoridades político-religiosas sunitas, outros líderes recusaram-na. Assim sendo, e apesar de se negar a ideia de um alinhamento xiita com o Império Britânico contra o domínio otomano, é certo que progressivamente a comunidade xiita foi saindo da órbita otomana contestando-a, não raras vezes violentamente, procurando assim autonomizar-se e pôr termo a séculos de submissão dos seguidores de Ali pelas autoridades turcas, guardiães da ortodoxia sunita.

O apoio declarado por alguns clérigos xiitas à jihad decretada por Constantinopla revelou-nos um tímido entendimento pontual entre o califado sunita e sectores das autoridades religiosas xiitas, contra uma potência ocupante ocidental. Estes clérigos, alinhados com as autoridades otomanas, enfatizaram a unidade islâmica contra o inimigo britânico, infiel. Neste sentido, existiu por parte de algumas autoridades sunitas e xiitas um entendimento favorável à criação de uma frente islâmica anti-britânica, mesmo que para tal tenha sido necessária a coligação entre grupos

---

<sup>17</sup> A não concretização do estabelecimento de um estado nacional curdo no Médio Oriente veio a revelar-se central no agudizar das tensões inter-comunitárias na região, com consequências bem visíveis na luta armada da comunidade curdas em prol da sua liberdade nacional.

“heréticos”.

Em 1918 já se pressentia em Najaf e Karbala, cidades sagradas para o xiismo, algum sentimento anti-britânico, protagonizado pela Sociedade do Renascimento Islâmico, organização xiita preocupada com a defesa do Islão contra o novo domínio britânico, percebido como ilegítimo.

A forma como os britânicos deveriam administrar o território, favorecendo uma tutela indirecta ou administrando-o como parte integrante do Império Britânico, acabou por favorecer o domínio sunita no Iraque. Líderes desta comunidade tornaram-se os “representantes” dos interesses britânicos num estado em criação. Neste sentido, o entendimento tático entre as elites sunitas e os administradores britânicos provocou nas demais comunidades étnico-religiosas forte desconfiança face à influência britânica exercida através dos quadros sunitas da administração pública.

A influência de Gertrude Bell<sup>18</sup> junto da administração britânica no Iraque favoreceu de forma assertiva a construção de uma tutela de Londres num país governado pela elite sunita. “Bell (...) convencera-se que o nacionalismo árabe estava a desenvolver um dinamismo imparável. Para ela, isto significava que os Britânicos deviam trabalhar com os nacionalistas maioritariamente urbanos e sunitas para modernizar o país e acabar com o que ela considerava a influência reacionária e obscurantista dos clérigos xiitas e seus seguidores tribais.” (*idem*, p. 62).

A partir de 1920 a revolta dos sectores tribais xiitas intensificou-se e conseqüentemente a repressão britânica à mesma tornou-se mais violenta. A ligação entre as estruturas clericais xiitas de Najaf e Karbala com as lideranças tribais do deserto, aliada à fraca presença militar britânica na região, traduziu-se inicialmente no sucesso da rebelião aproveitada igualmente por milícias curdas

---

<sup>18</sup> Gertrude Bell (1868-1926). Escritora, arqueóloga, espia e funcionaria colonial britânica. Foi determinante na definição da política britânica em relação ao Médio Oriente no pós I Guerra Mundial.

de forma a contestar a presença britânica. O rápido arrefecimento da revolta, em parte resultado da fraca coordenação entre grupos revoltosos, permitiu às tropas britânicas pôr-lhe termo. Todavia, o espírito independentista de alguns sectores mais contestatários da sociedade iraquiana manter-se-ia até à conquista da soberania nacional.

Uma das principais consequências da mencionada revolta foi a tomada de consciência, por parte de Londres, da necessidade de encontrar uma forma de governo para o Iraque que impedisse situações de insubordinação civil como a de 1920, evitando assim mais custos materiais e humanos na administração das antigas províncias otomanas da Mesopotâmia.

A convocação, por parte de Winston Churchill, da Conferência do Cairo em 1921 determinou a atribuição da coroa do novo Estado Iraquiano ao emir hachemita Faiçal, doravante referido como Faiçal I. A ascensão de Faiçal I ao trono iraquiano funcionou por um lado como forma da diplomacia britânica compensar em parte as promessas não cumpridas feitas às tribos árabes aquando da luta destas contra o Império Otomano entre 1914 e 1918 e, por outro, assegurou o reconhecimento do domínio político da minoria sunita no novo país.

Membro da casa xarifenha de Meca, Faiçal I tinha desde 1916 contactos com grupos nacionalistas pan-arabistas apesar de ser desde 1913 deputado ao Parlamento Otomano em representação da cidade árabe de Jeddah, na actual Arábia Saudita. A coroação de Faiçal I, após a convocação de um referendo no Iraque que aprovou com uns fictícios 96% a entronização do mesmo, coincidiu com a determinação britânica em consolidar a sua influência através das elites sunitas e compensar os nacionalistas árabes que viram goradas as suas expectativas de construção de uma grande nação árabe na Península Arábica e no Levante.

Faiçal I, ele próprio relutante em aceitar a coroa iraquiana, procurou conciliar o seu reinado com as facções políticas xiitas mais organizadas. Este entendimento conseguiu, pelo menos, a

aceitação da maioria xiita em integrar-se no novo reino hachemita, apesar de esta manter sempre forte cepticismo relativamente à ligação entre a monarquia e Londres.

O governo de Faiçal I centrou-se em dois aspectos fundamentais: a consolidação de um estado independente e a criação de uma identidade nacional iraquiana, agregadora das suas várias comunidades étnico-religiosas. À data da sua morte, a 8 de Setembro de 1933, em Berna, os dois grandes objectivos do seu governo encontravam-se em distintas fases de desenvolvimento. Se, por um lado, a estrutura política e constitucional do Iraque dava forma a um estado, o mesmo continuava sob influência directa das autoridades britânicas, situação que se manteria inalterada até à II Guerra Mundial. Quanto à segunda meta, a falta de entusiasmo de curdos e xiitas pela governação de Faiçal I atrasava a consolidação do espírito nacionalista pan-arabista do monarca hachemita que, pelo menos formalmente, se empenhara na unidade das principais comunidades iraquianas.

A estrutura unitária do Estado Iraquiano, concordante com a visão de Faiçal I, limitava a acção política dos movimentos xiitas e negava aos curdos a constituição de uma região autónoma dentro das fronteiras do Iraque. Apesar do apoio formal das autoridades britânicas a um Curdistão autónomo, a desunião das lideranças curdas permitiu às elites sunitas travar este processo.

Os primeiros anos de reinado de Faiçal I foram também marcados pela complexidade das relações entre o Iraque e a Grã-Bretanha. O monarca, embora reticente face à influência de Londres nos assuntos internos do país acabou, por motivos vários, por aceitar a presença imperial britânica nos seus domínios. Confirmado na prática o mandato da SDN (1920-1932), coube às governações iraquiana e britânica enquadrar jurídica e diplomaticamente as relações entre o recém-criado Iraque e a Grã-Bretanha. Neste sentido, os administradores britânicos, face à contestação das lideranças políticas iraquianas

(...) decidiram organizar as suas relações com o Iraque por intermédio de um tratado, dando a aparência de um relacionamento normal entre dois estados soberanos. Dificilmente podia ser dissimulado por esta ficção o facto de uma das partes ser esmagadoramente poderosa, ocupar militarmente a outra de modo efectivo e deter o Mandato da Sociedade das Nações para a governar durante o legítimo auto-governo. Por esta razão, o Conselho de Ministros, quando concordou com os termos do tratado, em Junho de 1922, insistiu que fossem ratificados pela Assembleia Constituinte logo que esta entrasse em funções. Esta decisão teve o efeito de ligar o tratado a debates igualmente controversos sobre o enquadramento constitucional do novo estado. (*idem*, p. 75).

O tratado confirmava a influência britânica no Iraque. A comunidade xiita, concentrada sobretudo no Sul do país, encabeçou a maior contestação ao tratado, fazendo jus à fama da sua combatividade. Para esta comunidade o tratado representava a dupla desvantagem de enquadrar legalmente a ocupação estrangeira e de afastar a maioria xiita dos centros de decisão política, ocupados por sunitas pró-ocidentais. Foi essencialmente fruto da união de esforços entre clérigos xiitas e leigos educados nesta mesma corrente islâmica que surgiram as mais veementes manifestações políticas de contestação ao *status quo* dos primeiros anos do Reino do Iraque.

Os dois grandes partidos desta época, o Partido *Watani* e o Partido *Nahda*, assumiam posições frontalmente anti-tratado. O primeiro partido contava nas suas fileiras com muitos nacionalistas que, apesar de sunitas, manifestavam uma posição claramente pró independência. O segundo, com filiados sobretudo xiitas de influência clerical, espelhavam o ressentimento desta comunidade conservadora pela ocupação britânica de territórios muçulmanos.

A partir de 1923 um problema territorial agudizou as já tensas relações entre maioria xiita e elite sunita. Como referido anteriormente, o Curdistão iraquiano, impulsionado por promessas britânicas do tempo da Grande Guerra, encontrava-se em ebulição. As milícias curdas contestavam

a forma unitária do Estado Iraquiano. Paralelamente, a Turquia de Mustafá Kemal, vitoriosa de uma sangrenta guerra contra a Grécia e alicerçando a ideologia de estado no nacionalismo secular do CHP (Partido Popular Republicano) manifestava o seu descontentamento com a falta de administração efectiva iraquiana sobre a província fronteiriça de Mossul, bastião da resistência curda. Era para as autoridades britânicas e para o governo iraquiano “ (...) claro que, caso se perdesse a província de Mossul, ou até se sectores substanciais dela se separassem do estado iraquiano, a maioria xiita tornar-se-ia esmagadora, tornando ainda mais precário o domínio político dos membros da minoria sunita.” (*idem*, p. 78).

A questão turco-iraquiana, fundamentada no receio árabe sunita, ora da independência do Curdistão, centrado em Mossul, ora na transferência desta província para Ancara, estimulou politicamente os xiitas mais radicais, contestatários da constituição política de um estado administrado por uma elite sunita e refém dos interesses geopolíticos britânicos por via do tratado de 1922. A primeira metade da década de 20 pauta-se, como notado por Tripp na citação abaixo, pelas tensões políticas e demográficas entre a coroa sunita e o clero xiita. A questão curda ganha assim importância vital na manutenção do frágil equilíbrio entre as duas forças sociais em questão, acabando a visão de estado árabe sunita por vingar, à custa da conservação da submissão curda aos seus interesses e da eliminação mais ou menos efetiva das estruturas de militância política xiitas.

Em Junho de 1923, como prelúdio ao processo muito arrastado das eleições indirectas imaginadas para o Iraque, os *mujtahids* xiitas renovaram as suas *fatwas* contra a participação. Em primeiro lugar entre os críticos do estado iraquiano estava o aiatola Mahdi al-Khalisi, mas era apoiado por outros eminentes *mujtahids*, tais como os aiatolas al-Na’ini e al-Isfahani. Para muitos em Bagdade, os *mujtahids* xiitas pareciam estar a usar o pretexto do tratado, de modo geral impopular, para organizar a oposição ao estado iraquiano emergente, dominado como estava pela elite sunita. O rei Faiçal aceitara agora que o tratado era inevitável se desejasse

manter o trono e também se o Iraque conservasse Mossul, e a contínua oposição dos *mujtahids* parecia ter a intenção de minar a verdadeira ordem com a qual ele mesmo estava comprometido. Conseqüentemente, autorizou a prisão do aiatola al-Khalisi que foi levado para Baçorá e enviado em peregrinação a Meca, não regressando finalmente ao Iraque mas sim à Pérsia. Uma vez ali reuniu numerosos ulemás xiitas em protesto contra o tratamento de que fora alvo e, de modo mais geral, contra a atitude das autoridades para com a hierarquia xiita (e para com a comunidade por arrastamento). (*idem*, p. 79).

A estratégia de neutralização dos clérigos-políticos xiitas, a maior ameaça ao *status quo* anglo-sunita, apostou na separação de interesses entre os primeiros e as lideranças tribais xiitas, que por incentivo régio e outros apoios, nomeadamente financeiros, se viram progressivamente mais identificados como o novo estado emergente tão atacado pelos seus guias espirituais.

Todavia, este exílio autoimposto teve pouco eco no Iraque. Entre aquelas tribos xiitas cujos dirigentes eram bastante íntimos dos *mujtahids*, começou a emergir um ponto de vista diferente. Embora muitos xeques permanecessem hostis aos britânicos e ao situacionismo sunita em Bagdade, eram cortejados por ambos: os Britânicos garantiam uma representação especial para os xeques tribais na Assembleia Constituinte, dando-lhes aproximadamente 40% dos lugares; o rei, pelo seu lado, usava o seu patrocínio para garantir-lhes isenções de impostos. Não se poderia admitir por mais tempo, portanto, que as atitudes dos xeques tribais xiitas e dos *mujtahids* coincidissem. A poderosa sedução exercida pelo estado, com as suas posições, patrocínio e recursos, estava a começar a exercer a sua força sobre os xeques tribais, deixando os *mujtahids*, com a sua crítica ideológica e comunal, despojados do apoio social coercivo que até ali fizera deles uma influência bastante poderosa no sul do Iraque. (*idem*).

Apesar da clara maioria demográfica xiita, e da manifesta influência clerical sobre a mesma, foi possível aos detentores do poder político iraquiano acabar de algum modo com a promiscuidade

político-religiosa da militância xiita, sabendo também explorar as diferentes ambições dentro das estruturas organizativas xiitas.

Nem a acção dos *mujtahids* era particularmente bem acolhida pelos activistas políticos xiitas leigos. Estavam a descobrir novas formas de acção política baseadas no poder do número e pareciam determinados a tirar o máximo de proveito do sistema eleitoral, vendo este finalmente como o melhor recurso contra o domínio das elites sunitas não representativas. As eleições, embora falhadas na prática, defendiam pelo menos a possibilidade de que o número contaria e que a maioria xiita, há muito negligenciada, faria ouvir a sua voz no Iraque. A somar a estas considerações, o voo de al-Khalisi e de alguns dos outros *mujtahids* para a Pérsia, onde procuravam a protecção do xá, provocou consternação dado que a identificação da direcção dos xiitas com a Pérsia servia apenas para aprofundar os preconceitos dos outros iraquianos e ameaçava marginalizar uma vez mais os xiitas.

Os *mujtahids* dissidentes foram forçados a reconhecer que o seu gesto público de provocação não só falhara na produção do efeito desejado, como fora contraproducente. De facto o declínio do papel político dos *mujtahids* no Iraque data deste período. Permaneceram influentes de muitas maneiras, mas mesmo os movimentos que davam voz aos agravos específicos dos xiitas seriam agora dirigidos por figuras laicas, mais preocupadas com o bem-estar dos xiitas no quadro do estado iraquiana do que em hostilizar a verdadeira ideia desse estado. Este recuo também reforçou a determinação de numerosos *mujtahids* de evitarem envolver-se no mundo da política, voltando-se para o mundo mais abstrato, mas também mais puro, da jurisprudência islâmica e da exortação moral. (*idem*, pp.7980).

Além do sucesso anglo-sunita ao despojar os clérigos xiitas da liderança política dos movimentos populares xiitas, retirando a estas organizações a clara matriz clerical, também a identificação dos *mujtahids* com a Pérsia contribuiu para descredibilizar politicamente a hierarquia religiosa xiita. A ligação ao vizinho persa colocava em causa a lealdade nacional destes clérigos,

reforçando a desconfiança secular do sunismo face ao xiismo árabe, encarado sempre como subserviente aos aiatolas da Pérsia.

O papel social dos clérigos xiitas foi-se progressivamente cingindo aos âmbitos religioso, jurídico e filosófico. Uma das mais significativas consequências deste afastamento da vida política por parte dos *mujtahids* foi a aceitação do Estado Iraquiano por parte das novas lideranças laicas xiitas. Esse reconhecimento contrastava com a anterior linha de domínio clerical, menos receptiva ao enquadramento dos xiitas no Reino do Iraque.

Doravante, o conflito sunita-xiita no Iraque prendeu-se com a luta pelo controlo das instituições do estado, procurando os primeiros conservar a sua tradicional primazia política e os segundos apontando no sentido da sua legitimidade enquanto maior força demográfica do Iraque. Esta estrutura no quadro das relações entre estas duas comunidades islâmicas iraquianas manteve-se até ao derrube do regime de Saddam Hussein em 2003, altura em que pela primeira vez na História do país a maioria xiita alcançou o controlo do estado, iniciando um processo de “expurga” dos sunitas árabes das principais instituições nacionais.

A monarquia hachemita de Faiçal I procurou fomentar a identidade nacional iraquiana apesar de nem sempre a força do ideário corresponder à concretização das acções. Propuseram-se, pelo menos oficialmente, pontes entre as duas principais comunidades mas também com curdos e assírios (cristãos). O sentimento comunal, apesar da retórica régia, sobrepôs-se nestes anos de fundação do estado ao sentimento de unidade nacional. Aligeirando divergências internas, sobretudo curdos, mas também assírios, mantiveram-se empenhados em alcançar maior autonomia, senão mesmo, a independência. Quanto a sunitas e xiitas manteve-se a suspeita de deslealdade nacional dos primeiros face aos segundos e a percepção de injustiça dos segundos face aos primeiros.

A Faiçal I sucede, em 1933, o seu filho Ghazi, de vinte e um anos, tido como próximo das correntes pan-arabistas. O reinado deste segundo monarca iraquiano foi marcado pelo agudizar das tensões entre sunitas e xiitas, num país ainda sujeito às imposições do tratado celebrado com os britânicos. O novo rei do Iraque herdou as consequências do antagonismo que opunha a maioria xiita aos governantes sunitas, como se verifica no excerto abaixo:

Ghazi era o produto de um sistema que exacerbou o ressentimento xiita pelo domínio sunita do estado durante alguns dos anos seguintes. Este tomou numerosas formas. Nos círculos que dominavam, era exemplificado pela resignação de dois ministros xiitas nos finais de 1933 quando o governo decidiu desviar para o exército fundos atribuídos à barragem de Gharraf. Para eles, isto indicava que o governo estava menos preocupado com as comunidades maioritariamente xiitas que beneficiaram com a barragem do que com a expansão das forças armadas através da conscrição – outra decisão que provocou mais protestos nas zonas xiitas do sul do Iraque. (*idem*, p.104).

A dinâmica legislativa em torno da temática da conscrição, associada ao reforço do centralismo do estado, foi incentivada pelas elites sunitas não sem ressentimentos das comunidades xiita e curda mais afetadas pela mesma. A questão da conscrição foi, ao longo da década de 30, um assunto de grande relevância política em Bagdade uma vez que refletia o fosso entre a elite minoritária sunita e as outras comunidades étnico-religiosas do reino que viam na obrigatoriedade do serviço militar um atentado aos seus costumes, hábitos e tradições.

Também o controlo da política educativa iraquiana por parte de árabes sunitas de ideologia nacionalista árabe e centralista causou profunda desconfiança entre as comunidades xiita e curda que olhavam para o projecto educativo do Iraque como “ (...) típico do estado centralizado e hegemónico dominado pelos árabes sunitas.” (*idem*, p.117). A determinação da coroa em criar uma

identidade nacional iraquiana exigia a substituição das estruturas educativas comunitárias por outras, sujeitas ao centralismo de estado.

Em 1935, um conjunto de manobras políticas por parte de políticos sunitas próximos da coroa, liderados pelo Primeiro-Ministro Ali Jawdat, levou ao romper de agitação popular na região do Médio Eufrates, resultado de uma aliança entre clérigos e chefes tribais xiitas que, já aceitando a sua permanência no Estado Iraquiano, contestaram o estatuto e a representação da sua comunidade no mesmo. Para a elite sunita a reacção dos xeques e clérigos xiitas representou a manifestação do “ (...) velho Iraque que necessitava de ser eliminado pela marcha do progresso.” (*idem*, p. 105). Nos círculos dirigentes sunitas, o xiismo político foi mais uma vez associado à resistência à construção de um estado moderno.

As circunstâncias acima identificadas remetem para uma tensão permanente entre a minoria sunita, politicamente poderosa, com valores “ocidentalizados” e encarando-se a si própria como paladina do progresso, e uma maioria xiita, politicamente subjugada, considerada pelos primeiros como retrógrada e obscurantista, empenhada na luta pela igualdade política e representativa da sua comunidade. Como Tripp pormenoriza, a revolta de 1935, de base claramente xiita não pode, no entanto, ser considerada como resultado de uma aliança xiita monolítica com o objectivo de conquistar poder e influência no estado.

Os acontecimentos de 1935 não constituíram um levantamento <das tribos> ou <dos xiitas> contra o governo, embora estivessem em acção sentimentos distintamente tribais e comunais xiitas. Motivos muito particulares também influenciaram – motivos relacionados com a segurança de xeques específicos no seu mundo tribal, ou os seus receios sobre avaliação dos impostos ou delimitação de terras que podiam coloca-los em desvantagem relativamente aos vizinhos. Além disso, por cada tribo xiita ou sector tribal que se revoltou contra o governo, houve várias que ou ajudaram o governo ou se mantiveram neutras, esperando para ver o resultado do choque

entre forças tribais e governamentais antes de arriscar as suas próprias aldeias pegando em armas.

A expressão das razões de queixa distintamente xiitas, embora ouvidas com bastante frequências nas zonas rurais, onde eram reduzidas geralmente a um vibrante apelo sectário ao fim da tirania sunita, era largamente o trabalho dos intelectuais xiitas urbanos, clericais e laicos. Estas queixas derivavam do desequilíbrio confessional no coração do estado iraquiano. A compreensão de que os xiitas não eram só mais números do que os árabes sunitas, mas constituíam também uma maioria global no Iraque estimulava os activistas. A clerezia tendia a pressionar para obter maiores representações comunais, proporcionais à dimensão da comunidade xiita, enquanto muitos leigos acreditavam que este objectivo podia ser alcançado apenas como uma aplicação mais consumada dos princípios democráticos no Iraque. Para os xiitas urbanos seculares, isto tinha a vantagem de lhes permitir fugir ao domínio comunal da hierarquia clerical, mas também levou muitos a entrar em conflito com os xeques tribais que ainda controlavam a vida da grande maioria dos xiitas do Iraque. (*idem*, p.106).

A citação supra permite entender que o campo xiita deixava, progressivamente, de ser um bloco político monolítico de liderança clerical para representar, pelo menos, três importantes facções internas: uma clerical, uma tribal e uma mais secularizada e urbana. Apesar da crítica comum à supremacia sunita, os objectivos finais das várias correntes políticas dos xiitas iraquianos não eram exatamente coincidentes, diferindo na aceitação das instituições do novo estado nascido após a guerra de 1914-1918.

À margem dos conflitos comunitários, a cena política iraquiana pautava-se igualmente pela tentativa de autonomização face ao poder tutelar britânico, o que aliás levou em 1941 a uma breve guerra entre a Grã-Bretanha e o Iraque, vencida pela primeira, consequência do alinhamento do novo governo nacionalista com as potências do Eixo. As principais consequências deste

enfrentamento bélico foram a restauração no poder das elites alinhadas com os britânicos e o reforço da presença militar de Londres no Iraque.

Esta fase da História do país não é reveladora dos conflitos inter-comunitários no Iraque; não obstante, as tribos xiitas do Sul e os dirigentes curdos no norte do país tenderam a apoiar as forças britânicas contra o governo nacionalista pró-Eixo de Rashid Ali al-Gaylani.

No período pós 1941 a monarquia hachemita viu consolidado o seu poder no país com o apoio britânico. No plano externo dá-se igualmente o alinhamento do Iraque com as potências árabes emergentes. Mantêm-se neste período a clara preponderância sunita na governação do país. Apesar de casos pontuais de altos funcionários xiitas, a tradição hegemónica sunita sob a monarquia continuou bem presente.

Em 1948, a nomeação de Mohammed al-Sadr, um veterano político xiita para o cargo de Primeiro-Ministro do Reino do Iraque pelo Regente Abd al-illah mostrou, pela parte da coroa, a existência de preocupações anti-sectárias. Este corte com a tradição de domínio sunita levou naturalmente a reacções por parte das elites sunitas que, em poucos meses, conseguiram levar à destituição do executivo. No entanto, dificilmente se poderá encontrar neste incidente político um recrudescer das velhas tensões sunitas-xiitas, na medida em que não houve aqui movimentações assinaláveis das duas grandes massas comunais como reacção ou apoio ao governo do líder xiita.

Além dos eventos políticos internos aqui relatados, 1948 é também o ano da proclamação do Estado de Israel e da Primeira Guerra Israelo-Árabe. O Iraque, alinhado com as demais potências árabes, contestou a criação do Estado de Israel, enviando contingentes militares para o primeiro ataque, falhado, das nações árabes contra Israel.

O Iraque enviara 3.000 homens para a frente, em Maio, e nos meses seguintes enviou mais 15.000, constituindo a maior força individual árabe na Palestina. Defenderam com êxito o triângulo Jenin-Nablus-Tulkaran, mas a incapacidade para lançarem

uma ofensiva e a forte suspeita de estarem a ser usados pelo rei Abdallah da Jordânia simplesmente para reforçar a anexação da Palestina Árabe levou a uma barragem de críticas no Iraque. Esta redobrou quando os reveses militares dos exércitos árabes os levaram a concordar com o cessar-fogo de Junho e Julho de 1948, negando nitidamente a reivindicação de vitórias árabes do governo e dando às forças israelitas a oportunidade de passarem à ofensiva na Galileia, em Lydda/Ramleh e finalmente no Negueve (*idem*, pp.145-146).

Apesar das críticas ao desempenho militar iraquiano neste primeiro grande conflito no Levante entre judeus e árabes, as lideranças sunitas e xiitas uniram-se na condenação e agressão ao sionismo. A recusa na aceitação de um estado judaico na Palestina, questão tão sensível para o mundo muçulmano, mantém-se desde o início o ponto de maior concórdia entre sunitas e xiitas. No Iraque, a condenação ao sionismo tem sido transversal aos diversos regimes.

Nos últimos anos da monarquia assistiu-se progressivamente, apesar da manutenção das desconfianças sectárias, à aproximação de certos sectores sunitas e xiitas mais conservadores contrários às forças reformistas que tendiam a organizar-se politicamente. Dir-se-ia que o grande conflito se dá sobretudo entre curdos e o institucionalismo árabe sunita. O crescimento do Partido Comunista Iraquiano é igualmente fonte comum de preocupação entre elites sunitas e lideranças clericais xiitas. A aceitação, pela maior parte da comunidade xiita, do seu enquadramento no estado, não deve ser interpretada como um arredar do sentimento de injustiça face à sua exclusão das altas esferas do poder.

Em 1958, os Oficiais Livres, grupo que reunia parte considerável do jovem oficialato iraquiano de tendência nacionalista colocou em marcha o sangrento golpe de estado que derrubou o jovem monarca Faiçal II, executando-o, à maioria da família real e a numerosos políticos associados à monarquia hachemita. Para os oficiais revolucionários a ordem anterior representada

pelos hachemitas baseava-se numa inaceitável submissão aos interesses britânicos e ocidentais. Para estes oficiais nacionalistas e pan-arabistas, o Iraque deveria assumir o seu papel internacional no quadro do mundo árabe, livre da influência britânica. Aliado ao pensamento nacionalista/pan-arabista de muitos destes jovens oficiais, encontravam-se fortes referências socialistas, marcantes naquilo que viria a ser a emergência do socialismo árabe. Apesar de maioritariamente sunitas, estes oficiais eram laicos e pertencentes, em grande parte, a famílias fora do círculo tradicional das elites sunitas. O fim da monarquia e a ascensão ao poder de uma nova geração moldou um novo período da História deste país, no qual Saddam Hussein será o grande protagonista. Tripp (*idem*, p.169) descreve, assim, o fim de uma época:

O derrube da monarquia com o golpe de Estado militar de Julho de 1958 pôs fim a uma fase da história do estado iraquiano. Fora largamente moldada pelo Reino Unido, pelos Haxemitas e pelos conventículos dos antigos oficiais e funcionários otomanos que procuraram dominar o novo aparelho de estado, bem como pelos latifundiários e pelas elites das muitas comunidades que constituíam a “sociedade iraquiana” cónscias do seu estatuto. Confiaram no seu poder económico, nas suas redes de patrocínio e na deferência ainda demonstrada para com eles para garantir os privilégios e promover os seus interesses.

A república é, indubitavelmente, um marco maior da História contemporânea da antiga Mesopotâmia. Com ela, o país atravessou profundas mudanças nas suas estruturas políticas, embora o domínio sunita tenha sido conservado. Os novos governantes do país, oficiais nacionalistas e anti-imperialistas do Exército eram, como acima referido, de origem sunita. Como mais à frente se verá, a linha que acabou por vencer a batalha pelo poder na nova república foi em grande medida mais hostil para com a comunidade xiita que os antecessores monárquicos.

Os primeiros anos da república caracterizaram-se pela instabilidade: facções republicanas rivais disputavam o poder entre si, em alguns casos em torno do nível de comprometimento que o

Iraque deveria ter no sentido da unificação política do mundo árabe; o crescimento do Partido Comunista Iraquiano ameaçava largos sectores da sociedade, incluindo os mais religiosos. A súpula destes factores concorreu para a criação, no Iraque, do Partido Islâmico. Apesar de anteriores tentativas de formação de duas forças políticas islâmicas, uma sunita e outra xiita, acabou por vingar a opção por uma frente islâmica unitária, no fundo manifestando uma reorientação das prioridades políticas dos sectores mais conservadores de ambas as grandes comunidades islâmicas. “O chefe do partido era o leigo sunita Nu’ma ‘Abd al-Razzaq al-Samarrai, mas o seu patrocinador era o grande aiatola Mushsin al-Hakim. Embora se dedicasse ao objectivo final de formação de uma ordem islâmica, a sua hostilidade ao ateísmo, ao materialismo e ao comunismo era mais prioritária (...)” (*idem*, p.182).

O aparecimento do Partido Islâmico não determinou o fim do sentimento sectário entre os mais integristas de ambas as comunidades, surgindo o apelo secular de comunistas e pan-arabistas como uma ameaça superior às divergências doutrinárias entre sunitas e xiitas.

Sendo certo que entre os sunitas, à semelhança de outros países árabes, se popularizava a Irmandade Muçulmana<sup>19</sup> e entre os jovens clérigos e intelectuais xiitas surgia o Apelo Islâmico, vértice da luta xiita anti-comunista, a verdade é que o sentimento de perda de identidade islâmica comum criou neste período pontes políticas, mais uma vez provando que o agudizar e acalmar das tensões intra-islâmicas entre as duas grandes correntes é fortemente condicionado por factores externos. Neste sentido, as rápidas mudanças sociais que o Iraque atravessou no final da década de 50 e década de 60 possibilitaram a estruturação de forças reactivas. Organizadas em torno de ideais islâmicos, estas forças pretendiam sobretudo submeter política e socialmente o país a padrões

---

<sup>19</sup> Fundada no Egipto em 1928, esta organização islamita radical cujo objetivo passa pela rejeição da influência ocidental no mundo muçulmano e pelo retorno à Lei Islâmica, encontra-se ainda hoje disseminada por muitos países muçulmanos, Alguns académicos apontam o ideário da Irmandade como base ideológica para o surgimento de movimentos fundamentalistas sunitas.

religiosos, relegando para um plano inferior os conflitos sectários e comunais. Não se pode falar ainda, quer entre sunitas quer entre xiitas, de movimentos frontalmente opostos ao regime republicano saído de 1958. A postura islamita não determinava, à época, uma clara ruptura com as instituições existentes.

É também no final dos anos 50 que uma nova força política começou a ganhar força no Iraque, o Partido Baath Árabe Socialista. Ideologicamente, o baathismo nascera na Síria no final dos anos 40 e rapidamente encontrara seguidores no Iraque. Sob o lema “Liberdade, Socialismo, Unidade” esta corrente política pugnava por um misto de nacionalismo pan-arabista, socialismo árabe, secularismo e anti-imperialismo, tendo originalmente estre as suas fileiras não só sunitas e xiitas como inclusive cristãos.

No caso iraquiano o partido, inicialmente pequeno, era constituído maioritariamente por xiitas secularizados, não conquistando grande adesão entre as massas xiitas do Sul do país, desconfiadas do pan-arabismo baathista, proponente da grande nação árabe, sunita na sua grande maioria. Rapidamente esta corrente encontrou, em jovens oficiais adeptos, uma militância maioritariamente sunita, apesar do respeito oficial pela linha anti-sectária do Baath.

Em 1963, como resultado de convulsões internas e rivalidades entre os oficiais republicanos de 1958, o partido conseguiu por breves meses ocupar o poder em Bagdade, sendo deposto meses depois. Somente a partir de 1968, o partido assumiu o controlo do país, iniciando-se um período de enorme relevância nas relações entre as comunidades sunita e xiita no país.

Apesar da base inicial que, segundo parâmetros europeus, considerar-se-ia próxima de ideais de esquerda, depressa os militantes baathistas assumiram uma fortíssima postura anti-comunista e, por conveniência política, *de facto* anti-pan-arabista.

Em 1966, como consequência de um golpe de estado na Síria, os ramos sírio e iraquiano do partido separaram-se. Nunca mais os dois ramos do partido voltariam a aproximar-se. A rivalidade entre Damasco (Baath dominado por xiitas) e Bagdade (Baath dominado por sunitas) foi tão vincada que levou a Síria a ser o único país árabe a apoiar oficialmente a causa iraniana na guerra contra o Iraque nos anos 80.

Na transição da década de 60 para 70 a escalada de tensão entre o Iraque e o vizinho persa contribuiu, uma vez mais, para picos de tensão inter-comunitária. Entre o Iraque baathista e o Irão imperial existiam consideráveis diferenças ideológicas mas também fronteiriças. A província do Cuzistão, no sudoeste do Irão, de maioria árabe era comumente reclamada pelos irredentistas iraquianos. A elite do novo regime, maioritariamente sunita, empenhou-se em dismantelar as hierarquias clericais xiitas, tradicionais obstáculos ao poder sunita no Iraque. Neste sentido, estimulou-se entre a opinião pública não-xiita a percepção, já mais ou menos generalizada, de que nesta comunidade existiam numerosos agentes iranianos, ou seja, reforçando a ideia, entre os sunitas, de deslealdade nacional por parte da numerosa comunidade xiita iraquiana.

A tentativa de associação do xiismo ao Irão foi mais ou menos comum durante o regime baathista. Sublinhe-se, no entanto, que no período em questão a reacção islamita ao regime por parte das lideranças sunitas também se fez sentir. Isto é, apesar da origem étnico-religiosa árabe sunita de grande parte dos altos quadros do regime, parecia formar-se uma frente islamita, já que determinados sectores sunitas condenavam as purgas, perseguições e prisões de que eram alvo alguns dirigentes xiitas clericais e laicos

Nesta época de particular perseguição às lideranças xiitas, o exilado aiatola Khomeini inspira – numa séria de conferências na cidade santa xiita, de Najaf – dirigentes clericais xiitas a lutarem por um governo islâmico, como mais tarde viria a suceder em Teerão.

Do ponto de vista dos contestatários religiosos iranianos à liderança do xá, a tónica centrava-se no apelo a uma sublevação islâmica contra os governos seculares em voga em vários países muçulmanos. O apelo dos aiatolas iranianos dirigia-se ao Islão contra o secularismo que, na sua pátria iraniana, era encarnado pela monarquia autoritária vigente. Esta mensagem dos exiliados iranianos teve, no entanto, um eco particular no Iraque onde a submissão da maioria xiita a sunitas de tendências ideológicas seculares reforçava o sentimento de urgência em relação à situação vivida.

A clerezia xiita e os membros da comunidade eram relativamente impotentes face às forças que o governo podia colocar no terreno. Não obstante, a capacidade de certas figuras xiitas para impor respeito e autoridade no seio da comunidade enervava nitidamente um regime baseado em círculos apertados procedentes dos territórios sunitas do noroeste. (...) Era o potencial oculto destas formas de solidariedade social que irritava Hassan al-Bakr e Saddam Hussein. Consequentemente, como os anteriores dirigentes do Iraque, tentaram minar essa solidariedade, ao mesmo tempo que garantiam que certos grupos, famílias e personalidades fossem mais favorecidos do que outros. Desta maneira, estabeleceu-se uma rede de patrocínio que arrastou muitos xiitas para o círculo alargado dos que, em certo sentido, eram cúmplices da ordem que se estava a instaurar no Iraque. (*idem*, p. 226).

Na segunda metade da década de 70 do século XX a progressiva ascensão ao poder de Saddam Hussein era já uma realidade incontornável e, apesar de não deter oficialmente o poder, era ele a figura forte do regime.

Em 1977, irromperam violentos motins nos centros xiitas de Karbala e Najaf. Patrocinadas pelos islamitas xiitas do Apelo Islâmico, estas manifestações foram mais uma vez a expressão do descontentamento face à alienação política dos xiitas, desfavorecidos pelas redes clientelares do regime de Bagdad. Apesar de defender duras medidas contra os principais agitadores xiitas,

nomeadamente a pena capital, Saddam Hussein procurou igualmente uma nova estratégia com vista a assegurar o seu domínio político no país. Ao mesmo tempo encorajou o assimilar de componentes islâmicas, trazendo para o seu campo de influência líderes religiosos muçulmanos, de ambos os ramos, dividindo assim a contestação religiosa ao seu ascendente domínio sobre o Baath iraquiano. É naturalmente questionável a sinceridade da adesão de Saddam Hussein aos ideais islâmicos que parece abraçar a partir de 1977. Não obstante, conseguiu dividir aqueles que seriam os principais contestatários ao seu poder que, em poucos anos, se tornaria absoluto.

Em 1979 deu-se o derrube do regime do xá no Irão, com sérias consequências para o regime de Saddam Hussein e a relação deste com os xiitas iraquianos<sup>20</sup>. Apesar da adversidade entre o regime iraquiano e o xá do Irão, Saddam Hussein desconfiava da contestação revolucionária islâmica liderada por Khomeini. Os ecos da revolução no Irão encontravam simpatia nas lideranças xiitas de Najaf e Karbala que também ambicionavam instaurar em Bagdad a sua própria República Islâmica, assim ameaçando o Baath. O aiatola Muhammad Baqir al-Sadr, líder religioso dos xiitas iraquianos, foi detido em 1979 e executado em 1980, no contexto das ações preventivas do regime a dissidências políticas xiitas pró-Teerão. A capacidade de levantamento por parte das massas xiitas e a própria simpatia de alguns sunitas ao apelo islâmico mundial dos aiatolas, inspirados em Khomeini, levou a sangrentas perseguições por parte dos serviços de segurança de Saddam Hussein. O agravar da perseguição às lideranças xiitas neste começo da década de 80 colocou em evidência a consciência de Saddam Hussein de que eram as lideranças clericais xiitas, inspiradas pelo sucesso da Revolução Iraniana, a grande ameaça ao seu poder. Contrariamente ao vasto apoio

---

<sup>20</sup> Este assunto encontra-se mais detalhado no capítulo IV desta dissertação “A Revolução Islâmica no Irão: o nascimento do xiismo militante.

social detido pela clerezia xiita iraquiana, o poder de Saddam Hussein baseava-se na repressão e em redes clientelares, uma vez que nem entre os árabes sunitas era unânime a adesão ao regime.

Em 1979, Saddam Hussein assumiu oficialmente a presidência do Iraque, não sem contestação, prontamente reprimida, no interior do seu próprio partido. Os primeiros anos da governação oficial de Saddam Hussein foram marcados pela dura guerra que travou contra o Irão. O estado das relações entre sunitas e xiitas neste período pode entender-se através da citação abaixo:

Os confrontos entre as forças de segurança e os membros da comunidade xiita continuaram ao longo do Verão de 1979, encorajados pelo renascimento de algumas organizações clandestinas de militantes islâmicos, algumas vezes trabalhando em série, outras vezes atuando por sua própria iniciativa. A al-Da'wa, a Jund al-Iman e a Organização do Serviço Islâmico concordaram todas na necessidade de acção violenta contra o regime (...), ultrapassando os seus escrúpulos iniciais. O governo respondeu com prisões e execuções em massa às quais se deu um aspecto de legalidade por um decreto retroactivo de Março de 1980 (...). No espaço de dias, o aiatola Baqir al-Sadr e a filha, Bint al-Huda, uma intelectual influente por direito próprio, foram levados de Najaf para Bagdade onde foram sumariamente executados. Foi esta a primeira vez na história do Iraque que um clérigo tão antigo foi morto e foi um indiciador ominoso da determinação do regime para forçar os dirigentes xiitas a uma postura de obediência. (*idem*, pp.250-251).

Sublinhe-se que, no contexto da guerra, a postura oficial iraquiana foi no sentido de distinguir as populações xiitas nacionais dos xiitas iranianos, procurando promover sentimentos de superioridade árabe entre os militares iraquianos, maioritariamente xiitas e, assim, neutralizar qualquer tipo de afinidade religiosa entre estes soldados e os adversários iranianos. Neste período, o regime procurou controlar de forma mais veemente as autoridades religiosas xiitas, sempre suspeitas de colaboração ou, pelo menos, de simpatia, para com a causa iraniana. Toda esta acção

de vigilância da parte das forças de segurança fiéis ao governo de Bagdade encontrava justificação na já antiga acusação de deslealdade nacional dirigida pelas elites sunitas à hierarquia religiosa xiita. Durante os anos da guerra, a administração iraquiana fomentou divisões pré-existentes entre xiitas, seja entre as classes urbanas e rurais, com distintos códigos de honra, seja enaltecendo a identidade árabe e iraquiana de alguns xiitas contra os de origem persas/iraniana. Neste período, muitos xiitas iraquianos, mesmo discordando do regime, mostraram-se fiéis à Nação Iraquiana.

Em 1991 agudizaram-se as tensões entre sunitas e xiitas no Iraque. Nas grandes cidades xiitas no Sul e do Centro, nomeadamente Najaf e Karbala, irromperam rebeliões contra o regime, odiado pela maioria da comunidade. No Sul do país, foco das maiores rebeliões xiitas anti-regime, várias localidades aderiram à causa. A falta de uma clara autoridade hierárquica entre os rebeldes redundou numa dura repressão militar por parte da Guarda Republicana, força de elite do regime. Militarmente esmagada a rebelião, o regime procurou apresentar uma imagem pública de reconciliação com a comunidade xiita, tentando associar a rebelião a um movimento contestatário de franjas fundamentalistas do xiismo iraquiano. Mais uma vez, Saddam Hussein tentou colocar segmentos xiitas sob o seu controlo, sem que isso se traduzisse na redução da preponderância sunita nos assuntos de estado.

Até à invasão da coligação internacional liderada pelos Estados Unidos da América em 2003, no âmbito da Guerra contra o Terrorismo, a maioria demográfica xiita manteve-se, globalmente, alheada dos lugares cimeiros do estado. Com algumas excepções, o regime do Baath afastou os xiitas dos centros de decisão política, contribuindo de forma definitiva para a hostilidade dos mesmos ao regime e conseqüente apoio, mais ou menos declarado, à invasão.

O regime autoritário de Saddam foi igualitário quanto aos alvos da repressão política, não obstante, os xiitas, nomeadamente o xiismo político, foi sempre encarado pelos oficiais do regime como uma das maiores ameaças à permanência da ordem estabelecida.

Nos anos vindouros, o Iraque tornou-se cenário de enormes confrontos entre as duas comunidades, levando à radicalização dos dois lados. A ausência de ordem conduziu ao disseminar de vinganças. A inversão da exclusão político-social trouxe novos fenómenos de terrorismo. O ressentimento sunita devido à sua nova situação abriu caminho à entrada de grupos terroristas sunitas, como por exemplo a *Al-Qaeda*.

Após a invasão de 2003, a Autoridade Provisória da Coligação liderada pelo diplomata norte-americano Paul Bremer deu os primeiros passos no sentido de definir politicamente o sentido da reconstrução do Iraque, escolhendo um caminho que, evidentemente, não recolheu unanimidade. O plano para a reconstrução do Iraque foi percebido como tendo sido inspirado no Pacto Nacional libanês: “ (...) o presidente seria curdo, com um vice árabe sunita e outro árabe xiita, o primeiro-ministro seria árabe xiita e o presidente do parlamento seria um sunita.” (Lorena, 2011, p. 83). Assim se procurou dividir o poder entre as três principais comunidades étnico-religiosas iraquianas, evitando o predomínio de alguma delas. Os curdos alcançaram um grande grau de autonomia que, até ao início dos combates com o Estado Islâmico, conferiu à sua região um assinalável grau de prosperidade e segurança. Quanto ao resto do Iraque, o peso demográfico dos xiitas dotou-os de uma relevância que, evidenciada pela violência sectária, agudiza as inimizades entre eles e a comunidade sunita.

Outra hipótese colocada foi a de federalização do estado. De forma mais ou menos clara haveria possibilidade de dividir o país, tal como na época otomana, em três entidades político-administrativas distintas: a antiga Província de Mossul, a Norte, corresponderia à área de

administração curda; a antiga Província de Bagdade, central, corresponderia à área de administração sunita e a antiga Província de Baçorá, a Sul, corresponderia à área de administração xiita.

A constituição de um estado federal iraquiano não se confirmou, aproximando-se as formulações políticas, pelo menos no plano oficial, às que estabeleceram a divisão dos lugares cimeiros do estado e das principais instituições entre as comunidades étnico-religiosas. Lorena (*idem*, p. 82) resume a estratégia norte-americana para a construção político-administrativa do Iraque e o insucesso da mesma:

(...) Bremer e a sua equipa (...) decidiram que o poder devia ser dividido entre árabes xiitas, árabes sunitas e curdos, guardando quotas para as minorias religiosas, como os cristão ou étnicas como os turcomanos. (...). Os norte-americanos entraram no Iraque de rompante, fizeram evaporar um regime que em muitos aspectos estava moribundo, podre por dentro. Depois, destruíram o Estado e deixaram um vazio que não souberam preencher. No papel, distribuíram o poder a seitas, entregando-o assim a fundamentalistas. Na prática, abriram caminho para outros fundamentalistas pegarem em armas e tentarem obter pela força esse poder.

Rapidamente o Iraque ocupado tornou-se palco das rivalidades geoestratégicas dos seus vizinhos. A República Islâmica do Irão, histórica rival do regime de Saddam Hussein, engrossou o apoio aos movimentos políticos xiitas que, após o derrube do regime, viram uma oportunidade de alcançar o poder, uma vez que pela via democrática eleitoral pareceria natural a ascensão ao poder dos xiitas. A minoria sunita, detentora do poder até à invasão norte-americana, temendo o assalto ao poder por parte das forças xiitas organizou-se em milícias ligadas, ora financeira ora ideologicamente, a grupos integristas da Península Arábica. No que diz respeito à militância sunita foi manifesta a radicalização religiosa na sequência da invasão, uma vez que a matriz secular do

nacionalismo árabe deu lugar a uma retórica mais próxima do sunismo integrista, altamente reativa à crescente influência xiita e iraniana em Bagdade.

Outrora uma potência regional, o Iraque pós invasão, com um estado enfraquecido, deixou de conseguir garantir a sua independência política face a vizinhos mais poderosos, como o Irão. “O Iraque pós-Saddam é fraco face aos restantes países da região, protege mal as suas fronteiras e está vulnerável a múltiplas influências e interesses. O Iraque já foi uma potência e era, para os países ocidentais, um tampão ao poder dos (...) xiitas da República Islâmica.” (*idem*, p. 82).

Se, nas primeiras fases da ocupação, o apoio comunal à mesma adveio sobretudo dos xiitas, no decorrer da resistência foram estes os mais veementes críticos da manutenção das forças da coligação em território iraquiano. Sem a presença militar destas forças a tomada do poder pelos aliados de Teerão parecia inevitável. Por outro lado, como evidencia Lorena (*idem*, p. 82), os “ (...) árabes sunitas, que nos primeiros anos pós-invasão combateram os norte-americanos (...)” passaram a encarar a retirada destes como prejudicial à sua segurança. A invasão norte-americana, além das consequências que acarretou para o Iraque marcou de forma veemente as relações entre os EUA e o mundo xiita, muito tensas desde 1979. Vali Nasr (2007, citado por Stern & Berger, 2015, p. 43) esclarece: "Os oficiais eleitos do governo iraquiano pós-guerra são os primeiros líderes xiitas com os quais os Estados Unidos tiveram contacto direto e significativo desde a revolução iraniana."

O destaque político da comunidade xiita no novo Iraque fez soar o alarme da consciência sunita no Médio Oriente. A relevância e influência de Moqtada al-Sadr e do seu movimento (além do peso eleitoral de outros partidos políticos xiitas como o Supremo Conselho Islâmico do Iraque) reacendeu os receios, já manifestados, por exemplo, pelo rei Abdullah da Jordânia. As lideranças sunitas temem a criação de um “grande corredor xiita”, unindo Teerão a Beirute,

passando por Bagdade e Damasco, ou seja, uma unidade de interesses entre a República Islâmica dos aiatolas, o *Hezbollah* de Hassan Nasrallah, o militantismo xiita do Iraque e o regime alauita de Bashar al-Assad. Pela primeira vez na História contemporânea do Médio Oriente, e numa das raras ocorrências na História do Islão, a formação de uma grande aliança xiita sob tutela iraniana ameaça a tradicional balança do poder intra-islâmico, sempre a pender para a maioria sunita.

A invasão do Iraque em 2003 constituiu, assim, um marco essencial na cronologia moderna da rivalidade sunismo-xiismo. Este xadrez que manifesta a disputa entre duas correntes teológicas, duas distintas visões do papel do Islão e dos interesses políticos e estratégicos em colisão, jogou-se e joga-se entre o Tigre e o Eufrates.

Mais de uma década volvida desde a invasão do país por parte da coligação internacional a verificação de três dos grandes pressupostos justificativos para o derrube do regime de Saddam Hussein continua a falhar:

- As armas químicas e biológicas que a administração norte-americana de George W. Bush garantia existirem no arsenal bélico iraquiano nunca apareceram.
- A democracia que se iria implementar no país não só não é uma realidade como o próprio estado apresenta sinais de desagregação.
- Mais relevante, pelo menos no que diz respeito ao objectivo dessa dissertação, é a comprovação da falácia que apontava para relações próximas entre o regime do Partido Baath e a *Al-Qaeda*.

O governo encabeçado por Nouri al-Maliki entre 2006 e 2014, que sucedeu ao governo de transição, pautou-se pela constante discriminação face à comunidade sunita, o que, em muito, contribuiu para a fanatização de sunitas, independentemente da ligação anterior ao regime do Baath. Durante estes anos de manifesta preponderância de um certo revanchismo xiita foram

alimentadas as raízes de grupos como o Estado Islâmico, que assim aparece na cena regional, nos seus primórdios, como uma clara reacção à “ordem xiita” iraquiana.

A desagregação política, social, económica e institucional do Iraque potenciou a radicalização da minoria sunita outrora mais ligada, à semelhança do regime, a um modelo nacionalista e socialista pan-arabista de cariz secular. A História iraquiana subsequente à invasão de 2003 pauta-se pela radicalização das comunidades islâmicas, tendo a *Al-Qaeda*, virtualmente inexistente no período anterior à invasão, ganho terreno neste país, ora combatendo as forças militares da coligação, ora resistindo à ofensiva xiita de tomada do estado.

O carácter comunitário e sectário da guerra civil abriu caminho para um dos fenómenos mais bárbaros de radicalismo islâmico, o Estado Islâmico. As consequências da invasão de 2003 fazem-se sentir no recrudescer dos ódios entre facções radicais do sunismo e do xiismo, parecendo distante a ideia de um Médio Oriente em paz.

O Iraque assume, no quadro das rivalidades sunismo-xiismo, um papel preponderante seja pela sua História, seja pela presença neste país de fortes comunidades de ambas as confissões, seja pela realidade dos factos que demonstram a força da contenda nesta outrora relevante potência árabe. A desestruturação do Estado Iraquiano a que hoje assistimos será mais adiante analisada, mediante o enfoque nos efeitos regionais do surgimento e acção terrorista do Estado Islâmico na geopolítica do Médio Oriente.

### **III - A Guerra Civil Libanesa: palco de tensões político-religiosas**

#### **intra-islâmicas**

*Lebanon: the country where everyone wants a piece while we want peace.*

Sandra Chami Kassis

A Guerra Civil Libanesa apresenta-se como um dos grandes conflitos internos da segunda metade do Século XX. Marcado por massacres de populações civis, pela interferência externa de potências regionais e por complexos jogos de alianças, esta guerra causou a destruição de um país multicultural que, não obstante, antes da guerra era, aos olhos do mundo, um oásis de estabilidade no Médio Oriente, uma ponte entre Ocidente e Oriente, entre Cristandade e Islão. Nos anos da guerra assistiu-se neste pequeno país mediterrânico aos movimentos geoestratégicos das potências internacionais e regionais. Outrora próspero e seguro, o Líbano foi consumido pela força das divisões sectárias,

O espaço geográfico que hoje configura a República Libanesa foi historicamente berço da civilização fenícia, ponto de passagem de impérios, lar de algumas das primeiras comunidades cristãs da época romana. Neste pequeno território levantino prosperou por muitos séculos a cultura mediterrânica. Hoje os marcos da interculturalidade libanesa manifestam-se não só no seu riquíssimo património histórico-cultural mas também na multiplicidade das suas comunidades étnico-religiosas.

O começo da diferenciação de uma identidade libanesa remonta à década de 60 de oitocentos quando no âmbito da intervenção liderada pela França imperial de Napoleão II em

defesa dos cristãos maronitas<sup>21</sup> e greco-católicos melquitas<sup>22</sup>, alvo de perseguições promovidas pelos senhores feudais drusos e por segmentos das populações muçulmanas, se estabeleceu em 1861 a autonomia do Monte Líbano, oficialmente sob soberania otomana mas na prática administrado por oficiais cristãos mais ou menos sujeitos à influência ocidental, mormente francesa, mas também britânica e russa. Desta forma, o Líbano separou-se da Síria, província otomana, e nasceu no Médio Oriente uma entidade política maioritariamente, mas não exclusivamente, cristã. Neste Líbano autónomo coexistem com os cristãos (de diferentes confissões) muçulmanos (sunitas e xiitas), drusos<sup>23</sup> e, à época, também judeus.

O Mutasharifado do Monte Líbano existiu enquanto entidade político-administrativa integrada no Império Otomano de 1861 a 1918, data em que a derrota do Império Otomano na I Grande Guerra alterou, por todo o Médio Oriente, o equilíbrio de forças existente. Durante este período de autonomia política, dominado pelos cristãos libaneses, não se manifestaram no Mutasharifado grandes conflitos entre as comunidades sunita e xiita, em parte porque estas nunca ultrapassaram mais de 6% da população. A comunidade xiita era maioritária face aos sunitas, apesar de estes serem predominantes no Império Otomano.

O mandato da Sociedade das Nações que estabeleceu o protetorado francês no Líbano reforçou internamente a influência da comunidade cristã, não obstante o progressivo crescimento demográfico das comunidades islâmicas.

Em 1943, as Forças Livres Francesas, comandadas pelo General Charles De Gaulle, puseram termo ao mandato francês sobre o Líbano, reconhecendo assim a independência deste

---

<sup>21</sup> A Igreja Maronita é uma igreja católica de rito oriental em comunhão com Roma. É a maior confissão cristã do Líbano.

<sup>22</sup> A Igreja Greco-Católica Melquita é uma igreja católica de rito bizantino em comunhão com Roma.

<sup>23</sup> Os drusos, ou povo do monoteísmo, formam um dos maiores grupos étnico-religiosos do Líbano. Enquanto grupo religioso, caracteriza-se por não aceitar conversões. Os drusos, uma cisão do xiismo ismaelita, comportam múltiplas influências religiosas e filosóficas. Encontram-se distribuídos por todo o Levante.

pequeno país multicultural apesar de, somente em 1946, os franceses terem abandonado militarmente o país.

Reconhecendo a multiplicidade étnico-religiosa do país, as várias comunidades celebraram entre si um acordo não-escrito ainda hoje em vigor, o Pacto Nacional. Este entendimento entre as principais comunidades libanesas reconheceu essencialmente quatro grandes princípios regedores da organização político-institucional do país, num esforço de garantir a coexistência pacífica de distintos grupos, muitas vezes – como a guerra civil demonstrou – com interesses antagónicos:

- O Líbano é um estado soberano e independente. As comunidades cristãs devem abdicar da proteção histórica de que gozavam por parte do Ocidente. As comunidades muçulmanas comprometem-se a preservar a independência do país e a abdicar de objectivos de união do país com qualquer estado árabe.

- O Líbano assume-se como uma ponte entre mundo ocidental e mundo árabe, reconhecendo as vantagens da ligação a ambas as realidades.

- O Líbano, reconhecendo-se como estado árabe, deverá cooperar com os demais mantendo, contudo, uma posição neutral em caso de conflito entre os mesmos.

- Os cargos públicos deverão ser proporcionalmente divididos entre os grupos religiosos oficialmente reconhecidos. No que diz respeito a funções técnicas, o princípio meritocrático sobrepor-se-á à pertença confessional. A presidência da república deverá ser ocupada por um cristão maronita; a chefia do governo por um muçulmano sunita e a presidência do órgão legislativo por um muçulmano xiita. O rácio de deputados deverá ser de seis cristãos para cinco muçulmanos.

No primeiro ponto deste pacto está manifesta a necessidade de enquadramento internacional do novo estado, uma vez que as circunstâncias histórico-culturais das comunidades cristãs e

muçulmanas apontavam em sentidos opostos quanto à identidade nacional do país e quanto à proximidade do Líbano, ora com o Ocidente, ora com os vizinhos árabes. O compromisso em conservar o Líbano independente foi em grande medida uma forma de impedir a reintegração do País dos Cedros na Síria. A rejeição ou a defesa da união com a Síria ultrapassava fronteiras comunitárias; contudo, entre as elites cristãs de Beirute dominava o sentimento nacionalista e, entre os muçulmanos de ambos os ramos, os ideais pan-arabistas/pró-união ganhavam popularidade. A integração do país na Síria poria termo a quase oito décadas de grande influência ocidental no Líbano, o que privaria o Ocidente de um aliado natural no Médio Oriente, onde começava a despontar alguma influência soviética. As comunidades concordaram, pelo menos oficialmente, em garantir a soberania deste pequeno país multicultural, afirmando a vontade de não o submeter a influências estrangeiras mais ou menos próximas de cada um dos grupos confessionais.

No segundo ponto do Pacto Nacional está manifesta a secular vocação mediterrânica do Líbano que, pela sua História, se assume como ponte entre Cristandade e Islão, entre Ocidente e Oriente. A dicotomia apresenta-se mais uma vez entre cristãos e muçulmanos, não sendo relevante, ainda, a dualidade sunismo-xiismo. Cristãos e muçulmanos comprometem-se a respeitar e ver respeitada a dupla identidade libanesa, cristã e muçulmana, ocidental e árabe.

O terceiro ponto do Pacto assenta no reconhecimento do Líbano enquanto nação árabe. Em certa medida, este ponto parece entrar em contradição com os anteriores, uma vez que, reconhecendo-se embora a duplicidade da identidade libanesa, se valoriza aqui a preponderância do factor árabe. Mais à frente tentar-se-á explicar o impacto desta ideia entre a sociedade libanesa. Menciona-se, à partida, que forças como a cristã Falange Libanesa e, no decurso da guerra civil, outros grupos e milícias da chamada direita cristã mostraram-se adeptos da teoria que aponta para uma ancestralidade fenícia do povo libanês (ou pelo menos dos cristãos libaneses), criando assim

uma exclusividade libanesa na região levantina, à margem do mundo árabe. Saliente-se, no entanto, que apesar de outros considerandos, a arabidade linguística do Líbano é uma realidade transversal a todas as comunidades. Este terceiro ponto revela grande importância na História do Líbano, já que em nome da solidariedade árabe, o país colocou-se ao lado das demais nações árabes nas tentativas de aniquilação do Estado de Israel. Concretamente neste aspecto tendeu a haver sempre relativa concordância entre os líderes sunitas e xiitas libaneses. Contrariamente, entre a direita cristã, Israel foi frequentemente encarado como um aliado regional contra a ameaça árabe e muçulmana.

No último ponto deste Pacto inter-comunitário reside a essência do mecanismo político-institucional libanês. Ainda hoje em vigor, o confessionalismo divide as principais funções de soberania entre as comunidades religiosas do país. Os rácios impostos, assim como a rigorosa divisão confessional de funções públicas, tem demonstrado ser factor de alguma estabilidade, mas também de contestação no frágil panorama político libanês. Os primeiros anos de independência, marcados pelo crescimento económico foram de relativa paz inter-comunitária, pelo menos até 1958, data de uma crise político-institucional que quase levou à guerra civil, não fosse a rápida intervenção militar norte-americana em prol da ordem estabelecida.

The pre-war Lebanese economy grew rapidly during the years 1946 to 1975. The private sector, which was primarily trade- and services-oriented with no significant natural resource wealth, played the dominant role in economic development. Governmental policy was mostly non-interventionist and supportive of private sector initiatives. Domestically, a conservative fiscal policy was followed. (...) Externally, a free foreign exchange system had been maintained since the early 1950s, permitting the private sector to interact freely with the outside world. (Makdisi & Sadaka, 2003, p.7).

Em traços gerais, os acontecimentos de 1958 tiveram a sua raiz nas tensões entre cristãos, representados pelo Presidente da República, e muçulmanos, representados pelo Primeiro-Ministro. À tradicional ligação dos cristãos com o Ocidente opôs-se a vontade maioritária dentro das comunidades muçulmanas, assim como do Partido Socialista Progressista<sup>24</sup>, de esquerda e principal representante da comunidade drusa, no sentido de reforçar os laços com as nações árabes vizinhas, nomeadamente com o Egipto liderado pelo General Nasser. Subjacente a esta aproximação estava o ideal pan-arabista de criação de uma grande república árabe na região.

O Partido Comunista Libanês, cuja militância era transversal às comunidades étnico-religiosas, também se opunha ao tradicional domínio das elites cristãs conservadoras, apesar de manter tensas relações com o movimento nasserista libanês, maioritariamente apoiado por muçulmanos sunitas.

A crispação entre cristãos e muçulmanos – que o primeiro ponto do Pacto Nacional procurou atenuar – é, provavelmente, a razão cimeira para que no período anterior a 1975 não se tenham verificado claras divergências entre sunitas e xiitas. Face ao domínio das elites cristãs de Beirute, as rivalidades intra-islâmicas mostravam-se menos evidentes, transparecendo uma relativa unidade islâmica.

Contrariamente ao ocorrido em 1975, a acção governamental apoiada pelos *marines* norteamericanos impediu o começo de um conflito mais sangrento. A intervenção de Washington, ao abrigo da contenção internacional do comunismo e em prol da presidência do Líbano, foi percebida como um dos mais tensos momentos da Guerra Fria, visto que suscitou a ameaça de utilização de arsenal nuclear, por parte de Moscovo.

---

<sup>24</sup> A maior força política entre os drusos libaneses é o Partido Socialista Progressista. Este partido é liderado pela família drusa Jumblatt, antigos senhores feudais e detentores de grande influência na sua comunidade.

O começo da guerra civil, em 1975, pareceu opor uma coligação de muçulmanos libaneses sunitas e xiitas, palestinianos, drusos e esquerdistas à hegemonia cristã. Uma análise mais cuidada desta longa guerra revela um panorama muito mais complexo, no qual as diversas facções religiosas e políticas se enfrentaram, manobradas ou não, por agentes estrangeiros muito activos no Líbano. Uma vez que, em 1975, o quartel-general da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) se encontrava sediado em Beirute, o Líbano tornou-se palco de movimentações por parte de muitos serviços de informações. Tendo em conta a História do país e a sua posição geoestratégica, os acontecimentos políticos do país eram (serão ainda?) monitorizados e quiçá manobrados por norte-americanos, franceses, soviéticos/russos, israelitas, sírios, iranianos, sauditas, e todos os demais eventuais interessados. Esta presença estrangeira no país mostrar-se-ia nefasta em todas as etapas da guerra civil “external interventions played a major role in provoking, prolonging, and ending the civil war.”(*idem*, p. 41) e contribuiu para a contaminação entre aspectos domésticos e factores externos a que não terá sido alheia a emergência do conflito.

Ressalve-se, ainda, que as duas comunidades objecto de estudo desta dissertação, não tiveram enquadramentos uniformes no conflito em causa. Não só se registaram enfrentamentos entre grupos palestinianos sunitas e milícias da tradicionalista comunidade xiita libanesa, como dentro do sunismo e do xiismo libaneses se formaram grupos muitas vezes antagónicos entre si. Veja-se, neste sentido, a oposição entre sunitas palestinianos seculares e islamitas e os confrontos entre os movimentos mais tradicionais xiitas duodécimanos e as milícias xiitas alauitas.

Após o Setembro Negro de 1970, no qual as forças leais ao rei Hussein da Jordânia expulsaram do território nacional o quartel-general da Organização para a Libertação da Palestina, muitos militantes da organização refugiam-se no Líbano, afectando o equilíbrio político-demográfico previsto pelo Pacto Nacional. Foi a partir deste período que as diversas facções

político-religiosas libanesas reforçaram os seus arsenais, prevendo a inevitabilidade do contencioso bélico que se veio a iniciar em 1975. A guerra deflagrou como um confronto entre as forças cristãs da Falange Libanesa e grupos armados palestinos, estes últimos, em aliança (no início do conflito) com outros muçulmanos e sectores esquerdistas da sociedade libanesa. As razões para a volatilidade de acordos e alianças e os actores em jogo estão bem patentes na citação abaixo (*idem*, 2003, pp. 12-13):

While their activity was ostensibly directed at keeping the Palestinian cause alive and continuing the struggle to reclaim Palestine, these organizations' presence in Lebanon became intricately linked to Lebanese domestic political affairs. The domestic and regional political agendas could hardly be separated. The prevailing weaknesses of the political system were exploited by Palestinian organizations to enhance their political and military positions. For this purpose, they forged alliances with disenchanted Lebanese sectarian (Muslim) and non-sectarian political parties, as well as with groups that regarded such an alliance as a means to pressure the Maronite establishment to accept political reforms. The nature of the desired reforms differed from one Lebanese political group to another. Leftist and other non-establishment groups wished to introduce fundamental changes to render the system less confessional. Traditional Muslim groups aimed at readjusting the sectarian formula to ensure a distribution of power more favorable to the Muslim community. For both groups, political reforms would have offered wider economic opportunities. This combination of domestic and external factors eventually led to the inevitable outbreak of conflict on April 13, 1975.

Dentro da oposição protagonizada pelo Movimento Nacional Libanês coexistiam forças diversas. Veja-se, neste sentido, o fosso ideológico patente entre militantes palestinos seculares de esquerda e islamitas sunitas que pugnavam pela islamização do Líbano.

O sectarismo político e religioso do Líbano originou a formação de inúmeras milícias que com o desenrolar da guerra levaram a cabo acções militares contra alvos altamente mutáveis e

flexíveis, já que os entendimentos entre os contendores obedeciam a lógicas variadas e rapidamente alteráveis. A guerra, que inicialmente parecia opor uma coligação heterogénea à ordem estabelecida, cedo deu lugar a um conflito em várias frentes, incluindo a exploração de ressentimentos, anteriormente pouco manifestos no Líbano, entre sunitas e xiitas.

A comunidade xiita libanesa, apesar do atraso na organização da sua estrutura de defesa militar no contexto da guerra, sentiu necessidade de se organizar militarmente em função da ameaça representada por grupos palestinos fixados no Sul do Líbano, território tradicional dos xiitas libaneses. Fê-lo, em grande medida, numa postura reactiva à fixação de refugiados e milícias palestinas no Sul do Líbano, território maioritariamente xiita.

Apesar da simpatia geral dos xiitas libaneses para com a causa palestina, a penetração destes nas áreas tradicionais de influência xiita com o intuito de atacar a fronteira setentrional de Israel colocou em risco a segurança dos povoados xiitas do Sul do Líbano, tornando-os assim alvo dos contra-ataques israelitas contra a OLP. As inclinações secularistas dos militantes palestinos foram também factor de colisão com o tendencialmente conservador xiismo político libanês. Consequentemente, a simpatia inicial para com os militantes palestinos passou a oposição armada conduzida pelos Regimentos de Resistência Libanesa, braço armado do Movimento *Amal*, de centro-direita, representante político da tradicionalmente desfavorecida comunidade xiita.

A oposição entre militantes xiitas e milícias palestinas não se traduziu numa aliança dos primeiros com as milícias cristãs, não obstante é de ressaltar a entrada na guerra dos movimentos xiitas sobretudo contra a influência palestina no Líbano, ou seja, confirmando-se na Guerra Civil Libanesa a existência de tensões entre comunidades muçulmana. Também dentro do próprio xiismo libanês se verificaram tensões entre facções rivais. Na década de 80, os islamitas do *Hezbollah* começaram a contestar a liderança política, mais secular e conservadora, do *Amal*, dando assim

origem a confrontos entre estas duas forças xiitas. Desta rivalidade, resultou a afirmação deste movimento político-militar como maior representante dos interesses dos xiitas libaneses. Os islamitas do *Hezbollah* tornaram-se, a partir da guerra civil, actores determinantes no panorama político libanês, encarnando no País dos Cedros os ideais propalados desde Teerão pela Revolução Islâmica. Kissinger (2014, p. 140) descreve este movimento como um “<Estado dentro do Estado>” e uma versão xiita da *Al-Qaeda*.

O *Hezbollah* tem-se tornado um importantíssimo interveniente político no Líbano não só enquanto partido xiita militante mas, também, enquanto milícia armada e, talvez mais importante no que diz respeito ao apoio popular, enquanto garante de um conjunto de sistemas de protecção social à desfavorecida comunidade xiita libanesa. Mesmo fora desta comunidade o *Hezbollah* ganhou popularidade, sobretudo a partir de 2006, enquanto maior foco de resistência nacional libanesa anti-israelita. Além de um conjunto de acções terroristas levadas a cabo pelo “Partido de Deus” contra Israel, a realidade deste movimento é bastante complexa, sendo *de facto* o mais próximo de um estado em certas regiões do Líbano. Entidade para-estatal ou mero grupo terrorista, satélite de Teerão, a realidade é que o *Hezbollah* é hoje uma peça-chave para a consolidação da paz no Líbano e essencial na luta contra o jihadismo sunita do Estado Islâmico.

A Guerra dos Campos (1985-1988), um subconflito na Guerra Civil Libanesa, é mais um exemplo da desunião e violência entre grupos islâmicos. Os lados em contenda agregavam forças sunitas e xiitas. Já acima se referiu a rivalidade armada no campo xiita; também entre os sunitas, nomeadamente palestinianos, se enfrentavam milícias com orientações ideológicas opostas, umas islamitas e outras com associação a ideais de esquerda e seculares. Entre os sunitas libaneses ideologicamente conservadores a desordem provocada pelas milícias palestinianas afastava-os da solidariedade para com estes militantes.

A realidade política libanesa está profundamente condicionada não só pela diversidade interna do país (Anexo V) como pelas dinâmicas estruturais e conjunturais regionais, fazendo com que as alterações geoestratégicas no Médio Oriente sejam tradicionalmente vividas com grande intensidade no Líbano. Veja-se neste sentido as recentes consequências da Guerra Civil Síria no país, a que Lima (2015, p.157) se refere como: a “primeira vítima provocada pela guerra civil síria (...)”.

Enquanto “caixa-de-ressonância” das agitações políticas e militares regionais, o país e as suas forças políticas são profundamente condicionados por alinhamentos regionais, por exemplo, no que toca à presente situação na Síria é manifesto o alinhamento do *Hezbollah* com o regime sírio e dos partidos sunitas com as forças rebeldes, desde as mais “moderadas” às mais radicais: Frente *Al-Nusra* e EI. A posição geopolítica do Líbano no Médio Oriente tem significado para o país uma vivência das crises que têm assolado a região. No que diz respeito aos confrontos entre sunitas e xiitas que hoje tanto ameaçam a estabilidade do Levante, o Líbano revelou ser palco destes confrontos, com profundas consequências políticas e sociais, seriamente comprometedoras da frágil paz libanesa.

Os desenvolvimentos futuros relativamente à situação síria, ao Estado Islâmico e à rivalidade Irão - Arábia Saudita pelo domínio de mais espaços de influência serão absolutamente determinantes para a paz entre todas as comunidades religiosas libanesas, sobretudo no que toca às relações entre sunitas e xiitas, hoje manifestamente mais tensas do que aquando da independência.

Internamente, o intensificar das tensões entre sunitas e xiitas poderá pôr definitivamente em causa o Pacto Nacional, com consequências para as hoje minoritárias comunidades cristãs mas também para as duas grandes comunidades muçulmanas. A estruturação política, militar e social do *Hezbollah*, faz dele o actor mais organizado da vida política do país.

A tendência de “cantonalização” do Líbano, já verificada nos duros anos da guerra civil, acentua-se, agora, fruto da crescente sectarização das comunidades. Será exequível um processo de fragmentação num dos estados mais pequenos do Médio Oriente? Provavelmente não. No entanto, as forças divergentes que assolam hoje o mundo muçulmano levam ao Líbano réplicas das situações vividas às suas portas e, ao que tudo indica, o alinhamento de xiitas e sunitas em campos opostos, fortemente armados, não augura um prenúncio de paz.

## IV - A Revolução Islâmica no Irão: o nascimento do xiismo militante

*We're not afraid of sanctions. We're not afraid of military invasion.  
What frightens us is the invasion of western morality.*

Aiatola Khomeini

A Revolução Iraniana de 1979 assume uma relevância indiscutível para o tema central desta dissertação, na medida em que projectou a materialização política de um xiismo revolucionário e com pretensões de liderança islâmica.

Com a vitória da linha islamita no Irão, as novas autoridades políticas de Teerão, provenientes em grande parte do clero duodécimano que liderou a parte final da revolução contra a monarquia dos Phalavi, propuseram-se restaurar o genuíno governo islâmico “ (...) do tipo que vimos durante os dez anos do mandato do profeta Maomé e dos cinco anos de governo do seu genro, Ali, primeiro imã xiíta.” (Kissinger, 2014, p. 180).

Como este autor sublinha no que respeita à ascensão política do islamismo mais radical:

A primeira afirmação do islamismo radical como doutrina de poder estatal ocorreu em 1979, na capital onde era mais inesperada – num país diferente da maioria dos Estados do Médio Oriente na sua longa e gloriosa história nacional e na sua reverência antiga pelo passado pré-islâmico. Assim, quando o Irão, um Estado aceite no sistema vestefaliano, se transformou em advogado do islão radical depois da revolução do aiatola Khomenei, a ordem regional do Médio Oriente ficou virada do avesso. (*idem*, pp. 175-176).

O Irão, na sua identidade persa, detêm um forte cunho nacional que o distancia e demarca historicamente face aos grandes vizinhos imperiais. Em épocas mais recuadas da História, o país,

apesar da conversão ao Islão após as invasões árabes, conseguiu manter no plano cultural uma identidade marcadamente distinta. Posteriormente, quando o Império Otomano se tornou a grande potência do mundo islâmico, a Pérsia manteve a independência; foi inclusive no período de maior expansão turca (século XVI) que as autoridades safávidas do país optaram pela formal adesão ao xiismo. Já nas décadas finais do Século XIX e princípios do Século XX, a Pérsia foi alvo dos interesses imperialistas russo e britânico. Uns e outros dividiram *de facto* o país em áreas de influência – o Império Russo a Norte e o Império Britânico a Sul – não obstante, o Irão conservou a independência formal. A Revolução Bolchevique na Rússia permitiu ao Irão libertar-se da influência deste país após expurgar do Norte do seu território movimentos pró-soviéticos.

Os britânicos, por outro lado, conservaram grande influência em Teerão até meados do Século XX.

O Irão ou Pérsia, enquanto entidade nacional, assumiu por muitos séculos uma vincada identidade imperial, “ (...) que, nas suas várias encarnações desde o século VII a.C. até ao século VII d. C. estendeu o seu domínio ao longo de grande parte do Médio Oriente contemporâneo e de regiões da Ásia Central, do Sudoeste Asiático e do Norte de África.” (*idem*, p.176). Hoje em dia, essa identidade referida por Kissinger não se prende com ambições territoriais e/ou expansionistas mas, sim, com a exportação ao mundo muçulmano do seu modelo político. Neste sentido, a revolução substituiu o nacionalismo imperial persa pela universalidade subjacente aos princípios revolucionários e teocráticos.

Esta milenar continuidade imperial que ao longo da História parece ter-se reerguido, assimilando as vantagens de invasores e ocupantes para se autorreconstruir, centrou na instituição monárquica a manifestação do seu ideário, promovendo “ (...) o soberano a um estatuto quase divino de magnânimo e todo-poderoso zelador dos povos, <o Rei dos reis>, que ministrava a justiça e decretava a tolerância em troca de paz e submissão política.” (*idem*). Veja-se nesta categorização

que Kissinger faz do ideal imperial persa pré-islâmico uma definição à qual Reza Pahlavi<sup>25</sup> mesmo enquanto monarca xiita tentou, no seu ideal mais nacionalista que islâmico, corresponder.

Pretende-se neste capítulo analisar a importância das mudanças instituídas pela Revolução Iraniana na geopolítica do Médio Oriente e assim entender melhor a relevância do poder político iraniano no processo de crescente tensão intra-islâmica. Em que medida terá a Revolução Islâmica dado impulso à expansão internacional de um xiismo militante, reivindicativo e com uma importante tônica mística e esotérica já há muito presente na Pérsia?

O início do processo revolucionário apresenta-se ao Ocidente, nas suas primeiras manifestações, como resultante das aspirações democráticas e anti-monárquicas do povo iraniano face ao regime autoritário do xá. Poder-se-á afirmar que na sua fase primária a contestação social ao regime resultava de uma “coligação” entre lideranças clericais xiitas mas também nacionalistas seculares, fiéis ao ideário de Mossadegh<sup>26</sup>, e até simpatizantes comunistas. Os vários sectores oposicionistas – islamita radical, constitucionalista e marxista – mostravam, por motivos distintos, descontentamento face à rápida ocidentalização autoritária do Irão, representada pelo regime monárquico, ou seja, apesar da forte presença de uma matriz islamita xiita, a revolução foi, inicialmente, mais que uma revolução islâmica, uma revolução social. Não obstante, em 1979, data da queda do xá, era já manifesta a preponderância dos clérigos de Qom<sup>27</sup> sobre os demais grupos envolvidos no processo contestatário.

Reforçando as ideias acima expostas, convoca-se novamente Kissinger:

---

<sup>25</sup> Xá (monarca) do Irão entre 1941 e 1979. O seu governo foi marcado pela ocidentalização do país e por duras medidas repressivas. Encontrou forte oposição quer em movimentos de inspiração comunista quer entre os islamitas.

<sup>26</sup> Primeiro-Ministro do Irão entre 1951 e 1953. Acusado falsamente pelo Ocidente de seguir uma linha pró-soviética. Tentou nacionalizar os recursos petrolíferos do país. Foi deposto em 1953 num golpe de estado orquestrado pela CIA que reforçou os poderes do Xá Reza Pahlavi.

<sup>27</sup> Cidade iraniana, conhecida por ser um importante centro teológico e de peregrinação de xiitas duodécimanos. No período pré-revolucionário foi um destacado centro de oposição islamita ao regime do Xá.

Muitas das razões de queixa eram genuínas e causadas pelas deslocizações impostas pelos programas de modernização do xá e do autoritarismo e da arbitrariedade usados pelo governo para controlar a dissidência. Mas quando regressou em 1979 do seu exílio em Paris e no Iraque para reivindicar o título de “líder supremo” da revolução, o aiatola Ruhollah Khomeini fê-lo não em defesa de programas sociais ou de uma forma democrática de governo, mas em nome de um assalto contra toda a ordem regional e, aliás, contra todas as disposições institucionais de modernidade. (*idem*, p.179).

Desde 1979 que as dificuldades de relacionamento do Irão teocrático com o Ocidente são marcadas pela desconfiança mútua, seja por diferentes entendimentos acerca de verdades civilizacionais, seja por assuntos bem mais concretos como, por exemplo, a existência do Estado de Israel em território considerado sagrado para o Islão ou, ainda, o desenvolvimento, pelo Irão, de energia nuclear.

Pretende-se aqui, fundamentalmente aludir aos impactos da revolução na complexa relação entre Irão e países árabes. Procura-se compreender a relação entre a Revolução Islâmica no Irão e o agudizar desta antiga divisão persa/árabe, xiita/sunita. Apesar de a revolução não ter tido um cunho marcadamente anti-sunita - o próprio Khomeini<sup>28</sup> pugnava pela unidade islâmica contra o Ocidente e o sionismo - rapidamente o ideário político e religioso que a caracterizou encontrou oposição nas lideranças político-religiosas das conservadoras monarquias sunitas do Golfo, favoráveis até ao último momento do regime monárquico pré-revolucionário “Until nearly the very end, the Shah had support of both great powers, the Western European states, his immediate neighbors, and the Arab states of the Persian Gulf.” (Bakhash, 1985, p.10). O *establishment* sunita

---

<sup>28</sup> O Grande Aiatola Khomeini (1902-1989) foi o rosto mais visível da Revolução Islâmica no Irão, governando o país desde 1979 até à sua morte, em 1989.

do Golfo reconheceu no cunho revolucionário e teocrático dos clérigos xiitas iranianos uma seríssima ameaça ao *status quo* regional e à organização política interna dos seus países. Neste sentido, as tensões geopolíticas entre as lideranças conservadoras sunitas e o regime teocrático xiita manifestaram-se antes de mais como uma reacção dos primeiros à tentativa dos segundos que, apesar de minoritários no contexto islâmico, procuraram assumir-se como a liderança da oposição muçulmana aos regimes capitalistas e socialistas. Assim se pôs em causa a aliança de conveniência entre as coroas árabes do Golfo e Washington.

Tanto os aiatolas Khomeini como Khamenei<sup>29</sup> simpatizavam com os postulados pan-islâmicos do teórico islamita (sunita) Sayyid Qutb, líder da Irmandade Muçulmana egípcia nas décadas de 50 e 60. Nomeadamente denota-se a identificação do regime teocrático iraniano com a premissa de que o Islão representaria no futuro uma alternativa universal aos modelos liberal e comunista, impondo-se pelo proselitismo enquanto força revolucionária global.

Após uma ruptura absoluta com o passado monárquico e pró-Occidental, o “novo” Irão assumiu-se como a vanguarda revolucionária no mundo islâmico (nomeadamente contra os regimes ora seculares ora conservadores encarados como traidores ao Islão), e no resto do Mundo. Se a Revolução Francesa se viu a si mesma como um vector universalista de propagação da liberdade, a Revolução Russa como ponto de partida para um socialismo internacionalista, a Revolução (Islâmica) Iraniana almejou ser o referente teológico e ideológico de um Islão global.

Este sentido de unidade islâmica, visto como objectivo nacional iraniano, esboçado pelos líderes da revolução, tem manifestação na própria Constituição da República Islâmica do Irão. (citado por Kissinger, 2014, p.183):

---

<sup>29</sup> O Aiatola Khamenei, sucessor de Khomeini, como Líder Supremo do Irão foi uma destacada figura da revolução. Ainda hoje ocupa o cargo.

Em concordância com o verso sagrado do Alcorão (<Esta tua comunidade é uma única comunidade, e eu o seu Senhor, adora-me pois> [21:92]), todos os muçulmanos formam uma nação única e o governo da República Islâmica do Irão tem o dever de formular políticas gerais para cultivar a amizade e a unidade de todos os povos muçulmanos, e deve sempre porfiar na promoção da unidade política, económica e cultural do mundo islâmico.

As monarquias conservadoras do Golfo, nomeadamente o Reino da Arábia Saudita, mostram-se naturalmente pouco favoráveis às supramencionadas ambições iranianas. A natureza do regime iraniano (xiita, persa, revolucionário e republicano) coloca sérias reticências às autoridades político-religiosas dos países da Península Arábica (sunitas, árabes, conservadoras e monárquicas) em reconhecer qualquer tipo de legitimidade à retórica de Teerão que, além disso, colide com o prestígio simbólico e factual do monarca saudita enquanto guardião dos Santos Lugares de Meca e Medina. Quiçá um dos aspectos mais utópicos do ideal revolucionário islâmico iraniano seja a crença na possível superação de uma divisão tão antiga quanto a morte do Profeta, sobretudo quando a mesma se faria sob a égide de um xiismo claramente minoritário, avesso ao conceito sunita de califado e muito crítico das famílias reais árabes, nomeadamente a Casa de Saudi, muito prestigiada entre alguns sunitas.

Entre os islamitas sunitas o reconhecimento do legado revolucionário iraniano parece ser cada vez menos aceite. Inicialmente o fulgor demonstrado pela revolução entusiasmou alguns islamitas sunitas sobretudo os interessados na retórica anti-ocidental, anti-comunista e anti-sionista dos aiatolas. Também o discurso confrontativo face aos regimes conservadores diplomaticamente próximos do Ocidente gerou entre jovens islamitas sunitas alguma simpatia. Hoje as fratricidas rivalidades internas do Islão colocam em rota de colisão duas vertentes radicalizadas de uma

mesma religião, unidas pela crítica ao Ocidente e ao Estado de Israel, mas separadas pela crença na respectiva ortodoxia.

As mudanças geopolíticas derivadas num primeiro momento do fim da Guerra Fria e, num segundo momento, dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 redesenharam as relações entre os dois grandes blocos do Islão, mais particularmente entre as correntes integristas dos dois lados. Durante a Guerra Fria a ameaça comunista e a infiltração de ideais marxistas promovidos pela União das Repúblicas Socialista Soviéticas, em países de maioria islâmica tiveram o condão de criar no Islão (nomeadamente entre os muçulmanos conservadores e islamitas) uma recusa comum a esse modelo. A cooperação anti-comunista entre líderes de países muçulmanos e entre estes e o Ocidente pareceu, por alguns anos, minimizar as inimizades entre sunitas e xiitas. O pós-11 de Setembro, marcado pelas intervenções militares ocidentais no Iraque e no Afeganistão, alterou totalmente a geopolítica regional e as relações inter-comunitárias entre sunitas e xiitas, que se tornaram mais tensas e em vários casos mais violentes (Iraque, Síria, Iémen, etc...).

Independentemente da oposição teológica entre sunitas e xiitas, a Revolução Iraniana ocorreu num período de elevada tensão entre o Ocidente e o Islão. O apoio manifestado pelos Estados Unidos da América e pela maioria dos países ocidentais ao Estado de Israel incomodava o grosso da opinião pública muçulmana, de Marrocos à Indonésia. O início da invasão soviética do Afeganistão uniu combatentes sunitas e xiitas contra o materialismo marxista, reforçou a militância anti-comunista de muitos muçulmanos e lançou as raízes do actual terrorismo islâmico sunita. A revolução no Irão surgia assim como força renovadora e libertadora, alicerçada no Islão político e não em modelos externos, seja a democracia liberal seja o comunismo.

Se é verdade que inicialmente a retórica revolucionária iraniana pareceu interessante a alguns grupos sunitas, não será menos verdade que, apesar das tensões entre o todo islâmico, o

Ocidente e, especialmente o bloco soviético, rapidamente se sentiu o sobressalto de importantes sectores sunitas com os eventos de Teerão. Cedo, minorias, e em alguns casos maiorias xiitas de todo o mundo islâmico sobressaltaram-se contra os regimes vigentes. Basbous (2003, p.104) descreve as consequências, fora do Irão, do que pareceu ser uma tomada de consciência de populações xiitas um pouco por todo o mundo muçulmano:

(...) os da costa leste da Arábia, por ocasião da comemoração da Ashurah, em 1979, e os do Kuwait que protestavam contra o apoio dado por este Emirato ao Iraque na guerra contra o Irão. Os militantes xiitas do Líbano, que beneficiavam da protecção da Síria, aliada de Teerão, intensificaram as suas acções guerreiras no conflito regional de que o Líbano era o teatro (...). Nessa mesma altura, os xiitas do Paquistão criaram o seu próprio partido (...) e organizaram-se. Todas as minorias xiitas constituíam os seus Hizbullah<sup>30</sup> (...) mais ou menos clandestinos e actuaram de forma estruturada enquanto instrumentos da exportação da Revolução islâmica. Teerão dava-lhe instruções, acompanhadas de fundos generosos.

Todo este movimento político, de uma minoria historicamente sujeita e dissimulada<sup>31</sup> na sua crença, por razões de auto-preservação, assustou muitos sunitas que, exageradamente, viam na instauração do regime teocrático republicano de Teerão o começo de um “ (...) império xiita (que se estenderia do Paquistão ao Egipto, passando pelo Irão, Iraque, Síria, Líbano e englobando os Emiratos do Golfo, o Iémen e Omã, onde subsistiam importantes minorias ligadas ao xiismo).”  
(*idem*).

---

<sup>30</sup> O autor da citação reporta-se à criação de partidos xiitas em vários países muçulmanos inspirados no sucesso da Revolução Islâmica do Irão.

<sup>31</sup> Prática conhecida por Taqiyya. O acto de dissimular a fé. Devido à preponderância sunita em grande parte do mundo islâmico as comunidades xiitas estavam legalmente, por parte das suas autoridades religiosas, autorizadas a dissimular a sua fé quando esta colocasse em risco a segurança dos crentes.

A par das preocupações geopolíticas, também a conversão de jovens sunitas ao xiismo, entusiasmados com a retórica de Khomeini, preocupou os dirigentes islamitas sunitas, que daí compreenderam o possível impacto da revolução num mundo sunita ainda pouco militante. No início dos anos 80 era no xiismo dos aiatolas iranianos que o mundo identificava a origem da acção terrorista islâmica.

Em 1980, um ano após o sucesso da Revolução, a República Islâmica do Irão foi invadida pela República Iraquiana, à data presidida por Saddam Hussein, antigo anfitrião do outrora exilado aiatola Khomeini.

Além dos objectivos económicos iraquianos, nomeadamente o controlo de regiões petrolíferas do sudoeste iraniano existiam entre os dois regimes profundas diferenças ideológicas. Essas diferenças, sobretudo políticas – o óbvio contraste entre a matriz pan-arabista e sunita secular do ramo iraquiano do Partido Baath Árabe Socialista e a linha islamita militante xiita do Partido Republicano Islâmico –, rapidamente adquiriram para as retóricas de ambos os regimes contornos religiosos. Entre Saddam Hussein e Ruhollah Khomeini existiam profundas diferenças quanto ao entendimento que um e outro faziam não só do papel do Islão na política regional mas também do enquadramento geoestratégico dos respetivos países. Para o regime de Teerão, Bagdade representava uma séria ameaça militar aos objectivos revolucionários e à segurança nacional iraniana. Para Bagdade, Teerão tinha o potencial de minar o regime iraquiano através do apoio logístico e moral à maioria xiita iraquiana, fracamente representada no regime do Baath.

Aquilo que se enquadrava nos preceitos de uma tradicional guerra vestefaliana entre dois estados com interesses estratégicos antagónicos foi apresentado por Teerão como uma manobra do Ocidente, do sionismo e do sunismo mais conservador para deter a revolução, apesar de, manifestamente, a linha política dos baathistas pouca ou nenhuma relação ter com as casas

reinantes árabes. Para esta percepção, muito útil ao regime teocrático, contribuiu definitivamente o apoio prestado pelas monarquias conservadoras do Golfo e pelos Estados Unidos da América a Saddam Hussein, à época encarado por Washington como menos nefasto para os interesses norte-americanos na região.

Chubin & Tripp (1996, p. 10) explicam a visão do recém-criado regime iraniano sob o começo da Guerra Irão-Iraque: “Iran viewed the Iraqi attack as unprovoked premeditated and Arab support for it as evidence of hostility; it saw itself as the aggrieved party. This was not diminished by Saudi Arabia’s explanation that its support for Iraq has been dictated by Arab and Islamic ties and imposed by neighbourliness.”

Teerão encarou a guerra como uma aliança entre forças contra-revolucionárias dispostas a derrubar a república teocrática e, apesar das autoridades diplomáticas e militares sauditas estarem cientes do irrealismo iraquiano ao acreditar numa rápida vitória militar sobre as forças iranianas, esperavam: “ (...) that Iran would at least be humbled and understand the limits of its power, thus checking any tendency to encroach upon the Gulf states and the Arab world in the name of Islamic revolution.” (*idem*).

A resistência da Força Área e da Marinha Iranianas - focos de preocupação para as coroas do Golfo - à investida militar iraquiana prolongaram a guerra por oito anos de desgaste mútuo. Esta longa guerra sem vencedores terminou sem que no final se registasse qualquer tipo de alteração territorial.

O Iraque, apoiado pelos Estados Unidos da América, pelo Reino da Arábia Saudita e paradoxalmente no contexto da Guerra Fria, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, terminou a guerra empobrecido e militarmente enfraquecido. O Irão, apesar de menos apoios internacionais (destacam-se o líbio, o sírio, o norte-coreano e o discreto apoio israelita) resistiu à

invasão, não sem elevados custos, entre os quais o abrandamento do fulgor revolucionário, tanto interno como externo.

Em 1989, somente um ano após o fim da guerra, morreu o fundador da República Islâmica, aiatola Khomeini, iniciando-se um novo ciclo político neste país. Estabilizado o processo revolucionário e findo o conflito com o Iraque, o país procurou construir a sua “democracia” islâmica e garantir o desenvolvimento económico num país maioritariamente jovem, no qual o desemprego e a pobreza representavam sérias ameaças ao regime que se fundou em 1979 precisamente como defensor dos mais pobres face a uma elite ocidentalizada e muito rica, percebida pelos clérigos e seus seguidores como corrupta.

A Revolução Iraniana e a Guerra Irão-Iraque deixaram profundas marcas nos dois blocos islâmicos. Para o xiismo militante, a guerra demonstrou a existência de uma coligação entre sunitas e Ocidente para fazer frente à revolução iniciada no Irão. Para o sunismo, quer islamita quer secular, a guerra travou a internacionalização de um poderoso movimento revolucionário, crítico de um sunismo político manifesto quer em regimes laicos quer em monarquias conservadoras, igualmente de matriz anti-islâmica segundo o islamismo xiita.

O desaparecimento de Khomeini evidenciou as contradições do próprio regime e cedo se manifestaram no interior do Partido Republicano Islâmico diferentes sensibilidades, ora conservadoras ora reformistas, que acabaram por conduzir à implosão do partido, mas não ao fim do sistema vigente desde 1979.

A Revolução Iraniana, pelo seu dinamismo e novidade, redesenhou as relações inter-estaduais e inter-comunitárias no Médio Oriente. A queda do Estado Imperial do Irão e a sua substituição pela República Islâmica do Irão originou o fim de velhas e consolidadas alianças e o início de outras, algumas das quais improváveis. Veja-se neste sentido os entendimentos

“secretos” entre Israel e a Arábia Saudita com vista ao não-desenvolvimento pela República Islâmica de um arsenal nuclear. Em pouco tempo, o Irão passou de grande aliado do Ocidente (e de Israel) no Médio Oriente para firme opositor da ingerência euro-americana nos assuntos do mundo muçulmano, responsabilizando também as monarquias sunitas do Golfo pela presença militar, política e económica do Ocidente no mundo islâmico, e na Península Arábica, berço do Islão, em particular. A queda do xá representou para o Irão uma mudança absoluta do seu paradigma político interno, trocando uma forte matriz nacionalista e, de certa forma, glorificadora do passado pré-islâmico, pelo internacionalismo islamita, vector principal da política externa iraniana comprometida no apoio a movimentos militantes xiitas por todo o mundo islâmico.

Em lugar da unidade islâmica pretendida por Khomeini como forma de libertação do mundo muçulmano face ao Ocidente, a revolução agudizou as desconfianças internas dentro do Islão, sendo o seu legado político foco de contestação do crescente e cada vez mais aguerrido islamismo sunita. Ao invés da consolidação de forças sunitas favoráveis ao ideário revolucionário iraniano, grande parte do mundo sunita - muito influenciado pelas suas lideranças políticas e religiosas temerosas do caminho seguido por Teerão – considerou, justa ou injustamente, a ascensão política da clerezia iraniana um renovar da ambição persa e mais do que isso a concretização da vingança por séculos de martírios dos seus Imãs, às mãos daqueles que o xiismo percepciona como usurpadores da legitimidade sucessória de Maomé.

## V - As Relações Irão-Arábia Saudita: uma “guerra por procuração”<sup>32</sup>

*The Sunnis will love it (Israeli strike on Iran) the Sunni Muslim is very much anti-Shiite, and very much anti-, anti-, anti-Iran...Publicly, the (Arab states) would be against it. Privately, they would love it.*

Príncipe Alwaleed bin Talal

A análise das relações entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão é central para a compreensão da tensão que, no Médio Oriente, opõe sunitas e xiitas.

A monarquia sunita conservadora da Arábia Saudita e a teocracia xiita do Irão representam modelos antagónicos de interpretação teológica do Islão e, por conseguinte, de compreensão da sociedade islâmica. As duas potências materializam na sua rivalidade aquilo que é “ (...) acima de tudo, um conflito religioso velho de milénios entre dois ramos do Islão.” (Kissinger, 2014, p.165).

Nos últimos anos, os fundamentalismos presentes nos dois países não têm procurado estabelecer pontes intra-islâmicas no sentido de uma unidade islâmica. Apesar da crítica mais ou menos comum ao modelo ocidental, os estados muçulmanos, consoante interesses próprios, desenvolvem como o Ocidente relações de amizade ou de inimizade. A condenação que clérigos radicais xiitas iranianos e mulás whabbitas sauditas fazem do Estado Israel e do sionismo não se consubstancia na prática coerente e uniformemente. Neste sentido, e apesar das retóricas religiosas utilizadas pelas lideranças espirituais de ambos os países existem, práticas político-diplomáticas que afastam de forma expressiva as relações que Irão e Arábia Saudita têm com o mundo ocidental.

---

<sup>32</sup> Esta expressão foi extraída de Stern & Berger (2015, p. 29). Pretende indiciar as tensas relações entre o Irão e a Arábia Saudita e o conflito ideológico através de intermediários.

Se o primeiro procura culpabilizar o Ocidente pelos insucessos económicos do regime teocrático, apontando aos Estados Unidos da América e a Israel constantes conspirações a si dirigidas, o segundo encontrou sobretudo no governo norte-americano um importante parceiro comercial e um aliado de relevo no plano diplomático e militar.

As relações iraniano-sauditas estão comprometidas por um conjunto de factores estruturais, como a vocação de ambas as potências à liderança geopolítica regional, a preponderância estratégica que ambas ambicionam no Golfo Pérsico e as subsequentes questões petrolíferas. Esta problemática pode ser exemplificada através das delicadas fronteiras marítimas do Golfo Pérsico. Irão e Emiratos Árabes Unidos – este último com fortes ligações tradicionais à Arábia Saudita – disputam pequenas ilhas do Golfo, essenciais ao controlo das rotas marítimas que escoam o petróleo desta região do globo. Em virtude da ameaça representada pelas forças navais iranianas, as autoridades sauditas optaram pela modernização do porto de Jeddah, no Mar Vermelho e, assim, minimizar as ondas de choque de um eventual encerramento do Estreito de Ormuz por parte de Teerão. A perspectiva do bloqueio deste estreito por decisão iraniana fez soar alarmes globais, pelas consequências negativas que teria nos mercados internacionais. Conscientes deste facto, a diplomacia afigura-se como um garante dos equilíbrios capazes de evitar acções de nefastas consequências para a segurança regional e para a economia mundial.

O foco desta análise prende-se sobretudo com o desenvolvimento destas mesmas relações após 1979, data da vitória da Revolução Iraniana que derrubou a monarquia pró-ocidental e autoritária do xá Mohammed Reza Pahlavi e instaurou no Irão a República Islâmica liderada pelo aiatola Ruollah Khomeini e pelos clérigos xiitas duodécimanos. A mudança de regime ocorrida em Teerão em 1979 trouxe consigo importantes consequências geoestratégicas, alterando de forma abrupta o papel do Irão no panorama regional e internacional.

Normalizadas as relações entre o Estado Imperial do Irão e as potências ocidentais no pós-guerra<sup>33</sup>, este converteu-se num importante aliado na estratégia de contenção do comunismo. De forma a impedir a infiltração soviética no seu país, Mohammed Reza Pahlevi estreitou relações com os serviços de informações ocidentais, como prova a deposição do Primeiro-Ministro Mohammed Mosaddegh em 1953, acusado de proximidade a Moscovo. A partir de 1963, o regime imperial pôs em marcha o plano de modernização autocrática do Irão, conhecido por Revolução Branca, ao mesmo tempo anti-comunista e anti-islamita, do agrado dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e do próprio Estado de Israel, à data com relações de estreita cooperação política, económica, militar e comercial com Teerão.

A Revolução Iraniana inaugurou um período de rivalidade geoestratégica e ideológica entre o conservadorismo saudita e o fervor revolucionário islamita da teocracia de Teerão, apesar das relações entre a Casa de Saudi e o xá nunca terem sido particularmente próximas, quiçá reflexo da expectável tensão entre duas grandes potências regionais, já à data com modelos políticos e sociais muito distintos. Neste sentido, e concretizando algumas particularidades da relação iraniano-saudita nas duas décadas antecedentes à Revolução Iraniana:

From the British departure from the Persian Gulf in December 1971 until the revolution in Iran in February 1979, Iran and Saudi Arabia managed their mutual relation without incident. In the 1960's, the two pro-Western monarchs coordinated their policies in the face of the mutually sensed threat from Abdul Nasser's Egypt to the Arabian peninsula and the Persian Gulf . Even then, with parallel security concerns and no religious leadership rivalry, Iran and Saudi Arabia unable to move beyond a stiff cordiality. Although they settled a number of potentially contentious bilateral issues (the disposition of the Farsi and Arabi islands and the demarcation

---

<sup>33</sup> Em 1941, forças anglo-soviéticas invadiram o país, obrigando Reza Shah Pahlevi a abdicar. A invasão teve o duplo objetivo de garantir o fornecimento de petróleo às forças soviéticas na Frente Oriental e evitar a aproximação do Irão às potências do Eixo.

of the continental shelf), there was a gap between the two states that made cooperation difficult. (Chubin & Tripp, 1996, p.9).

As divergências e rivalidades entre estes dois potentados islâmicos são, como supramencionado, resultado de um conjunto de factores, desde a História ao petróleo, passando pelo objecto desta dissertação, o conflito intra-islâmico entre xiitas e sunitas. Iranianos e sauditas centram as respectivas identidades nacionais no Islão, se bem que em distintos ramos desta religião. Ambos os regimes islâmicos procuram intervir de forma directa ou indirecta nos assuntos do mundo muçulmano. Defendendo os dois países valores islâmicos, não raras vezes a interpretação que uns e outros fazem do Islão coloca-os em campos opostos:

Both Tehran and Riyadh try to justify their various positions – whether domestic or international – in terms of Islamic values and obligations. When these positions come into conflict each country must explain its differences in the language of Islam, suggesting that the other has a fault understanding of “true” Islam, either through ignorance, or, more frequently, through wilful misinterpretation. (*idem*, p. 49).

Para melhor analisar as tensas relações iraniano-sauditas torna-se fundamental dedicar alguns parágrafos às circunstâncias políticas, demográficas e históricas destes rivais. Kissinger (2014, pp. 158-159) sintetiza a formulação política e religiosa da monarquia saudita:

O Reino da Arábia Saudita é um reino tradicional árabe-islâmico, tanto monarquia tribal como teocracia islâmica. O núcleo da soberania interna está entregue a duas famílias principais unidas desde o século XVIII por apoio mútuo. A hierarquia política é encimada por um monarca da Casa de Saud, que serve como cabeça de uma rede complexa de relações tribais alicerçadas em antigos vínculos de lealdade e de obrigações recíprocas, e que dirige os assuntos internos e internacionais do

reino. A hierarquia religiosa é encabeçada pelo Grande Mufti e pelo Conselho dos Sábios Religiosos, oriundo, na sua maior parte, da família Aal al-Shaykh.

A Arábia Saudita, com mais de 28 milhões de habitantes, é o maior país da Península Arábica. Berço do Islão e local das cidades santas de Meca e Medina é uma monarquia sunita fortemente formatada pela escola wahhabita desde o estabelecimento da aliança entre a Casa de Saudi e a família de Mohammed Abd al-Wahhab, criador do wahhabismo, corrente literalista e ultraconservadora do Islão sunita.

Em meados do século XVIII, as tribos do Najd deram uma dimensão nacional e espiritual aos seus combates regulares e ultrapassaram o estágio da simples solidariedade tribal e da conquista do espaço desértico, da água, dos oásis e da alimentação para o homem e o gado. Uniram-se no seio de uma aliança sagrada, selada entre Bin Abdel Wahab e Muhammad Ibn Saoud. Foi instaurada a paz no coração do Najd, outrora marcado por incessantes razias entre tribos. (...). O wahhabismo caracteriza-se por um enorme formalismo. Dita um comportamento próprio, que todos os muçulmanos que se encontrem na Arábia devem adoptar imperativamente (...). (Basbous, 2003, pp. 76-77).

Desta forma, a Arábia Saudita moderna assenta em “ (...) dois pilares tradicionais: o wahhabismo (...) e a dinastia Saoud. A aliança entre estes dois protagonistas era indispensável ao renascimento da Arábia (...)”. (*idem*, p.78).

De facto o wahhabismo consubstancia na sua doutrina uma forte carga de intolerância face a qualquer outra religião e a qualquer outra interpretação do Islão. Apesar da influência desta corrente sunita, fortemente determinante na condução da política interna saudita, no plano externo as autoridades de Riad souberam sempre guiar-se por uma atitude bem mais pragmática, não sendo este um fenómeno contemporâneo, uma vez que desde a sua fundação o Reino da Arábia Saudita

estabeleceu fortes ligações ao Ocidente. Primeiro com o Império Britânico, na luta contra o Império Otomano durante a I Guerra Mundial. Em prol da luta pela independência os árabes sunitas da Península aliaram-se a uma potência “infel” contra os turcos otomanos, também eles sunitas e guardiães do califado islâmico. Mais tarde, sobretudo a partir da década de 60, o mesmo aconteceu com os norte-americanos encarados como fonte de protecção contra inimigos regionais (o Iraque de Saddam Hussein e o Irão teocrático) e parceiros comerciais privilegiados. As ligações políticas, diplomáticas, económicas e militares entre a monarquia saudita – apesar do seu integrismo religioso – e as grandes potências ocidentais têm sido alvo de contestação por parte dos críticos internos e externos ao modelo político saudita. A oposição islamita – sunita e xiita - vê nesta aliança, sobretudo na presença militar norte-americana no Reino, uma inaceitável presença “infel” no berço do Islão.

As privilegiadas relações entre Washington e Riade constituem obviamente aos olhos de Teerão um insulto ao Islão e uma inaceitável ameaça à sua segurança nacional. Para a teocracia islâmica iraniana, os Estados Unidos da América, o “Grande Satã”, ameaçam pela sua cultura “decadente” e pelo seu apoio ao Estado de Israel a pureza do ideal islâmico, reforçado na sua componente xiita pelo enfoque no martírio e na justiça. A monarquia conservadora saudita representa para os herdeiros da Revolução Islâmica o oposto das suas convicções islamitas, tal como patente na seguinte afirmação de Chubin & Tripp (1996, p.48): “The Iranian leadership contrasts its own caring, “striving”, activist, self-reliant Islam with that of Saudi Arabia, depicted as conservative, selfish and dependente – one is independente, the other takes orders; one is liberated, the other servile.”

Além do plano ideológico e religioso é manifesta a rivalidade geoestratégica entre estas duas potências islâmicas. Se, durante a ditadura do Partido Baath Árabe Socialista de Saddam

Hussein, o Iraque representou - também em virtude do patrocínio ocidental - um contrapeso ao Irão e à Arábia Saudita o país foi, desde o início da década de 90 do Século XX até ao golpe final constituído pela invasão da coligação liderada pelos Estados Unidos da América em 2003, privado da capacidade militar e política de representar um contrapeso regional para qualquer um dos protagonistas desta rivalidade. Os actuais acontecimentos no país demonstram que o Iraque, longe de representar qualquer tipo de ameaça aos interesses saudita e iraniano, é palco do jogo de influências destes dois países que aí manobram parte da acção política - e não raramente terrorista - das comunidades sunita e xiita respetivamente. A destruição do anterior regime conduziu a uma rápida desagregação do estado. A lealdade dos iraquianos a uma ou outra comunidade – principalmente árabe xiita, árabe sunita e curda (maioritariamente sunita e secular) – conduziu o país a mais de uma década de instabilidade, reforçada pelo terrorismo inter-comunitário, agora agravados pelo progresso militar do Estado Islâmico.

A República Islâmica do Irão com mais de 77 milhões de habitantes perfila-se no cenário estratégico do Médio Oriente como uma potência independente na condução da sua política interna e externa, influenciando em todo o mundo islâmico maiorias e minorias xiitas que, por motivos vários - normalmente resultado de anos de submissão ao poder político sunita - desenvolvem retóricas altamente contestatárias fundamentando a sua actuação política na construção ideológica, revolucionária e combativa, da Revolução Iraniana.

Os factores expressamente religiosos que fundamentam a argumentação iraniana e saudita para a rivalidade entre si, adquirem, no plano prático, um conjunto de consequências concorrentes para o agravamento e para a manifestação factual das hostis relações diplomáticas entre os dois estados.

A definição político-religiosa da República Islâmica do Irão, enquanto estado xiita, e do Reino da Arábia Saudita, enquanto estado alicerçado na leitura mais literal dos textos sagrados (sunitas) do Islão, não impedem a existência de minorias sunitas no Irão e de minorias xiitas na Arábia Saudita (Anexo VI). Olhadas com desconfiança pelos respectivos governos, estas minorias demograficamente significativas são, em ambos os casos, acusadas, justa ou injustamente, de sobrepor a fidelidade religiosa à lealdade nacional. Tanto os sunitas iranianos são comumente acusados por Teerão de servir os interesses de Riade como e os xiitas sauditas o são, pela monarquia sunita, de alinhamento com a república xiita. No que diz respeito às minorias sunitas do Irão tem havido por parte das autoridades da República Islâmica uma constante perseguição das mesmas, que, considerando receberem por parte do estado um tratamento distinto da maioria xiita, chegaram a organizar-se entre 2003 e 2010 no Movimento de Resistência Popular do Irão. Este movimento, também conhecido por *Jundallah*, inspirando-se em correntes fundamentalistas sunitas, levou a cabo acções terroristas contra a teocracia xiita do Irão. A suspeita de apoio saudita, de grupos fundamentalistas sunitas e, até, de potências ocidentais ao movimento em causa, contribui para o degradar das já delicadas relações entre as duas margens do Golfo Pérsico. A comunidade xiita saudita, com cerca de 16 milhões de membros, localizados sobretudo nas províncias orientais do reino junto à costa do Golfo Pérsico, tem nas últimas décadas encarnado uma importante parte da oposição ao regime saudita, não raras vezes inspirando-se no modelo político iraniano como alternativa à monarquia vigente:

Shortly after Iran's revolution, some Shi'a of Saudi Arabia's Eastern Province set up Munazama Al-Thawra Al-Islamiyya li-l-Thahrir Al-Jazira Al-Arabiyya (the Islamic Revolution Organization for the Liberation of the Arabian Peninsula) which became involved, often in association with secular dissidents, in various anti-regime activities in Saudi Arabia and in the Middle East. These activities never amounted to much – occasional attacks on Saudi diplomats or buildings abroad and limited

acts of sabotage within Saudi Arabia. Nevertheless, the nature of these activities and the mood of the times were seen as symptomatic of something much more dangerous and as an indication of a concerted Iranian strategy of subversion. (*idem*, p.16).

Também neste caso, como consta na citação, as autoridades sauditas acusam a teocracia iraniana de fomentar o descontentamento xiita na Arábia Saudita como parte da sua estratégia regional de poder.

Como anteriormente referido no capítulo sobre a Revolução Islâmica no Irão, a vocação proselitista da mesma alertou as principais capitais sunitas, para o crescente militantismo xiita. A longo prazo, e como resultado não desejado da revolução, assistiu-se ao “ (...) ressurgimento da rivalidade sunita-xiita, de forma mais devastadora durante a Guerra do Iraque e o conflito sírio.” (Kissinger, 2014, p.165).

A complexidade da política externa saudita, marcada por uma duplicidade de critérios muito especialmente face ao Ocidente, e a dupla retórica e acção iraniana anti-ocidental e anti-jihadista dificultam a abordagem ocidental às questões políticas e militares suscitadas pelo agravar da clivagem sunismo-xiismo. Se, por um lado, a Arábia Saudita se mostra, oficialmente, aliada fundamental dos Estados Unidos da América no Médio Oriente expondo-se à crítica dos islamitas, acaba, através do apoio das suas autoridades público-religiosas a grupos proselitistas mais ou menos radicalizados, por fomentar e financiar o terrorismo global de inspiração sunita. Por outro lado, é manifesta a oposição iraniana à ingerência ocidental nos assuntos do mundo islâmico. Uma das principais matrizes da revolução que guia o ideário do regime prende-se com a crítica ao “imperialismo” das nações ocidentais, tendo Teerão promovido em vários pontos do globo actos terroristas em nome de causas várias entre as quais a denúncia do sionismo, tido como instrumento de agressão imperialista contra o povo palestino em particular e o Islão, em geral.

Paradoxalmente, os acontecimentos mais recentes no Médio Oriente iniciaram uma aproximação entre o Irão e os Estados Unidos da América. O aparecimento do Estado Islâmico, inimigo do Ocidente e do Irão, despoletou a necessidade de diálogo entre os dois, tendo em vista um objectivo comum, a supressão da actividade destes terroristas. Independentemente do resultado final que venha a verificar-se no que concerne ao avanço do Estado Islâmico, a crise por ele suscitada inaugurou pontes, se bem que frágeis, entre o Irão e os Estados Unidos da América e seus aliados. Os acontecimentos recentes precipitaram algum tipo de cooperação militar entre o Irão e a coligação internacional que tem como fim por termo à actividade dos jihadistas.

Uma multiplicidade de factores, entre os quais a participação mais ou menos dissimulada, saudita e iraniana, nos complexos cenários sírio e iraquiano, agudizam as delicadas situações de instabilidade nestes países; grupos terroristas combatem outros grupos terroristas, sabendo à partida as potências, sobretudo as ocidentais, que qualquer envolvimento, nomeadamente no combate ao Estado Islâmico, acarreta algum nível de cooperação com outros grupos tidos como inimigos do Ocidente, veja-se neste sentido a tenaz oposição do *Hezbollah* ao *Daesh*.

As jogadas internas e regionais de Riade e Teerão são, neste sentido de grande importância para que Estados Unidos e aliados definiam a suas estratégias em relação à Arábia Saudita e ao Irão, não podendo as mesmas resultar de “ (...) mero cálculo de equilíbrio de poder ou resumir-se a uma questão de democracia.” (*idem*).

O recrudescer das tensões intra-islâmicas no mundo árabe, em parte reavivadas pela ocupação norte-americana do Iraque, parece ter sido aproveitado de forma activa por parte de Teerão e reactiva por parte de Riade, tal como expresso por Kissinger (*idem*):

Em termos de liderança regional, equilíbrio de poder e contenção doutrinária, a Arábia Saudita considera-se ameaçada pelo Irão xiita, tanto como fenómeno religioso como imperial. E teme o aparecimento de um arquipélago de crescente

poder e influência xiita manipulado a partir de Teerão e alastrado da fronteira afegã ao Irão, através do Iraque, da Síria e do Líbano, até ao Mediterrâneo, em confronto com uma ordem sunita liderada pelos sauditas e formado por Egipto, Jordânia, Estados do Golfo e pela Península Arábica, todos em precária aliança com a Turquia.

Na citação acima, o autor explica o autorreconhecimento saudita enquanto obstáculo à formação de um corredor xiita que poria em causa o ascendente de Riade sobre os países islâmicos, e acrescenta: “Aos olhos da Arábia Saudita, o conflito com o Irão é de vida ou morte.

Tem que ver com a sobrevivência da monarquia, a legitimidade do Estado e, até, o futuro do Islão.”

(*idem*, p. 167). Uma hipotética consolidação do Irão como grande potência islâmica teria muito provavelmente como resultado directo a substituição do sistema político conservador e monárquico saudita por uma outra formulação mais consonante com o legado de Khomeini. Por motivos de variada ordem, incluindo financeiros, políticos e religiosos, acreditar-se-á que a Casa de Saudi tudo fará no plano interno e externo para impedir esta eventualidade.

O multiseccular conflito entre árabes e persas, sunitas e xiitas, tem na rivalidade Arábia Saudita/Irão a manifestação mais complexa. Estas duas potências islâmicas encontram, na oposição uma à outra, um dos aspectos mais marcantes das suas políticas externas, exportando para toda a região as consequências deste desentendimento de raízes históricas e frutos contemporâneos. Muito recentemente a intervenção militar saudita no Iémen contra os rebeldes houthis (xiitas apoiados pelo Irão) e toda a violência sectária e tribal reflectiram a “guerra fria” entre Riade e Teerão.

Os dois países têm no Islão, apesar das disparidades teológicas, o único factor comum de relevância. Ambos têm-se afirmado na cena internacional em campos opostos, inclusivamente na questão israelita; apesar da crítica comum ao sionismo, o pragmatismo diplomático saudita tem dado provas mais ou menos claras de partilhar com Israel a vontade de evitar o surgimento de um

Irão nuclearizado. O combate ao terrorismo poderá, no futuro representar uma ponte de acção comum a ambos. Serão as autoridades iranianas e sauditas capazes de sobrepor a paz, a segurança regional e a luta anti-terrorista aos interesses próprios que uns e outros fazem representar na região por grupos extremistas.

## VI - O Estado Islâmico: o terrorismo sunita contra o “avanço” xiita.

*Are you confused by what is going on in the Middle East? Let me explain. We support the Iraqi government in the fight against Islamic State. We don't like IS, but IS is supported by Saudi Arabia whom we do like.*

*We don't like President Assad in Syria. We support the fight against him but not IS, which is also fighting against him.*

*We don't like Iran, but Iran supports the Iraqi government against IS. So, some of our friends support our enemies and some of our enemies are our friends, and some of our enemies are fighting against our other enemies, whom we want to lose, but we don't want our enemies who are fighting our enemies to win.*

*If the people we want to defeat are defeated they may be replaced by people we like even less. And all this was started by us invading a country to drive out terrorists who weren't actually there until we went in to drive them out. Do you understand now?*

Aubrey Bailey

As manifestações de violência entre os dois grandes ramos do Islão têm sido variadas. Ao longo dos séculos sunitas e xiitas, com maior ou menor grau de intensidade, têm-se enfrentado política e militarmente, esgrimindo argumentos religiosos como forma de justificar as pretensões hegemônicas de uns sobre os outros.

Contrariamente à perspectiva ocidental, normalmente vendo o Islão como o “outro”, como um bloco monolítico que, por vezes entra em choque com o Ocidente, o Islão desde a morte do Profeta tem tido no seu seio inúmeras dissidências, muitas delas violentas, das quais se destaca a grande cisão entre sunitas e xiitas, unidos no que toca ao essencial da fé islâmica mas separados na interpretação que uns e outros fazem dos textos sagrados e das consequências sócio-políticas da operacionalização prática do Alcorão.

A retórica em torno da unidade islâmica aparece como um ideal para inúmeros muçulmanos, com mais intensidade quando propalada contra o “imperialismo” norte-americano e o sionismo israelita. No entanto, essa mesma unidade para as franjas radicalizadas, como é exemplo cimeiro o dito Estado Islâmico, consegue-se expurgando do Islão qualquer leitura distinta da defendida por estes grupos. Neste sentido, o ideal de unidade islâmica apresentado pelos radicais do EI passa pela total eliminação da “dissidência” dentro do Islão, na qual os xiitas representarão, não só, mas também, o maior obstáculo à universalização absoluta de um Islão amarrado ao fanatismo sunita. A acção do *Daesh*<sup>34</sup> em prol da unidade do mundo islâmico, ao contrário do ideário original revolucionário xiita iraniano (mais favorável à unidade de acção islamita entre sunitas e xiitas), exclui a criação de pontes de diálogo com outras correntes sunitas ou até com jihadistas xiitas pugnando veementemente pela erradicação das correntes entendidas como heréticas e/ou não-ortodoxas.

Independentemente das opiniões acerca da situação política do Médio Oriente pós-invasão do Iraque em 2003, será relativamente consensual afirmar a veracidade de um enorme conjunto de consequências negativas para a estabilidade regional, nomeadamente, o intensificar dramático da violência entre sunitas e xiitas no Iraque, criando-se assim condições para a génese do Estado Islâmico, decorrente de uma aliança pouco natural entre grupos sunitas fundamentalistas e antigos oficiais sunitas do regime de Saddam Hussein, descontentes com a ascensão de políticos xiitas ao controlo do aparelho de Estado.

No Iraque, esta aliança entre fundamentalistas sunitas e antigos oficiais baathistas, antagónicos antes de 2003, explica-se segundo Nuno Rogeiro (2015, p. 205) por uma “ (...)

---

<sup>34</sup> Acrónimo para al-Dawla al-Islamiya al-Iraq al-Sham. Designação progressivamente mais utilizada para referir o Estado Islâmico.

plataforma comum (...) o pan-arabismo de versão sunita, a revisitação de um passado glorioso, a resistência ao <imperialismo> euro-americano e <as necessidades do presente>.” O fundamentalismo sunita das últimas décadas tem-se afirmado, na cena internacional, pelo menos no plano retórico, como força de resistência ao sionismo e à influência euro-americana nos assuntos do mundo islâmico. Na citação anterior surge o conceito de “necessidades do presente”, com respeito à aliança entre ex-baathistas e islamitas radicais no Iraque. As mencionadas necessidades poderão remeter para uma terceira frente de combate dos jihadistas sunitas na última década: a crescente influência regional iraniana e conseqüente afirmação política das comunidades xiitas. Para o fundamentalismo sunita contemporâneo, do qual o Estado Islâmico é o exemplo mais mediático, a trindade a abater será *grosso modo* constituída pelos Estados Unidos da América, Estado de Israel e República Islâmica do Irão; representando respectivamente o Ocidente, o sionismo e o xiismo. Neste sentido, alguns fiéis a Saddam Hussein, esmagadoramente sunitas, encontraram, no discurso de antigos inimigos, justificação para o combate àqueles, que no caso iraquiano, são considerados a grande ameaça ao anterior *status quo* de preponderância da minoria sunita sobre a maioria xiita. A islamização da resistência baathista<sup>35</sup>, cada vez mais próxima do Estado Islâmico, será muito provavelmente consequência da necessidade de reagrupamento, em torno de bandeiras religiosas, das várias tendências políticas e religiosas do sunismo iraquiano, como forma de fazer frente ao que consideram uma ofensiva política, militar e religiosa xiita, patrocinada pelo Irão. Não obstante, a instabilidade reinante no Médio Oriente não permite conclusões absolutas referentes às diversas alianças entre grupos.

---

<sup>35</sup> Formada maioritariamente por membros do ramo iraquiano do Partido Baath Árabe Socialista, suporte político de Saddam Hussein.

O efeito dominó gerado pela deposição de Saddam Hussein, e consequente guerra, em vez da anunciada - oficialmente pelos membros da coligação internacional - democratização, não só do Iraque, mas de toda a região, acabou por destabilizar os frágeis equilíbrios existentes e permitir ao Irão expandir consideravelmente a sua influência regional entre as comunidades xiitas do Iraque, mas também do Líbano e da Península Arábica. Paradoxalmente, as intervenções militares norte-americanas no mundo muçulmano do início do milénio potenciaram a vocação “imperial”<sup>36</sup> do Irão, ou seja, a capacidade deste país exercer forte influência nas comunidades xiitas (mas não só)<sup>37</sup> dos países vizinhos. Neste vazio de poder surgiram inúmeras milícias e grupos jihadistas com interesses próprios e por vezes antagónicos entre si devido a animosidades políticas e religiosas. A *Al-Qaeda*, virtualmente inexistente no Iraque pela força da acção repressiva do regime de Saddam Hussein encontra no período pós-invasão dois importantes rastilhos para a fanatização de sunitas iraquianos: o combate à coligação liderada pelos norte-americanos e a resistência às forças xiitas que se precipitaram no sentido de alcançar as posições cimeiras do estado, anteriormente nas mãos de sunitas.

A génese do *Daesh* encontra-se nestas células de seguidores de Osama bin Laden, oriundos do Iraque e de vários países vizinhos que, após 2003, fazendo uso dos argumentos atrás referidos, lançam no Iraque uma campanha terrorista contra as forças militares ocupantes e contra todas as outras comunidades étnicas e/ou religiosas iraquianas. Apesar de assentar a sua genealogia no movimento terrorista formado por Osama bin Laden, o actual Estado Islâmico diverge em matéria intelectual e de prática operativa da “casa-mãe” com a qual tem relações cada vez mais tensas e complexas.

---

<sup>36</sup> A opção pelas aspas no vocábulo imperial remete para o potencial iraniano enquanto grande potência regional. Não se tratando de um estado expansionista, o Irão procura disseminar o seu modelo político no mundo muçulmano.

<sup>37</sup> Veja-se, neste sentido, a influência que o Irão teve junto do movimento palestino *Hamas* (sunita).

A ambiguidade das potências internacionais na acção anti-jihadista e a estratégia de poderes regionais (Turquia, Arábia Saudita e Qatar) compatível ou pelo menos permissiva de grupos radicais sunitas em nome de geoestratégias próprias confluíram para a autonomização do EI enquanto grupo terrorista com ambições territoriais, uma das suas características mais diferenciadoras dentro da constelação jihadista. As palavras de Rogeiro (*idem*, pp.25-27) demonstram o que parece ser, por parte do Estado Islâmico, a tentativa de criação de uma entidade estatal e territorial exclusivamente adstrita ao fundamentalismo sunita:

O EI cresceu (...) com a percepção, nos meios “jihadistas” locais, regionais e internacionais, *de um certo “conformismo”, “adormecimento” e “envelhecimento” das estruturas da Al-Qaida*, sendo preciso “fazer alguma coisa” para ultrapassar o pântano. (...). A isto se junta o crescimento *de novas doutrinas e doutrinários* no campo jihadistas, de novos pregadores e de novos grupos de “internacionalismo” islâmico, contra os Estados árabes corruptos, laicos e apóstatas. (...). Nas causas do avanço do EI, há ainda que contar o *êxodo – para a Síria e o Iraque – de militantes expulsos pela instauração do poder militar no Egipto* e o afluxo de guerrilheiros e terroristas derrotados ou desiludidos noutras frentes.

Há também, no reportório das origens, o poder populista *de tentativa de unificação* (...) *dos 70% de sunitas da Síria e dos 30% de sunitas do Iraque* numa “nova nação”. Se bem que o Califado, seja, em discurso, mais do que isso, é, na prática, isso, de forma incompleta.

A falta de capacidade das potências ocidentais para controlar o surto de sectarismo da última década refletiu-se internamente no aumento das conversões e/ou adesões a correntes islâmicas fanáticas. A invasão norte-americana do Iraque e a chamada Primavera Árabe retiraram de parte do mundo islâmico líderes autoritários capazes de reprimir com algum grau de eficácia a

disseminação de movimentos fundamentalistas. Ambos os fenómenos concorreram para o crescimento da violência sectária protagonizada pelo Estado Islâmico.

Num Médio Oriente que Lima (2015) diz estar em transição jogam-se interesses internacionais mas também regionais pelo domínio de esferas de influência. Nesta confluência de interesses alimentada pelo vazio de poder no Iraque e pela revolta dos despeitados sunitas iraquianos (depois sírios) começa a estruturar-se a organização (EI), objecto deste capítulo que, em poucos anos se tornou internacionalmente conhecida como sinónimo de algumas das piores atrocidades do Século XXI. Os sunitas, outrora dominantes na região, à excepção do Irão e da Síria (apesar de, nesta última demograficamente maioritários), têm vindo a perder desde o dealbar deste século considerável influência política, também como consequência do reforço da posição iraniana e dos seus aliados regionais, estatais (a Síria) e não-estatais (como por exemplo o *Hezbollah* libanês e o conjunto de movimentos xiitas iraquianos).

Na Síria, a Primavera Árabe local levou o país ao caos e à destruição, jogando-se aí o xadrez das potências regionais, cada vez mais presentes face à manifesta retirada europeia e norte-americana. Lima (2015, pp. 74-76) comenta o actual paradigma da região:

(...) europeus e norte-americanos perderam influência e capacidade de moldar os acontecimentos no Médio Oriente nos *timings* e formas a que estavam habituados. E, quando assim é, das duas uma: ou se arranjam testas-de-ferro que actuem com mais força na região, ou alguém substituirá essa influência de forma determinante. Partindo do caso sírio, assistimos precisamente a isto: um Ocidente sem a força do passado e um equilíbrio de poder entre Turquia, Irão e Arábia Saudita, com os interessados expectadores Israel, EUA, Rússia, China e UE.

A Turquia parte de uma posição vantajosa. Os Governos do AKP fomentaram uma relação económica próxima de Damasco, de forma a expandirem a sua influência e entrarem onde Teerão tinha vantagem. Devido às atrocidades de Assad, Ancara distanciou-se com pinças: criticou o regime, mas são as suas altas figuras políticas

que tentam mediar a situação em Damasco. Afinal de contas, é a maioria sunita que está nas ruas e é para ela que a Turquia fala na região. O Irão, pela sua parte, já chamou a Ancara “agente ocidental infiltrado”. Percebe-se o receio: que a Síria se ampare numa Turquia em ascensão e que se lesem laços com o Hezbollah, reduzindo a interferência de Teerão nos assuntos libaneses e israelitas. Por fim, a Arábia Saudita. Bastião sunita, mas sem força militar, apoia-se na aliança com Washington e na autoridade sobre os países do Golfo para entrar neste triângulo. Isso mesmo, triângulo. Com três vértices decisivos e alguns lados na expectativa.

Eis o Médio Oriente em transição.

A expectativa gerada no Ocidente pelas ditas Primaveras Árabes provocou nas principais chancelarias algum entusiasmo com os movimentos contestatários dos regimes autoritários da região. Concentrando as atenções nos grupos moderados, muitos subestimaram o crescimento de forças islamitas que agora ambicionam o poder político que durante tantas décadas lhe foi negado por alguns regimes autoritários (anti-islamitas) do Médio Oriente e Norte de África (Argélia, Tunísia, Egipto, Síria, Iraque). O caso sírio não foi excepção. A hostilidade entre o Ocidente e o Baath de Damasco liderado pelo clã alauita dos Assad (Anexo VII) estimulou, inicialmente, na opinião pública ocidental a ideia de uma oposição democrática e moderada a um regime que se percepcionava, justamente, como despótico. Essa mesma oposição moderada, mais consentânea com os interesses ocidentais na região, parece ter sido rapidamente secundarizada por outras oposições, nomeadamente de cariz islamita e fundamentalista. Tornou-se claro que a Guerra Civil Síria não opunha um ditador a grupos democráticos mas sim um regime autoritário, mas secular, apesar de sectário a uma miríade de grupos mais ou menos radicalizados alguns dos quais com ligações à *Al-Qaeda*. A *Al-Qaeda* pós-Osama bin Laden e grupos adjacentes, tal como se verifica na Síria, tornaram-se peritos em explorar o descontentamento popular contra líderes regionais, procurando assim provocar revoluções de cunho islamita radical.

O início da revolta na Síria pareceu assemelhar-se ao movimento social que no Egito derrubou o regime de Hosni Mubarak e do seu Partido Nacional Democrático. Não obstante, na Síria, como sublinha Kissinger (2014, pp.149-151):

(...) deflagraram tensões velhas de séculos, que vieram despertar o conflito milenar entre xiitas e sunitas. Dada a complexidade demográfica da Síria, a guerra civil atraiu outros grupos étnicos e religiosos, nenhum dos quais estava, por experiência histórica, disposto a confiar o seu destino a decisões alheias. O conflito sofreu a intervenção de potências externas; as atrocidades multiplicaram-se e os sobreviventes refugiaram-se em enclaves étnicos e sectários. (...).

(...) o conflito transcendia a questão de Assad. (...). Os intervenientes sírios e regionais de maior relevo viram a guerra como uma questão não de democracia, mas de domínio. A democracia interessava-os apenas na medida em que instalasse o seu próprio grupo; nenhum via com bons olhos um sistema que não garantisse ao seu lado o controlo do sistema político. (...). (...) a guerra definiria qual das principais facções sírias conseguiria dominar as outras e controlar o que restava do Estado sírio. As potências regionais despejaram armas, dinheiro e apoio logístico na Síria, em benefício dos seus candidatos sectários preferidos: a Arábia Saudita e os países do Golfo, para os grupos sunitas; o Irão, em apoio de Assad, através do Hezbollah.

A quantidade de grupos rivais – de várias correntes ideológicas e inspirações diversas – que se formaram na Síria em oposição a Bashar al-Assad dificultou qualquer tipo de coordenação entre os mesmos. Com o tempo, os radicais sunitas, entre os quais o Estado Islâmico, conseguiram anular forças mais moderadas, mas política e militarmente menos significativas. É hoje certo que a oposição mais forte ao regime baathista de Bashar al-Assad se encontra entre as milícias fundamentalistas sunitas.

Avesso a fronteiras nacionais, crítico de qualquer tipo de nacionalismo, profundamente anti-ocidental e representante das correntes mais fanáticas do sunismo, o Estado Islâmico surgiu na região como oposição quer às forças norte-americanas quer à influência xiita no Iraque,

representando uma visão distorcida do Islão sunita que não esconde ambicionar propagar ao resto do mundo. De um ponto de vista mais pragmático, o Estado Islâmico peleja por constituir no Médio Oriente um espaço territorial regido pela leitura fundamentalista e literalista dos textos sagrados muçulmanos.

Os progressos militares e a violência terrorista do Estado Islâmico preocupam tanto os governos ocidentais como os governos regionais. A lentidão na concretização de uma rápida resposta militar aliada à situação anárquica do Iraque e da Síria têm permitido a esta entidade terrorista assinaláveis avanços territoriais (Anexo VIII) apesar de, pelo menos oficialmente, a maioria dos actores regionais, estatais e não-estatais, se oporem a estes radicais.

Para as potências ocidentais, a fanatização e o recrutamento de jihadistas na Europa, América do Norte e Austrália, seja através de redes sociais, de mesquitas frequentadas por jovens que descubrem no Islão mais radical um sentido para a vida, de prisões a até de pretensas associações culturais islâmicas, levanta seriíssimas preocupações de segurança colocando às agências de *intelligence* e de segurança desafios no sentido da contenção e erradicação deste fenómeno. O modo, inovador, como o *Daesh* expôs a sua acção, aproveitando as redes sociais causou grande perplexidade na comunidade internacional: "O Estado Islâmico conquistou a sua notoriedade através do marketing da selvajaria, fazendo evoluir a sua mensagem de forma a vender a uma audiência global uma estranha mas poderosa nova mistura de ideais utópicos e carnificina chocante (...). (Stern & Berger, 2015, p. 25).

As características doutrinárias do *Daesh* e a sua acção no Médio Oriente no que se refere ao tratamento a que são sujeitos indivíduos de outras religiões e muçulmanos não-alinhados com as visões dos terroristas, permitem-nos antecipar e compreender a veemente rejeição das comunidades xiitas face aos avanços dos seguidores de Abu Bakr al-Baghdadi. A história do dito

Estado Islâmico e as suas acções identificam a importância do sentimento anti-xiita nos partidários do auto-intitulado Califa do Islão. A coordenação entre o Irão e os seus aliados xiitas, com potências tradicionalmente antagónicas (Estados Unidos da América e Reino da Arábia Saudita) contra os radicais sunitas do EI torna-se um imperativo na derrota deste fenómeno sanguinário e intolerante. As negociações entre o Irão, o Ocidente e as monarquias do Golfo com vista à eliminação do Estado Islâmico permite antever a construção de pontes de diálogo entre sunitas e xiitas, tão essenciais à paz na região.

Será a retórica anti-xiita do *Daesh* uma espécie de reacção ao Irão que no plano regional parece empenhado em “ (...) apoiar a maioria xiita no Bahrein, fortalecer o domínio do Hezbollah no Líbano (...) os alauitas na Síria, intrometer-se no Afeganistão e, (...), aproveitar a retirada americana do Iraque (...).” (Lima, 2015, p.85).

O conflito latente<sup>38</sup> entre Irão e Arábia Saudita, recentemente manifestado também no Iémen, tende a agudizar fenómenos de violência sectária entre sunitas e xiitas. Não sendo o Estado Islâmico uma organização somente direccionada para o combate ao xiismo, é manifesta uma doutrina própria no que concerne aos partidários de Ali, evidenciando o Estado Islâmico no Iraque e na Síria a concretização dessa mesma doutrina, para todos os efeitos mais intolerante na acção que o ideário whabbita da coroa saudita.

A contemporaneidade do EI, não permite uma análise precisa e definitiva das consequências que acarreta para as relações políticas, religiosas, diplomáticas, militares e económica entre sunitas e xiitas. O tempo de existência futura do auto-proclamado califado determinará a profundidade das sequelas que deixará não só no Médio Oriente e no mundo muçulmano, mas em toda a comunidade global.

---

<sup>38</sup> Este assunto foi mais profundamente analisado no capítulo anterior.

As próprias potências sunitas do Médio Oriente, nomeadamente a Turquia e a Arábia Saudita, reconhecem a perigosidade do *Daesh*. Para as monarquias sunitas do Golfo, encabeçadas pela Arábia Saudita, o Estado Islâmico represente uma forte ameaça à legitimidade dos seus sistemas políticos conservadores e ao enquadramento das mesmas na cena internacional (em especial a aliança entre estes países e os Estados Unidos da América). A Turquia, governada por democratas de inspiração islamita, inicialmente relutante em apoiar eficazmente a luta contra o *Daesh*, apercebe-se progressivamente da ameaça que o califado representa para as suas ambições estratégicas regionais.

Será no entanto o reconhecimento dos malefícios deste califado suficiente para uma efectiva cooperação política e militar entre Irão, monarquias do Golfo, Turquia e Estados Unidos da América? Sobrepor-se-á a necessidade humanitária e política de destruir este e outros grupos terroristas às rivalidades e antagonismos entre norte-americanos, turcos, iranianos, sauditas e demais potências interessadas?

O crescimento do Estado Islâmico não é naturalmente positivo seja para as ambições neotomanistas de Ancara, seja para as famílias reais do Golfo. Não obstante, o financiamento deste grupo faz-se, mas não só, com fundos oriundos de estados formalmente contrários a al-Baghdadi, independentemente das declarações formais dos estados, o acesso a reservas petrolíferas, a negociação de artefactos históricos e outros negócios mais ou menos claros, permitem ao Estado Islâmico financiar as acções terroristas que leva a cabo.

Regionalmente, a falta de consensos que a questão curda<sup>39</sup> provoca tende a conduzir a situações de inoperância política e militar por parte de alguns estados interessados na derrota do

---

<sup>39</sup> A região denominada por Curdistão divide-se entre a Turquia, o Iraque, o Irão e a Síria. Há várias décadas que forças curdas lutam pela independência e unificação da sua Nação. Desde o início do avanço do Estado Islâmico na Síria e no Iraque que as autoridades curdas se têm revelado das maiores opositoras a este grupo terrorista.

Estado Islâmico. É disto prova a lenta resposta das autoridades turcas em auxílio das milícias curdas Peshmerga ao cerco imposto pelo Estado Islâmico à cidade de Koban. O maior desafio levantado pelo Estado Islâmico na cena internacional será a necessidade de encontrar, entre potências rivais, pontes de coordenação política e militar para pôr fim a esta ameaça. De Washington a Telavive, de Riade a Teerão, de Ancara a Damasco, urge uma resposta comum ao flagelo do *Daesh*, apesar de não raras vezes transparecer para a opinião pública a ideia de que as rivalidades, preconceitos e prejuízos de todos aqueles que pugnam pela destruição deste fenómeno terrorista se sobrepõem ao imperativo moral, político e humanitário de eliminar do Médio Oriente as bandeiras negras.

Independentemente das leituras acerca das ambições iranianas no Médio Oriente, ou da rivalidade estratégica entre a República Islâmica e a Monarquia Saudita, a cooperação militar, política e económica entre as principais potências do Médio Oriente e do mundo islâmico é a chave para a efectiva destruição a curto prazo do *Daesh*. A afirmação internacional, não necessariamente de um sunismo moderado, mas de um sunismo implacável com o terrorismo e disposto a cooperar com a comunidade internacional (incluindo o Irão) em matéria anti-terrorista será essencial a longo prazo para encontrar, dentro da inevitável rivalidade estratégica, um ponto de equilíbrio no Médio Oriente que privilegie, pelo menos, a paz e a estabilidade.

## VII – CONCLUSÃO

*E, se duas facções dos crentes pelejam, reconciliai-as. E, se uma delas comete transgressão contra a outra, combatei a que transgride, até que ela volte para a ordem de Allah. Então, se ela volta, reconciliai-as, com justiça, e sede equânimes. Por certo, Allah ama os equânimes.*

(49:9) Alcorão

Ao longo desta dissertação analisaram-se casos concretos em que está manifesta a tensão, ora latente ora violenta, entre sunitas e xiitas. Procurou-se perspectivar em termos histórico-geográficos este fenómeno de confronto intra-islâmico, tão visível nos dias de hoje, e a partir daí deduzir as suas consequências, gravosas, para a segurança não só do Médio Oriente, como de toda a comunidade internacional. Hoje os perigos levantados pelas tensões entre as duas grandes comunidades islâmicas ultrapassam em muito a realidade dos países muçulmanos, sendo estas rivalidades um importante factor nas motivações do terrorismo islâmico contemporâneo.

Com raízes seculares, a separação entre os dois grandes ramos do Islão tem-se manifestado de forma distinta ao longo da História, com períodos de indubitável violência, outros de aparente acalmia e, ainda outros, de relativa unidade. Mais recentemente, sobretudo como consequência de movimentações geoestratégicas nas últimas décadas – por exemplo as guerras que se seguiram ao 11 de Setembro - a rivalidade entre sunitas e xiitas ganhou novo fôlego com contornos de violência extrema, sendo disto exemplos a actual realidade na Síria, no Iraque e no Iémen. Nos últimos tempos, o ódio do fundamentalismo islâmico, que nos últimos anos se tornou uma seria ameaça à segurança global, dirigido mormente a Israel e ao Ocidente atingiu também outros muçulmanos,

outros crentes de uma mesma fé, cujas diferenças passam frequentemente despercebidas a outras realidades culturais.

No Islão, a pressuposta unidade entre as várias áreas da convivência social implica que as contendas entre sunitas e xiitas se revistam de pressupostos religiosos mas também político-ideológicos. Os extremistas servem-se destas razões para justificar os conflitos de um modo mais facilmente aceite pelas populações, permitindo-lhes, assim como às lideranças, camuflar as verdadeiras razões, mais complexas e advindas da rivalidade geoestratégica entre interesses díspares.

A conjuntura internacional em cada momento, assim como a situação interna de cada país muçulmano podem apontar no sentido da unidade islâmica – um ideal, por vezes reflectido nos discursos – ou no sentido da exploração de uma divisão existente há mais de um milénio.

A análise reflectida em todos os capítulos desta dissertação permite depreender que mudanças, normalmente violentas, no Médio Oriente se fazem acompanhar, pelo menos em tempos mais recentes, de um despertar das tensões intra-islâmicas. Seja por acção de interesses externos, seja pela luta pelo poder entre os estados mais poderosos do Médio Oriente, o conflito entre sunitas e xiitas está hoje mais vivo do que nas últimas décadas, fruto de um processo gradual que conjuga o desaparecimento de líderes fortes e autoritários com a rivalidade geoestratégica entre os estados do Golfo, encabeçados pela Arábia Saudita e pelo Irão. O intensificar da violência sectária intra-islâmica no Médio Oriente parece associado a rivalidades de interesses temporais e não tanto espirituais. Não cabendo a esta dissertação a atribuição de responsabilidades nem qualquer tipo de julgamento moral, pode-se no entanto afirmar que sunitas e xiitas tendem a colidir quando as interferências externas e as rivalidades geoestratégicas no Médio Oriente aumentam de intensidade. Hoje parece verificar-se nas duas grandes correntes do Islão um crescente apego a retóricas

entusiasmadas com a defesa de visões integristas, pouco, ou nada, dialogantes com as outras componentes da muito complexa realidade que é o Islão,

Ao que se descreveu como uma “guerra por procuração” entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão juntou-se, com grande agravo para a comunidade internacional, o fenómeno do Estado Islâmico cujo desenrolar será a chave para compreender como ficarão no futuro as relações intra-islâmicas. Esta indefinição é, porventura, o que de mais estável pode ser concluído após terminada esta dissertação, atendendo o evoluir actual dos acontecimentos. A actualidade da tensão entre os sunitas e os xiitas e o conseqüente não distanciamento da análise político-social da região não permite respostas conclusivas quanto ao futuro. No momento da conclusão desta dissertação não existe ainda um modelo eficaz e coerente de combate ao conjunto dos problemas suscitados pela violência intra-islâmica no Médio Oriente. As estratégias utilizadas pelos terroristas apresentam-se inovadoras quanto ao impacto intimidatório nas populações, assim criando um ambiente de terror propício aos avanços que vão realizando.

Porque a História está viva e as dinâmicas internacionais são mutáveis, muito pode ainda vir a resultar do actual incremento das tensões intra-islâmicas. Os próximos anos e/ou as próximas décadas dirão como se configurará a geopolítica do Médio Oriente. O futuro apresenta-se aí particularmente incerto; os interesses externos e a rivalidade das potências podem ainda vir a adoptar múltiplas formas, somando-se o terrorismo a esta equação, onde a rivalidade entre sunitas e xiitas continuará muito provavelmente a ser uma fractura permanente dentro do Islão.

O interesse académico pelo reavivar das tensões intra-islâmicas não deve esquecer que cada novo desenvolvimento, cada manifestação deste fenómeno está associado a sofrimento humano, porventura difícil de percepção na sua tremenda realidade, a partir da segurança e da estabilidade que, ainda assim, são oferecidas pelas sociedades ocidentais. Contudo, o impacto no Ocidente do

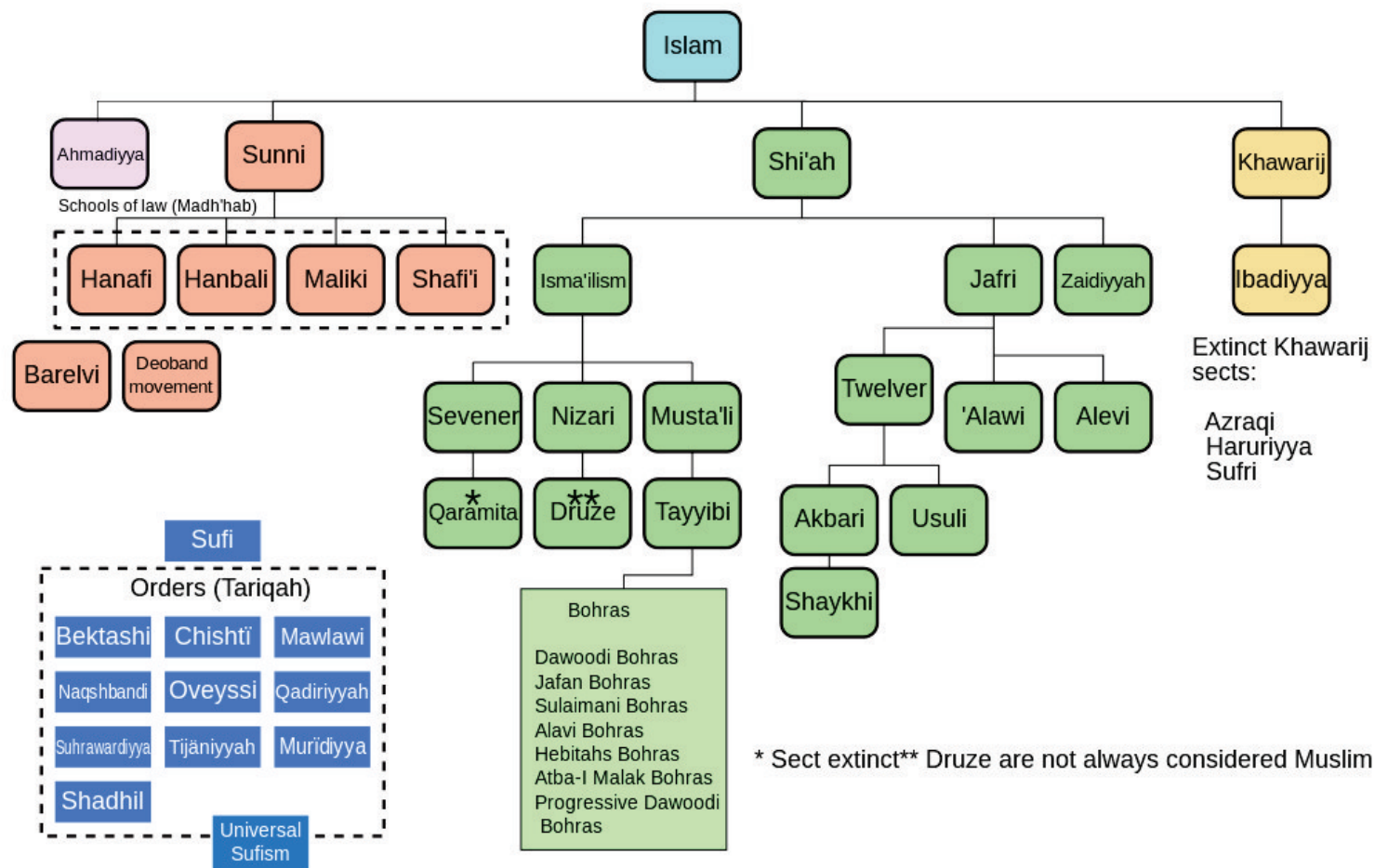
que se passa no Médio Oriente não pode ser negligenciado, pondo em causa o ideal de sociedades abertas e inclusivas que diariamente é abalado pelos actos de violência fundamentalista. Estes são uma realidade que, perpetrados mais longe ou mais perto, afectam indiscutivelmente o ideal do respeito pelas diferenças e a defesa da liberdade.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, E. C. (2003). *Fundamentalismo Islâmico, a Ideologia e o Estado*. Azeitão: Autonomia 27.
- Basbous, A. (2003). *O Islamismo, uma Revolução Abortada?* Porto: Ambar.
- Bakhash, S. (1985). *The Reign of the Ayatollahs: Iran and the Islamic Revolution*. London: I.B. Tauris & Co. Ltd., Publishers.
- Bey, E. (1985). *Mohammed*. London: Darf Publishers Limited
- Boniface, P. (dir.). (2000). *Atlas das Relações Internacionais* (2ª. ed). Lisboa: Plátano Edições Técnicas. Broning, M. (2008). Don't Fear the Shiites: The idea of a Teheran-Controlled "Shiite Crescent" over the Great Middle East is at odds with reality. *International Politics and Society*. IPG 3/2008, p. 60-75. [http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2008-3/06\\_a\\_broning\\_gb.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2008-3/06_a_broning_gb.pdf).
- Chaliand, G. (1992). *Le Malheur Kurde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chubin, S & Tripp, C. (1996). *Iran-Saudi Arabia Relations and Regional Order: Iran and Saudi Arabia in the balance of power in the Gulf*. ADELPHI, paper 304. New York: Oxford University Press Inc.
- Costa, H. S. (2000). *Shiismo iraniano: uma abordagem Histórico-Sociológica*. Lisboa: ISCSP/UTL
- Davidson, L. (2003). *Islamic Fundamentalism an Introduction*. Westport: Greenwood Press
- Etienne, B. (1987). *L'Islamisme Radical*. Paris: Le Livre de Poche
- Falk, A. (2008). *Islamic Terror: Conscious and Unconscious Motives*. Westport: Praeger Security International.
- Ferro, M. (2002). *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70
- Instituto de Altos Estudos Militares & Instituto Português de Relações Internacionais (org). (2009). *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e Respostas*. Lisboa: Prefácio Keegan, J. (2005). *The Iraq War*. New York: Vintage Books.
- Kissinger, H. (2014). *A Ordem Mundial: Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Lima, B. P. de (2015). *A Síria em Pedacos*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Lorena, S. (2011). Iraque pós-ocupação: um novo Líbano, um Estado federal ou novas guerras. *Portugal num Mundo em Mudança: As grandes redes do conhecimento – zonas de crise na geopolítica mundial (Janus 2011-2012), n° 14, p. 82-83*.
- Nobre Alcorão. Tradução para a Língua Portuguesa de Dr. Helmi Nasr. Complexo do Rei Fahd.

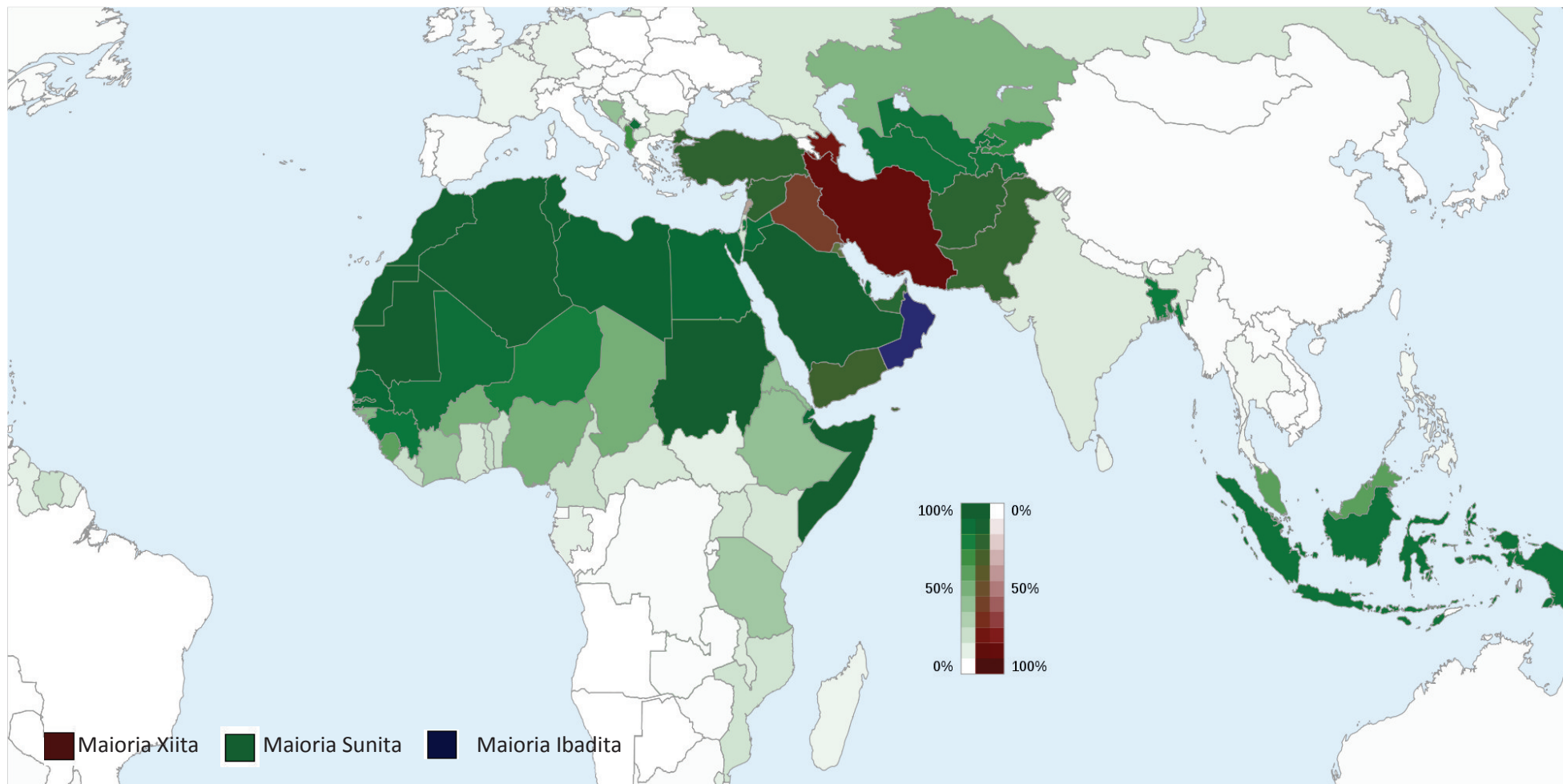
- Nunes, F. A. (coord.). (2013). *As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Nye, J.S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- Peirone, F. (1985). *O Islamismo*. Col. Grandes Religiões do Mundo. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pinto, L.V., et al. (2009). *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e Resposta*. Lisboa: IESM
- Rogero, N. (2015). *O Mistério das Bandeiras Negras: Passado, Presente e Futuro do “Estado Islâmico”*. Lisboa: Verbo.
- Roy, O. (2004). *Globalized Islam: The Search For a New Ummah*. New York: Columbia University Press.
- Stern, J & Berger, J.M. (2015). *O Estado Islâmico: Estado de Terror*. Amadora: Vogais.
- Taylor, A.R. (1988). *The Islamic Question in Middle East Politics*. Boulder: Westview Press.
- Tripp, C. (2003). *História do Iraque: Ou do Nascimento e Estado de uma Nação*. Mem Martins: Publicações Europa-América, LDA.

## **ANEXOS**



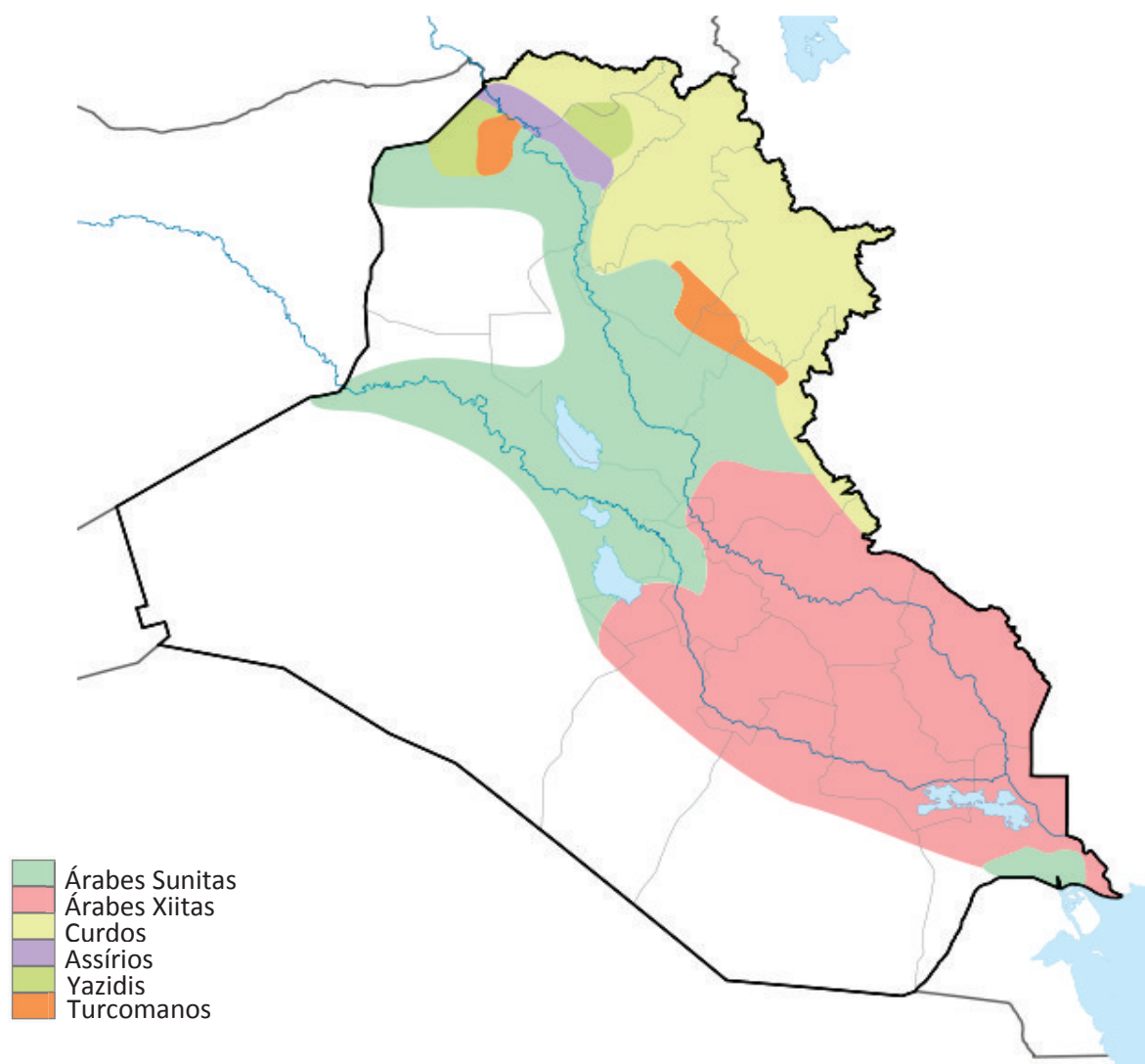
**Anexo I** - Ramos e escolas do Islão.

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Islam\\_branches\\_and\\_schools.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Islam_branches_and_schools.svg), consultado a 2 de Junho de 2015.



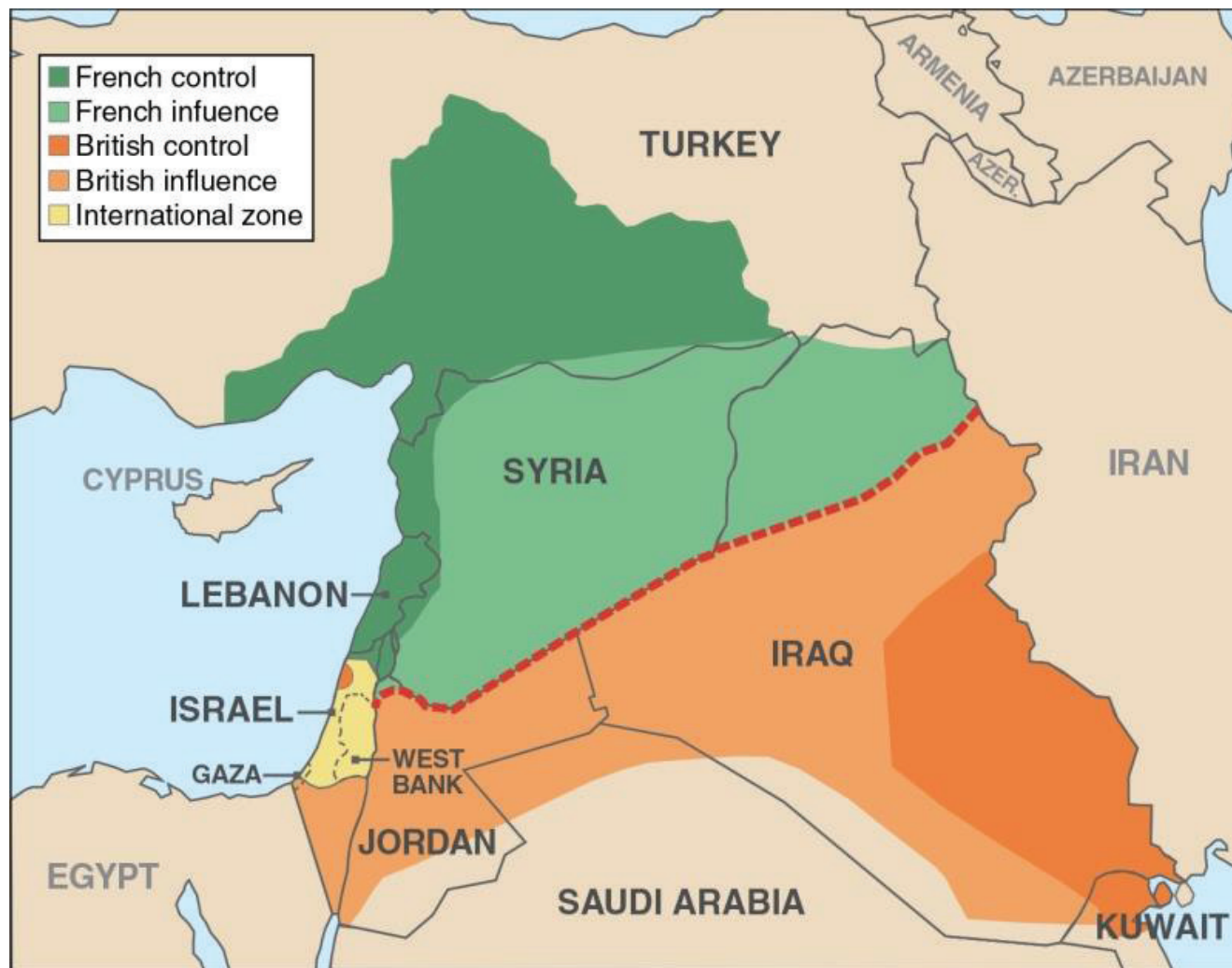
**Anexo II** – Áreas tradicionais de influência islâmica, mostrando a divisão entre os principais ramos.

Adaptado de [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Islam\\_by\\_country.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Islam_by_country.png), consultado a 2 de Junho de 2015.



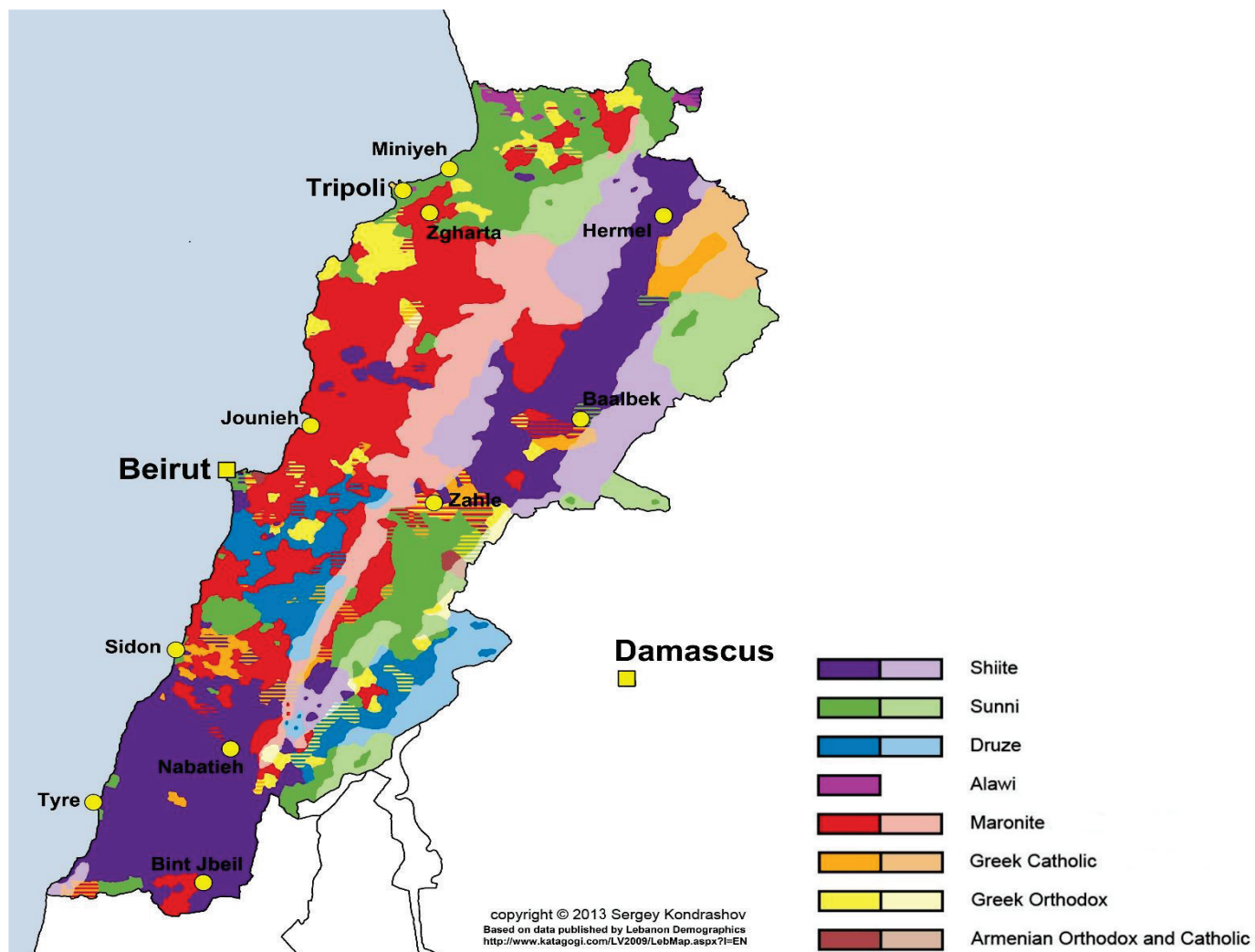
**Anexo III** – Divisão étnico-religiosa do Iraque.

Adaptado de [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethnoreligious\\_Iraq.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethnoreligious_Iraq.svg), consultado a 2 de Junho de 2015.



**Anexo IV** – Áreas de controlo e influência determinadas pelos Acordos de Sykes-Picot.

<http://www.stripes.com/news/sykes-picot-agreement-line-in-the-sand-still-shapes-middle-east-1.289723>, consultado a 2 de Junho de 2015.



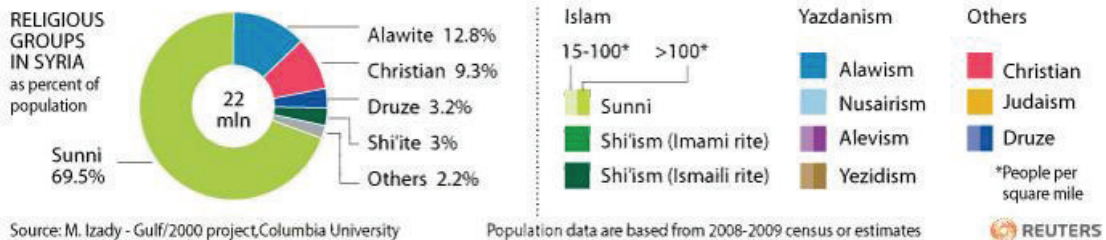
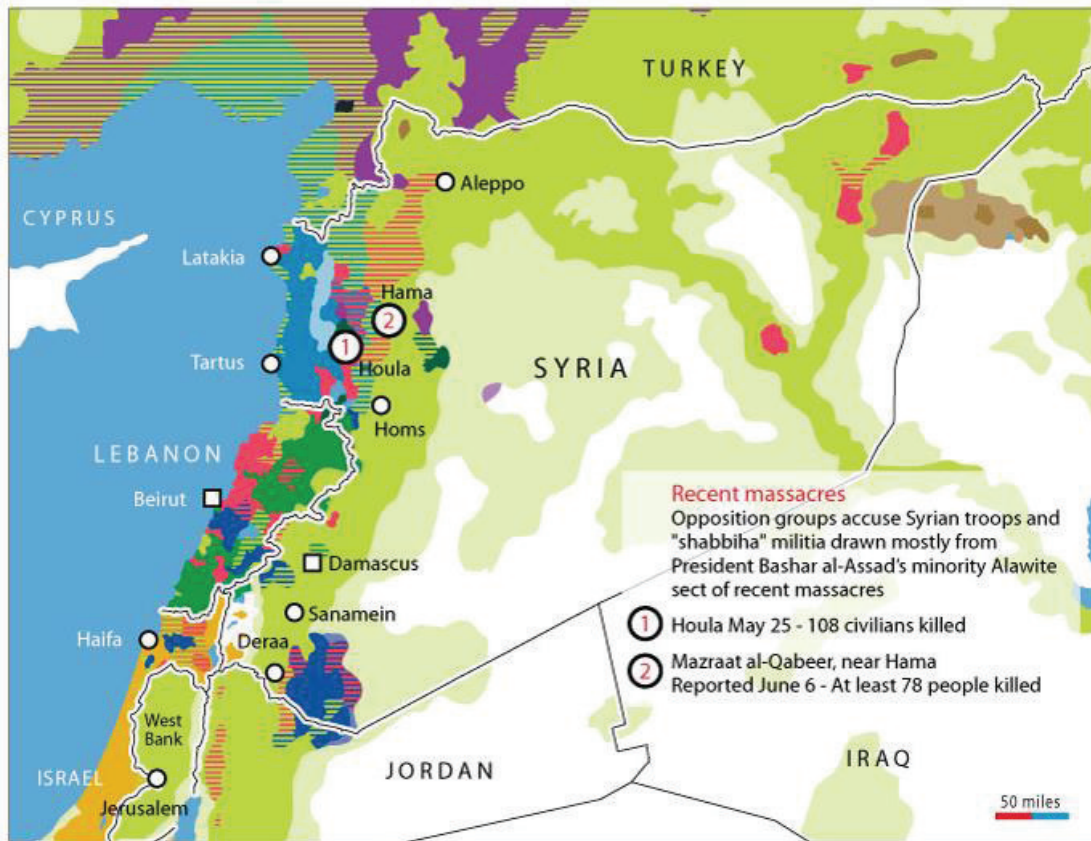
**Anexo V** – Divisão étnico-religiosa do Líbano.

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lebanon\\_religious\\_groups\\_distribution.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lebanon_religious_groups_distribution.jpg), consultado a 2 de Junho de 2015.

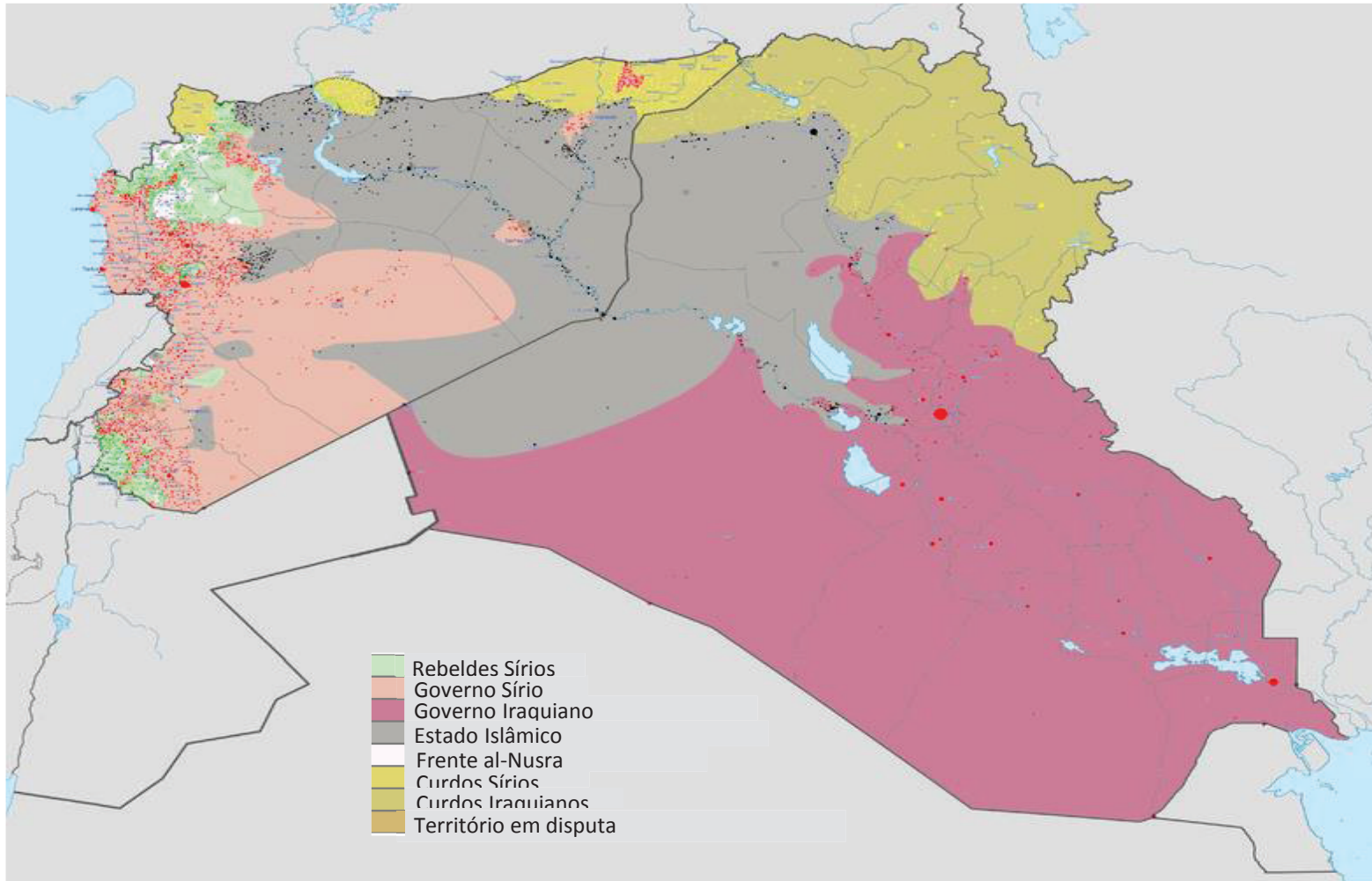


Anexo VI – Percentagem de população xiita no Médio Oriente.

<https://www.pinterest.com/pin/509821620290428964/>, consultado a 2 de Junho de 2015.



**Anexo VII** – Divisão étnico-religiosa do Levante no contexto da Guerra Civil Síria.  
[http://worldnews.nbcnews.com/\\_news/2012/09/07/13686562-the-arab-spring-is-dead-and-syria-is-writing-its-obituary?lite](http://worldnews.nbcnews.com/_news/2012/09/07/13686562-the-arab-spring-is-dead-and-syria-is-writing-its-obituary?lite), consultado a 2 de Junho de 2015



**Anexo VIII** – Áreas sob controlo dos intervenientes na Guerra Civil Síria e divisão gerada pelo Estado Islâmico no Iraque.  
Adaptado de [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Syria\\_and\\_Iraq\\_2014-onward\\_War\\_map.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Syria_and_Iraq_2014-onward_War_map.png), consultado a 2 de Junho de 2015.